



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo

**O COMPORTAMENTO SUCESSÓRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE
CANGUÇU/RS**

Noemí Muller Iven da Silva

Rio Grande
2015

O COMPORTAMENTO SUCESSÓRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE CANGUÇU/RS

NOEMÍ MULLER IVEN DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande (FURG) como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia sob orientação da Prof^a Dr^a Jussara Mantelli.

Rio Grande, Junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Jussara Mantelli (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande - ICHI/PPGeo / FURG

Prof. Dr. Ivo Canabarro
Universidade Federal de Ijuí - DHE/UNIJUI

Profª Drª Maria Regina Caetano Costa
Universidade Federal de Pelotas - ICH/UFPEL

Profª Drª Susana Velda da Silva (suplente)
Universidade Federal do Rio Grande - ICHI/PPGeo/FURG

LINHA DE PESQUISA: ANÁLISE URBANO – REGIONAL

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que contribuíram
na sua construção.

AGRADECIMENTOS

A construção de um trabalho de pesquisa não se faz só, se constitui pelo compartilhamento da sabedoria de muitas pessoas, e também se realiza pelo interesse, dedicação, disponibilidade, contribuição e apoio de muitos outros que se envolveram em mais uma etapa da minha formação acadêmica. A todos, humildemente agradeço:

- A orientadora Prof^a Jussara Mantelli;
- Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da FURG;
- A CAPES, pela disponibilização de bolsa de estudos;
- A minha família, em especial aos meus pais: Alvina e Arnildo (in memorian);
- Aos colegas do ARCA- FURG;
- Aos professores do Programa de Pós-graduação da FURG;
- As entidades municipais de Canguçu EMATER, SMEE, SMDP, UNAIC e STTR;
- A Coordenação regional do MST;
- Aos agricultores familiares que me guiaram aos agricultores de suas localidades, para realizar a pesquisa;
- Aos agricultores familiares entrevistados;
- Aos jovens sucessores;
- Aos jovens estudantes da ETEC;
- A Direção e professores da ETEC;
- Aos amigos conquistados nesta caminhada e
- Ao Lauro pelo seu companheirismo e dedicação nesta etapa da minha formação.

RESUMO

Este estudo aborda o comportamento sucessório na agricultura familiar do município de Canguçu/RS, onde a continuidade dos filhos na atividade agrícola está relacionada a capacidade reprodutiva das propriedades constituídas estrategicamente por características heterogêneas cuja condição os insere diferentemente no mercado através de sua produção. Os resultados delinearão três grupos diferenciados quanto a perspectiva sucessória observando-se: propriedades com maior possibilidade sucessória, propriedades com média possibilidade sucessória e propriedades com menor possibilidade sucessória. A maior possibilidade sucessória foi observada nas propriedades com maior dinamismo de renda representadas pelas produções de fumo e soja. Os filhos possuem maior interesse em permanecerem na agricultura além de receberem incentivos dos pais. A média possibilidade sucessória estabelece-se em propriedades com produção diversificada além de milho, feijão, leite e produção de alimentos orgânicos onde os filhos apresentaram um interesse médio em permanecerem. Quanto aos que desejam permanecer na agricultura possuem racionalidades distintas, uns apostam na modernização e os outros no desenvolvimento da agricultura orgânica, mas ambos querem manter a propriedade dos pais. A menor possibilidade sucessória ocorre em propriedades com produção diversificada, milho, feijão e leite, porém, com menor interação com o mercado, onde alguns integrantes da família buscam incrementar a renda com atividades externas. Nos assentados da reforma agrária existe uma maior organização coletiva e priorizam a produção de alimentos. O desejo de continuidade dos filhos na propriedade dos pais e no desenvolvimento da agricultura é menor, atribuído a ausência de um mercado consistente para escoar a produção. O comprometimento da continuidade agrícola de muitas propriedades do meio rural do município pela falta de sucessão é uma condição eminente que requer a reestruturação de estratégias por meio de políticas adequadas para o desenvolvimento agrícola local, para instigarem o interesse de muitos jovens pela profissão de agricultor.

Palavras Chave: sucessão familiar, agricultura familiar, juventude rural

ABSTRACT

This study approaches succession behavior in the municipality of Canguçu, RS. In that town the continuity of children in agriculture is related to the reproductive capacity of strategically established properties for heterogeneous characteristics. Such conditions insert them differently in the market through its production. The results highlighted in this work have outlined three different groups as to the succession expectation, such as properties which are most likely inheritance, property averaging possibility succession and properties with less possibility of succession. The most possibility was observed in properties with greater dynamism of income represented by smoke and soy production. The children have greater interest in remaining in agriculture and are encouraged by their parents. The averaging possibility succession is established on properties with diversified production. Such properties rather than only grow corn, beans, milk and organic products. Those wishing to stay in agriculture have distinct reasons. Some are betting on modernization and others in the development of organic agriculture. In both cases they want to keep the ownership of parents. The less possibility of succession represents the properties with diversified production such as corn, beans and milk. However, in such cases there is no interaction with the market in which some family members seek to increase income from outside activities. In the settlements of agrarian reform there is a greater collective organization and have given priority to food production. The continuation of farming in many rural properties may be impaired in its existence by the lack of succession. It's something imminent that requires developing strategies through appropriate policies for local agricultural development by instigating the interest of many young people in farming profession.

Key-words: family succession, family farmers, rural youth, new strategies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Propriedades rurais abandonadas no município de Canguçu.	40
Figura 02 – Vista parcial da cidade de Canguçu.	52
Figura 03 – Localização do município de Canguçu no estado do Rio Grande do Sul.	57
Figura 04 – Mapa com a divisão distrital do município de Canguçu.	58
Figura 05 – Densidade Demográfica Preliminar (2010) do município de Canguçu.	63
Figura 06 – Escola Municipal de E.F. em funcionamento – 4º distrito de Canguçu.	65
Figura 07 – Escola municipal de séries iniciais desativada no 1º distrito de Canguçu.	70
Figura 08 – Paisagem rural de Canguçu.	72
Figura 09 – Lavoura com plantação de milho - 1º distrito de Canguçu.	79
Figura 10 – Família agricultora pesquisada.	89
Figura 11 – Propriedade com estrutura para a produção do tabaco.	102
Figura 12 – Família realizando o plantio de mudas de fumo.	103
Figura 13 – Estruturas de secagem e armazenamento de grãos no interior do município de Canguçu.	105
Figura 14 – A diversificação produtiva em propriedades de Canguçu.	110
Figura 15 – Família com produção diversificada e com sucessão.	111
Figura 16 – Propriedades pluriativas com predomínio de mulheres na gestão.	116
Figura 17 – Máquina de beneficiamento da farinha de milho – Assentamento Sem Fronteira.	119
Figura 18 – Galpão adequado para a ordenha do leite - Assentamento União.	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Capacidade de uso do solo e área no município de Canguçu.	60
Tabela 02 – População do Município de Canguçu (1920-2014).	61
Tabela 03 – População urbana e rural por grupo de idade/ano censo, no município de Canguçu.	62
Tabela 04 – População do município de Canguçu por faixa etária, sexo e domicílio, conforme censo do ano de 2010.	62
Tabela 05 – Dados de Longevidade, mortalidade e fecundidade no município de Canguçu. ..	64
Tabela 06 – Número de matrículas iniciais totais por modalidade de ensino no município de Canguçu/RS no período de 2010 a 2014 em escolas municipais.	66
Tabela 07 – Número de matrículas iniciais totais/ano/distrito nas escolas municipais.	66
Tabela 08 – Número de matrículas iniciais no município de Canguçu em escolas rurais por distrito no ensino fundamental e médio das escolas estaduais.	68
Tabela 09 – Matrículas iniciais Urbanas no município de Canguçu por modalidade/ensino em escolas estaduais.	68
Tabela 10 – Matrículas iniciais/modalidade/ensino no município de Canguçu em escolas urbanas e privadas.	69
Tabela 11 – Número e área dos imóveis rurais de Canguçu, por extrato de área em 2012.	73
Tabela 12 – Produção de fumo no município de Canguçu em toneladas, área total e produtividade / hectare referente período entre 2000 à 2015.	78
Tabela 13 – Origem das propriedades pesquisadas em Canguçu.	84
Tabela 14 – Número de filhos por casal de agricultores entrevistados.	100
Tabela 15 – A importância da agricultura familiar no município de Canguçu de acordo com a opinião dos estudantes.	124
Tabela 16 – Principais projetos e incentivos que os estudantes gostariam de desenvolver no futuro na propriedade dos pais.	125
Tabela 17 – Opinião dos estudantes sobre a sucessão na propriedade dos pais.	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

COESC – Cooperativa dos Estudantes de Canguçu

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COOPAL – Cooperativa de Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul Ltda.

COOPAR – Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda.

COSULATI – Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

EFA – Escola Família Agrícola

EMATER – Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FEAPER – Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais.

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul

FJP – Fundação João Pinheiro

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

HA – Hectares

IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MST – Movimento Sem Terra

OCERGS - Organização das Cooperativas no Estado do Rio Grande do Sul

OGMS – Organismos Geneticamente Modificados

OIJ – Organização Ibero Americana da Juventude

OMS – Organização Mundial da Saúde

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PMC – Prefeitura Municipal de Canguçu

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SIM – Sistema de Inspeção Municipal

SMEE – Secretaria Municipal de Educação e Esporte

UNAIC – União das Associações do Interior de Canguçu

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO	12
1.1 O Problema da pesquisa	18
1.2 Justificativa.....	20
1.3 Objetivos.....	20
1.4 Método e Metodologia.....	21
CAPITULO 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	29
2.1 Agricultura familiar	29
2.2 Sucessão familiar.....	40
2.3 A juventude rural e a agricultura familiar	46
CAPITULO 3 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU	52
3.1 Aspectos históricos da formação do município de Canguçu.....	53
3.2 Aspectos geográficos de Canguçu.....	56
3.3 Aspectos socioeconômicos do município de Canguçu.....	60
3.4 A estrutura educacional de Canguçu	64
CAPITULO 4 O ESPAÇO AGRÁRIO NO MUNICÍPIO DE CANGUÇU.....	72
4.1 Estrutura fundiária	72
4.2 Produção agrícola e pecuária no município de Canguçu.....	76
4.2.1 Produção agrícola	76
4.2.2 Produção pecuária.....	80
CAPITULO 5 O COMPORTAMENTO SUCESSÓRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS.....	83
5.1 Propriedades com maior possibilidade sucessória.....	101
5.2 Propriedades com média possibilidade sucessória	109
5.3 Propriedades com menor possibilidade sucessória.....	114
5.4 A relação dos jovens estudantes com a agricultura familiar	123
5.5 O envolvimento das entidades municipais no debate sobre a permanência dos jovens na agricultura familiar.	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	137
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	142
APÊNDICES	

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

Este estudo consiste na abordagem sobre o comportamento sucessório na agricultura familiar, considerando ser essa uma variável que poderá contribuir na continuidade da reprodução das atividades agrícolas desenvolvidas no município de Canguçu. Para o entendimento dessa questão, buscou-se conhecer as características da agricultura desenvolvida atualmente e quais as iniciativas adotadas no sentido de efetivar a sucessão familiar.

A fundamentação teórica apoiou-se nos principais conceitos adotados no estudo em que inicialmente pelas premissas de SANTILLI (2009) apresentou-se brevemente o histórico da constituição da agricultura ao longo dos tempos considerando a importância dos alimentos na sobrevivência humana e no aumento populacional. A agricultura brasileira, na concepção de BRUMER (2003), foi marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira através de três características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura que daria lugar a uma agricultura camponesa em estado precário no sentido jurídico, econômico e social.

Já em meados da década de 60 do século passado a Revolução Verde impôs um modelo agrícola baseado na mecanização, quimificação e em tecnologias abrangentes que fossem capazes de homogeneizar as formas produtivas, desconsiderando as condições peculiares sobre a qual se assenta a agricultura em pequena escala, porém desencadeando um processo abrangente no desenvolvimento do agronegócio brasileiro.

A evolução da agricultura brasileira nas últimas décadas trouxe em seu contexto novidades para o desempenho agrícola dentro de diferentes escalas produtivas, atingindo também o segmento que produz em menor escala, responsabilizado e nomeado como o setor da produção alimentar, que a passos vagarosos busca a superação do título de atrasado. É inegável que a modernização instaurada no setor da agricultura familiar apresentou grandes contribuições auxiliando o desenvolvimento das atividades agrícolas com a apropriação de inovações tecnológicas e com a incorporação de atividades para melhorar o desempenho econômico resultando no aumento da produtividade da terra. Contraditoriamente à evolução

da tecnologia produtiva no campo, a condição do sujeito agricultor ainda não conseguiu ser superada, e agora constitui uma das questões preocupantes no que tange a reprodução da agricultura familiar e sua permanência no futuro.

A identidade¹ de ser um agricultor se transforma quando este busca a aproximação com as condições urbanas e as reconhece como imprescindíveis para a sua sobrevivência mesmo vivendo no meio rural criando novas formas de desenvolver-se. Para ABRAMOVAY (2009) quando as regiões rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias aos seus próprios habitantes e também às cidades, então poderá se aplicar a noção de desenvolvimento.

Os estudos referentes à reprodução da agricultura familiar e a consolidação de seu desenvolvimento vem, faz algum tempo construindo um complexo debate aproximando as diferentes áreas do conhecimento com a categoria, que buscam traçar estratégias de desenvolvimento para a permanência deste segmento agrário. Estudos recentes demonstram que as melhorias nas condições da execução do trabalho agrícola introduzidas pela inserção de técnicas adequadas facilitam o cotidiano do agricultor e são capazes de promover a dinamização do espaço ocupado pela agricultura alcançando um melhor desempenho viabilizando avanços na produtividade garantindo um maior volume produzido. No entanto, a técnica para ser aplicada de maneira eficiente ainda precisa de um elemento que o execute, o agricultor.

A discussão sobre a manutenção dos agricultores no meio rural e a sua reprodução como agricultores, preocupa também órgãos públicos que fomentam o setor agrícola através de políticas públicas que são executadas pela extensão rural desenvolvida principalmente pelas entidades governamentais de apoio a extensão rural e de instituições não governamentais.

As ações afirmativas e encaminhamentos de projetos de incentivo para o desenvolvimento do setor primário nos municípios com características predominantemente agrícolas visam o incentivo, a organização coletiva e a busca pela inserção de novas alternativas adequadas compatíveis com a necessidade de cada propriedade permitindo que se agreguem outras formas de rentabilidade econômica.

¹Para HALL (2001) o individuo pode assumir outras identidades de acordo com sua interação social, mas não perde sua identidade essencial, que se forma com base no ambiente cultural em que está inserido.

Atualmente a agricultura familiar perde em muitos casos pela ausência de desempenho adequado em atividades que ainda requerem o emprego de mão de obra, comprometendo a existência das estruturas agrícolas montadas por agricultores familiares que quando em situação de idade mais avançada acabam vendendo suas propriedades ou simplesmente as deixam para trás. A isto se acresce falta de interesse por parte dos descendentes em gerir uma propriedade rural e exercerem a profissão de agricultor. Diante dessa situação a produção agrícola encontra-se vulnerável em municípios de base econômica agrícola, pela queda na eficiência e ausência de alguns tipos de cultivos característicos da produção em pequena escala. Fato ocasionado pela falta de mão de obra no âmbito familiar por que os filhos não permaneceram no meio rural e também pela indisponibilidade de mão de obra qualificada externa para o desempenho de atividades consideradas simples. Como consequência ocorre uma queda na produção alimentar diversificada e de qualidade que, evidentemente, reflete na quantidade disponibilizada para o mercado consumidor urbano, constatando-se que muitas atividades que necessitam de maior emprego de mão de obra estão deixando de existir.

Nesse sentido, a reprodução da agricultura familiar encontra-se condicionada aos fatores internos do núcleo familiar, dado a falta de mão de obra e esta em muitos casos se justifica pela ausência de descendentes que queiram ser agricultores e ainda pela interferência de agentes externos que são a falta de mercado para a comercialização dos produtos agrícolas, e a falta de política adequada na delimitação de preço para a produção.

Para embasar a compreensão sobre o estudo ressalta-se por breve histórico da ocupação e a configuração da agricultura no estado do Rio Grande do Sul possuidor de um território amplo e diverso, permitindo uma heterogeneidade quanto ao tipo de exploração agrícola a ser adotado nas propriedades, delimitadas pelas condições naturais de cada lugar. Conforme BROSE (1999 p. 22), o estado dividiu-se em duas grandes áreas conhecidas como metade norte e metade sul. O autor considera que a metade sul foi colonizada a partir do século XVII por imigrantes ibéricos e aventureiros paulistas o que configurou uma organização fundiária com grandes propriedades, desenvolvendo uma exploração de pecuária extensiva. Posteriormente, no século XX nestas mesmas áreas introduziu-se o plantio de arroz irrigado. A agricultura familiar constituiu-se na metade norte do estado, com a chegada de imigrantes agricultores e artesões oriundos principalmente da Itália e da Alemanha em meados do século XIX.

Como recorte espacial da pesquisa delimitou-se o município de Canguçu, inserido na metade sul do Estado do RS, com sua economia oriunda do setor primário baseada na agricultura familiar. Este município possui a especificidade de ser o maior concentrador de minifúndios² da América latina. Na condição fundiária, apresentada pelos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), destaca-se a concentração de imóveis rurais com áreas inferiores ao módulo rural vigente no município que é de 16,4 hectares. O município possui 8,5 mil Declarações de Aptidão (DAPs) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O eixo central da pesquisa foi entender o processo da sucessão familiar no contexto da agricultura do município de Canguçu/RS, para identificar o comportamento no âmbito familiar sobre a continuidade das atividades agrícolas nas propriedades rurais. Conhecer as articulações delineadas pelos agricultores familiares para incentivar a permanência dos seus filhos nas suas propriedades, bem como a percepção dos jovens sobre as atividades agrícolas atuais desenvolvidas no município e se eles pretendem seguir a profissão de agricultor. Optou-se pelo estudo destas variáveis para conhecer as racionalidades adotadas em cada núcleo familiar, considerando-se que atualmente a discussão quanto à continuidade da agricultura vai além da escolha de um sucessor na agricultura. Condição esta que se apresentava quando as famílias eram mais numerosas. Hoje, o contexto que se apresenta são unidades familiares com número reduzido de filhos e estes desde jovens, possuem certa autonomia, buscando para o seu futuro a emancipação financeira.

Na composição da pesquisa foram citadas as principais ações que são desenvolvidas por entidades municipais no sentido de reorganizar e orientar atividades que proporcionem produtividade no segmento primário destacando-se o incentivo a agricultura orgânica através da produção de alimentos mais saudáveis e cuidados com o meio ambiente que podem ser aliados a pecuária em pequena escala complementando um ciclo produtivo anual capaz de proporcionar uma geração de renda mais equitativa ao longo do ano.

A delimitação do conceito de agricultura familiar que é regido pela Lei nº 11.326 do ano de 2006, ajusta-se com o autoreconhecimento dos interlocutores empíricos que se identificaram como agricultores familiares, condição constatada na pesquisa de campo quando foi perguntado a eles sobre a profissão que exerciam. O uso do conceito de sucessão familiar é

² A Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, artigo 4º, IV – define por “minifúndio”, o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar.

coerente com a ideia central da proposta da pesquisa vinculando-se ao processo sucessório cuja ação pressupõe como sujeitos responsáveis pela continuidade da agricultura familiar os jovens rurais, filhos de agricultores.

O estabelecimento da sucessão nas propriedades pesquisadas resultou na distinção de três grupos definidos pela maior possibilidade sucessória, média possibilidade sucessória e menor possibilidade sucessória, concebidas pelas condições de desenvolvimento das atividades agrícolas.

A maior possibilidade sucessória se apresenta no grupo de agricultores familiares que possuem estruturas adequadas e inovações tecnológicas em maior grau e estão inseridos no sistema integrado a agroindústria e os que visam à produção para o comércio externo, além da produção principal ocorrem cultivos para o autosustento familiar como o milho e o feijão. Desenvolve-se uma produção concentrada com maior geração de renda possibilitando um melhor dinamismo interno. Nestas propriedades pesquisadas ocorre o maior índice de permanência dos filhos na agricultura e de sucessão familiar.

A média possibilidade sucessória ocorre com uma permanência média dos filhos, constituindo-se nas propriedades onde predominam em sua maioria conjuntamente a diversificação de cultivos de produtos alimentares e a produção leiteira. A produção agrícola principal é o cultivo de milho, feijão, entre outras culturas em menor proporção. A produção de alimentos orgânicos também é desenvolvida nestas propriedades, que são comercializados coletivamente diretos ao consumidor. São propriedades com condições estruturais adequadas para o desenvolvimento agrícola, com inovações tecnológicas moderadas.

A menor possibilidade sucessória ocorre nas propriedades com deficiência dos meios de produção que apresentam dificuldade de acesso ao mercado consumidor. Nas propriedades ocorre uma produção principal para a comercialização baseada no cultivo de milho, feijão além de outros cultivos em menor proporção. São dependentes de atravessadores e a falta de geração de renda constante ao longo do ano é um dos contribuintes pela saída dos filhos das propriedades, condição que é incentivada por muitos pais no sentido de encaminharem seus filhos para atividades com maiores retornos financeiros.

Para os jovens estudantes a agricultura é uma atividade econômica importante no município e em sua maioria gostariam de serem sucessores, mas gostariam de incorporar as

propriedades outras atividades desempenhadas com tecnologias mais modernas e integradas às agroindústrias e ao comércio, para o desenvolvimento de uma viabilização econômica perene, o que contribuiria para aumento do interesse dos jovens pela agricultura e para fixação dos mesmos nas propriedades dos pais.

A estrutura da dissertação está composta pelos seguintes capítulos:

Capítulo 1 – Este capítulo compõe-se pela introdução à pesquisa apresentando o problema e a justificativa do seu estudo, além do objetivo principal e dos objetivos específicos desenvolvidos a partir do método de pesquisa e da metodologia adotada para buscar as respostas para a pesquisa.

O método adotado para a análise da discussão da pesquisa foi o materialismo histórico dialético permitindo observações criteriosas e críticas sobre o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Canguçu considerando as variáveis que interferem no processo da continuidade dos jovens na propriedade dos pais como sucessores na agricultura ou os afastam do meio rural, contribuindo com o êxodo local.

Capítulo 2 – Este capítulo apresenta a fundamentação teórica utilizada na pesquisa e foi amparada nas concepções de autores clássicos e contemporâneos que estudam a questão agrária contribuindo na identificação de questões sociais e econômicas, dos quais se destacam ABRAMOVAY, BROSE, BRUMER, CHAYANOV, CARNEIRO, GUSMAN E MOLINA, LAMARCHE, OLIVEIRA, VERGOPOULOS, WANDERLEY e WORTMANN entre outros. O referencial teórico contribuiu para a identificação da organização da agricultura encontrada no município estabelecendo uma contextualização entre o teórico e o empírico.

Capítulo 3 – Este capítulo abrange a caracterização histórica e geográfica do município de Canguçu/RS. Baseados em autores locais e regionais tais como BENTO e PESAVENTO respectivamente e dados coletados em instituições como a 5ª Coordenaria Regional da Educação, Secretaria Municipal de Educação e Esportes e IBGE.

A identificação histórico-geográfica consiste na apresentação dos aspectos da ocupação histórica do município e as condições físico-naturais influenciando na ocupação e no desenvolvimento agropastoril. Foram considerados dados atuais sobre a educação no contexto urbano e rural que subsidiaram a temática principal de análise.

Capítulo 4 – Este capítulo abrange o espaço agrário do município de Canguçu/RS fundamentado pelos principais referenciais baseados em COTRIM, DELGADO, MALUF, VIEIRA entre outros e dados coletados no site do IBGE e INCRA.

Constitui-se pela apresentação da estrutura fundiária do município de Canguçu e a produção agrícola: soja, fumo, milho, feijão, frutas e hortaliças. A produção pecuária do município é composta por um rebanho misto podendo destacar-se a produção leiteira que esta associado a produção agrícola em muitas propriedades.

Capítulo 5 – Este capítulo apresenta o comportamento sucessório da agricultura familiar no município de Canguçu/RS, apoiando sua fundamentação nas concepções de CARNEIRO, STROPASOLLAS, RIBEIRO, WANDERLEY e WORTMANN entre outros autores.

1.1 O Problema da pesquisa

O problema da pesquisa constituiu-se pela incógnita sobre a manutenção das atividades agrícolas desenvolvidas em regime familiar e se a evasão dos filhos influencia no processo sucessório comprometendo social e economicamente a reprodução da agricultura realizada em pequena escala no município de Canguçu.

A reflexão se constituiu inicialmente, pela percepção de que em algumas propriedades rurais apresentam níveis de estagnação, limitando-se a poucas atividades, justificados pela falta de mão de obra familiar e pela a indisponibilidade de pessoas para serem contratadas como trabalhadores temporários para a realização de algumas tarefas. Estas propriedades, com potencial agrícola perderam sua eficiência, pela incapacidade de produzir de forma diversificada comprometendo a sua viabilidade econômica. A redução no tamanho das lavouras se dá quando o trabalho não pode ser executado por um número mínimo de pessoas. Em muitas propriedades do município vivem e trabalham atualmente apenas o pai e a mãe estes com idades mais avançadas, comprometendo o cultivo em áreas maiores e a própria economia da unidade produtiva.

Por que hoje é comum encontrar no campo apenas o casal de agricultores? A resposta imediata vem pelo número reduzido de filhos apresentados pelos dados de queda da taxa de fecundidade pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE). Condição agravada nas propriedades com reduzido número de descendentes e por que estes filhos na maioria das vezes exercem profissões em outro segmento produtivo da sociedade. Não raro, partiram bem jovens para os centros urbanos com o propósito de buscar a complementação escolar e qualificação para atividades econômicas mais rentáveis. Neste sentido, é comum o consentimento dos pais na decisão de saída dos filhos, constatando que o desenvolvimento da agricultura atual nestas propriedades não torna viável a manutenção de seus filhos jovens no meio rural.

As propriedades pesquisadas no interior do município de Canguçu em sua maioria são constituídas por suficientes estruturas e compõem-se por casas de moradia com conforto que é proporcionado pela energia elétrica e acesso a comunicação, além de galpões, ferramentas auxiliares no desenvolvimento das atividades agrícolas, maquinários, tratores e também de animais de tração, além da terra voltada a exploração agrícola, que foi comprada, herdada, parceria, meação, arrendamento e assentamentos da reforma agrária. As propriedades com condições mais precárias em infraestrutura, também possuem condições de reprodução em um nível menor em relação às demais o que é equivalente a área de uso para a agricultura, com a produção diversificada para o autoconsumo e venda do excedente.

O patrimônio agrícola acumulado e construído durante toda uma vida de trabalho sacrificado pelos pais deveria ter criado condições de assegurar o futuro sonhado e planejado para os proprietários, principalmente de um envelhecimento digno e satisfatório agregando o patrimônio adquirido aos valores imateriais, que muitas vezes representam parte da tradição e costumes dos antepassados, revelados por algumas famílias, onde não há valor de venda capaz de pagar o seu real valor. Para tanto, é necessário a análise a partir da unidade familiar, como um grupo, onde se prepara (ou não) a sucessão familiar. E algumas perguntas precisam de respostas como: Qual a expectativa para a continuidade da agricultura familiar? Quais são os fatores que impedem a sua reprodução?

1.2 Justificativa

O comportamento sucessório na agricultura familiar do município de Canguçu foi delimitado como tema de pesquisa por ser um dos fatores relevantes para a continuidade deste segmento, manifestando complexidades no estabelecimento desse processo que poderão comprometer futuramente as formas de sua reprodução agrícola.

A questão sucessória familiar vem sendo discutida no município e de forma mais ampla em nível estadual e nacional por entidades ligadas ao segmento promovendo encontros com jovens do meio rural para discutir os principais problemas que levam a migração dos filhos de agricultores para outros setores da economia. Esta situação não afeta somente os pais agricultores, mas a toda a sociedade, com a possibilidade do desaparecimento gradual de um segmento agrícola importante que é voltado principalmente a produção alimentar. E no âmbito acadêmico ainda comprova-se a inexistência de estudos locais sobre as medidas adotadas pelos agricultores familiares no núcleo interno das famílias, capazes de promover a permanência e a continuidade das atividades agrícolas nas propriedades, através da sucessão de seus filhos.

Não se objetivou traçar soluções para o problema da falta de continuidade na agricultura, mas apontar os principais indícios que levam para a desistência da profissão de agricultor por parte dos jovens, evidenciando as percepções e o comportamento dos agricultores assim como a perspectiva dos mesmos sobre a reprodução desta atividade no futuro. A pesquisa de campo possibilitou identificar as principais medidas adotadas na reprodução do desenvolvimento agrícola no município.

1.3 Objetivos

Objetivo geral

Estudar os fatores influentes no comportamento sucessório e suas consequências na reprodução da agricultura familiar no município de Canguçu/RS.

Objetivos específicos

- Caracterizar a agricultura familiar no município de Canguçu/RS;
- Identificar a expectativa dos agricultores familiares na questão sucessória para a continuidade das atividades;
- Investigar as condições para a manutenção das atividades no campo e a permanência dos filhos no campo;
- Verificar como os órgãos públicos competentes intervêm nas questões relacionadas a manutenção e reprodução da agricultura familiar;
- Verificar a identidade dos jovens com o meio rural e os motivos da saída do campo para a cidade quando esta situação acontece.

1.4 Método e Metodologia

O embasamento teórico amparou-se nas concepções de MARX e ENGELS pelo método do materialismo histórico dialético possibilitando a reflexão a partir da realidade empírica como parte da concepção materialista para a análise da sociedade, dando sentido a compreensão das ideias produzidas sobre a natureza e da relação humana com a existência material dos objetos a sua volta pela sua incidência. A revisão teórica propicia o entendimento através da fundamentação feita com a utilização de estudiosos que refletem sobre o tema trazendo subsídios a problemática, contribuindo no fomento das respostas para a construção da pesquisa em si, que segundo D'INCAO apud MATOS e PESSOA (2013) é que:

A busca da teoria no processo de investigação resulta da crença que o cientista tem na existência de algo suscetível a ser definido como estrutura da coisa, coisa em si, isto é, da crença que o cientista tem na possibilidade de conhecer mais profundamente a realidade percebida (D'INCAO apud MATOS e PESSOA, 2013, p.156).

A proposta para esta pesquisa nasce da necessidade de respostas, a partir do que se denomina como um problema, caracterizado aqui pela falta de continuidade das atividades agrícolas no âmbito familiar, e se a falta de sucessores é um fator determinante para que esta condição ocorra. Para a explicação deste fenômeno adotou-se o estudo de caso como procedimento de investigação pressupondo-se uma atitude concreta em relação ao objeto estudado conforme MARCONI e LAKATOS (2008 p. 110).

A ideia inicial vem amparada pelas concepções de MINAYO (2002), considerando que toda a investigação inicia-se por um problema, com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, que articulados a conhecimentos anteriores possibilitam a demarcação e criação de novos referenciais. O conhecimento sobre a área delimitada para a pesquisa pelo recorte espacial e as condições estabelecidas percebidas “in loco” da reprodução das atividades agrícolas no local levaram a indagação sobre a situação, transformando-se no tema da pesquisa.

A escolha do município de Canguçu justifica-se por fatores considerados importantes e que contribuirão para analisar o comportamento da sucessão no segmento familiar, destacando-se por ser o que possui o maior número de minifúndios no Brasil e com sua economia baseada na agricultura familiar. Um fato já constatado empiricamente em trabalhos de campo realizados na disciplina de Geografia Agrária e no meio rural do município, é que em muitas propriedades residem apenas pessoas com idade mais avançada, sem perspectiva sucessória. Esta observação se concretizou quando da pesquisa de campo e aplicação das entrevistas.

O percurso metodológico adotado para o desenvolvimento desta pesquisa é pela aplicação da metodologia qualitativa e quantitativa. A escolha por este modo de investigação se dá pela adequação aos propósitos a serem atingidos com respostas para as hipóteses. Os dados coletados na pesquisa de campo foram comparados em determinadas situações com os dados secundários resultante dos levantamentos realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Primário (SMDP) e Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). O primeiro contato para a realização da pesquisa empírica ocorreu em outubro de 2013, com lideranças do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Canguçu, Prefeitura Municipal e EMATER, por julgar necessário uma comunicação prévia aos entrevistados do teor da pesquisa, como forma de validação e garantia do comprometimento enquanto aluna do mestrado da Universidade Federal do Rio Grande, para com o público pesquisado.

De acordo com GIL (2007, p.30);

[...] a quantidade e qualidade são características iminentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as

mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos. (GIL, 2007, p. 30).

A proposta de utilização do método quantitativo serviu para a análise e coleta de dados primários e secundários. Para DENZIN (2006, p. 23) [...] os estudos quantitativos enfatizam o ato de medir e de analisar as relações causais entre variáveis, e não processos. Desta forma, os dados estatísticos coletados contribuíram para a compreensão da dinâmica atual através da identificação dos principais fatores externos pela sua relação com o problema. Ainda de acordo, com os autores citados as diferenças entre a pesquisa qualitativa e quantitativa são muitas, porém, as diferenças não excluem possibilidade de empregá-las em combinação e / ou integração.

A coleta de dados realizou-se através de documentação direta definida por MARCONI e LAKATOS (2008) como observação direta intensiva aplicando-se as técnicas de observação sistemática onde através do sentido da percepção pode-se examinar as condições encontradas nas propriedades e entrevistas que foram realizadas nas propriedades rurais no município de Canguçu através de pesquisa efetuada com os integrantes da família, baseado no modo de entrevista semi-estruturada.

Inicialmente solicitou-se a indicação de agricultores que tivessem representatividade em suas localidades aos técnicos da EMATER e Sindicato dos Trabalhadores do município, que disponibilizaram os contatos telefônicos dos agricultores sugeridos para a apresentação da dinâmica da pesquisa de campo e sua finalidade. Estes agricultores, determinados em cinco passaram a ser denominados como agricultores-chave na pesquisa, representando os cinco distritos do município, aos quais foi apresentada a proposta da pesquisa e solicitado a sua colaboração para a indicação de propriedades na redondeza e de seu contato com estes agricultores para a solicitação de permissão para a realização da pesquisa. O trabalho empírico foi desenvolvido em localidades diversas no interior do município de Canguçu com os agricultores familiares e filhos e na sede do município com alunos da Escola Técnica em Agricultura (ETEC). Foi organizado em etapas distintas para facilitar ao acesso as propriedades no interior do município.

O resultado final do trabalho de campo resultou em uma amostragem de 80 propriedades visitadas, com 79 entrevistas realizadas aos agricultores pais e 10 entrevistas com os filhos que trabalhavam com os pais na mesma propriedade. A escolha das

propriedades e dos agricultores para a realização das entrevistas foi de forma aleatória distribuídas nos cinco distritos, priorizando-se as propriedades com maior proximidade uma das outras, mas com os mais diversos tipos de atividade agrícola. Um agricultor não concordou participar da entrevista, justificado pela falta de tempo no momento por estar se deslocando para a sede do município.

A pesquisa empírica foi realizada com a aplicação de entrevistas semiestruturadas por meio de visitas as propriedades permitindo conhecer a realidade dos agricultores e ouvir suas percepções e perspectivas quanto a continuidade da reprodução agrícola. A pesquisa com os jovens foi realizada com jovens filhos de agricultores. Destaca-se que o número de jovens encontrados nas propriedades dos pais foi reduzido gerando alteração no cronograma inicial da pesquisa, tornando-se necessário buscar opiniões de jovens filhos de agricultores que estudam na ETEC, onde muitos realizam o curso técnico em agricultura.

No dia combinado os agricultores que já haviam sido contatados pelo agricultor-chave local, aguardavam a visita para a entrevista nas suas casas realizando afazeres internos na sede da propriedade e outros estavam trabalhando na lavoura, mas paravam o trabalho por alguns minutos para a conversa. Nas propriedades visitadas onde se desenvolvia a produção de fumo, era o período do transplante das mudas para o local definitivo na lavoura e toda a família se envolvia na atividade, tornando as conversas bastante enriquecedoras, pois todos que estavam presentes no local participaram.

Em muitas visitas a entrevista estendia-se por mais tempo do que havia sido planejado, pois os agricultores gostavam de mostrar as produções guardadas da colheita, as sementes que selecionavam para a plantação e as formas de plantio que adotavam.

Quanto a utilização de entrevista RAMIRES (2003), ressalta que mesmo;

[...] contribuindo para a obtenção de dados referentes a diferentes aspectos do modo de vida e também de suas relações sociais, sendo que estas ainda estão sendo desenvolvidas podendo inclusive ter mais elementos agregados no decorrer da pesquisa, conforme a acessibilidade e a viabilidade encontrada no campo de estudos planejados previamente. (RAMIRES, 2003, p.286).

O material fotográfico coletado nas propriedades além de ilustrativo serviu como material de apoio nas análises das entrevistas, pois em muitos casos expressaram realidades

não destacadas verbalmente pelos agricultores, decorrentes de problemas enfrentados internamente pela falta de condições de investimentos, por crises nas produções dos anos anteriores além de outros fatores mais pessoais.

A intervenção na escola técnica de Canguçu foi feita após o contato prévio com o coordenador do curso técnico em agricultura da escola que autorizou a aplicação dos questionários, sendo feita a apresentação do objetivo da pesquisa para todos os alunos em sala de aula e realizando-se o convite aos jovens do meio rural para a participação nas entrevistas. Receberam uma cópia com as questões para serem respondidas em suas casas e entregues posteriormente para a coordenação. Observou-se nesta visita na escola que alguns alunos eram filhos de agricultores que já tinham sido visitados nas propriedades, mas que os mesmos não encontravam-se no momento da entrevista na casa dos pais por estarem estudando.

Optou-se pela aplicação de questionários sobre a importância da agricultura familiar, os principais projetos desejados para serem executados futuramente nas propriedades dos pais e sobre a possibilidade de serem sucessores. Foram respondidos por 96 jovens, dos quais 84 estudantes são do meio rural em sua maioria, que estudam na sede do município. O recolhimento dos questionários foi feito após quinze dias após a entrega dos mesmos. A opção de entrevistar os jovens estudantes pela necessidade de entender o seu interesse pela agricultura, em razão de se encontrar um número reduzido de jovens que permanecem e trabalham com os pais nas propriedades pesquisadas.

Na sua maioria das propriedades pesquisadas, onde se estabelece uma dinâmica agrícola menor, os jovens são direcionados para estudar na cidade de Canguçu e se aprimoram em cursos mais especializados que consequentemente os insere em outras atividades no mercado de trabalho urbano.

As afirmações de CALLAI apud SOTRATTI e MARAFON (2013, p.197) quanto “partir do mais real possível, procurando entender tal qual ela se apresenta”. Ressaltam o conhecimento que o pesquisador deve ter quando este vai realizar o trabalho de campo de sua pesquisa. Esta é uma forma que facilita o entendimento do contexto da pesquisa no sentido de ater-se a identificação dos cultivos do lugar, épocas de plantio, funcionamento da assistência técnica entre outros assuntos possibilitando o diálogo com os interlocutores empíricos.

O agricultor é sábio no seu ofício indo muito além da técnica aplicada no desempenho de suas atividades. O saber teórico acadêmico muitas vezes não serve para convencê-lo à relatar para o pesquisador que é oriundo do meio urbano a sua vivência, suas preocupações e até mesmo seus sonhos referentes ao seu trabalho cotidiano. É necessário estabelecer um elo de confiança garantindo que o teor das informações concedidas sejam tratadas com a finalidade científica devida e interpretados corretamente a fim de que possam criar um compromisso com o sujeito pesquisado.

A abordagem sobre a sucessão familiar é um tema que interessa apenas ao núcleo familiar e é discutido internamente. Assim, as razões mais íntimas adotadas que delineiam este processo não são levadas ao conhecimento nem mesmo para as pessoas conhecidas e próximas da família. Considerando-se essa particularidade, e a delicadeza do tema procurou-se conduzir a investigação a partir de perguntas introdutórias para identificar o tipo de exploração agrícola adotada na propriedade, quantas pessoas trabalham na propriedade, porque escolhem plantar determinadas culturas e não outras. A investigação revelou às condições internas de cada grupo familiar e principalmente as racionalidades adotadas na reprodução agrícola a partir do reconhecimento da disponibilidade de diversos fatores como mão de obra, insumos e principalmente da disponibilidade de terra para ser utilizada para a produção agrícola. Conforme SILVA e MENDES (2013);

Nos estudos rurais, a entrevista é uma técnica de investigação capaz de oferecer ao pesquisador as características peculiares de cada contexto, tanto no âmbito socioeconômico quanto no cultural. Por intermédio dela, é possível conhecer como as pessoas pensam e agem e no que acreditam, bem como são considerados seus valores, sentimentos e símbolos vivenciados no cotidiano. (SILVA E MENDES, 2013 p. 213).

Os resultados da pesquisa referente às entrevistas com os agricultores e de seus filhos originaram-se através dos dados de relatórios individuais por cada família pesquisada e agrupados de acordo com as respostas obtidas. Considerando-se como norteadores na delimitação dos dados, as características da produção agrícola adotada em cada propriedade e as perspectivas quanto ao processo sucessório em cada categoria resultando em três grupos distintos: com maior possibilidade sucessória, média possibilidade sucessória e menor possibilidade sucessória. Os dados são apresentados através da reflexão sobre as questões citadas, tabelas e relatos individuais, destacando a ideia principal do pesquisado que foi identificado com letra, suprimindo o seu nome. As entrevistas com os jovens agricultores não

permitiu a origem de dados isolados, resultando em considerações que foram agrupadas com as entrevistas dos agricultores pais.

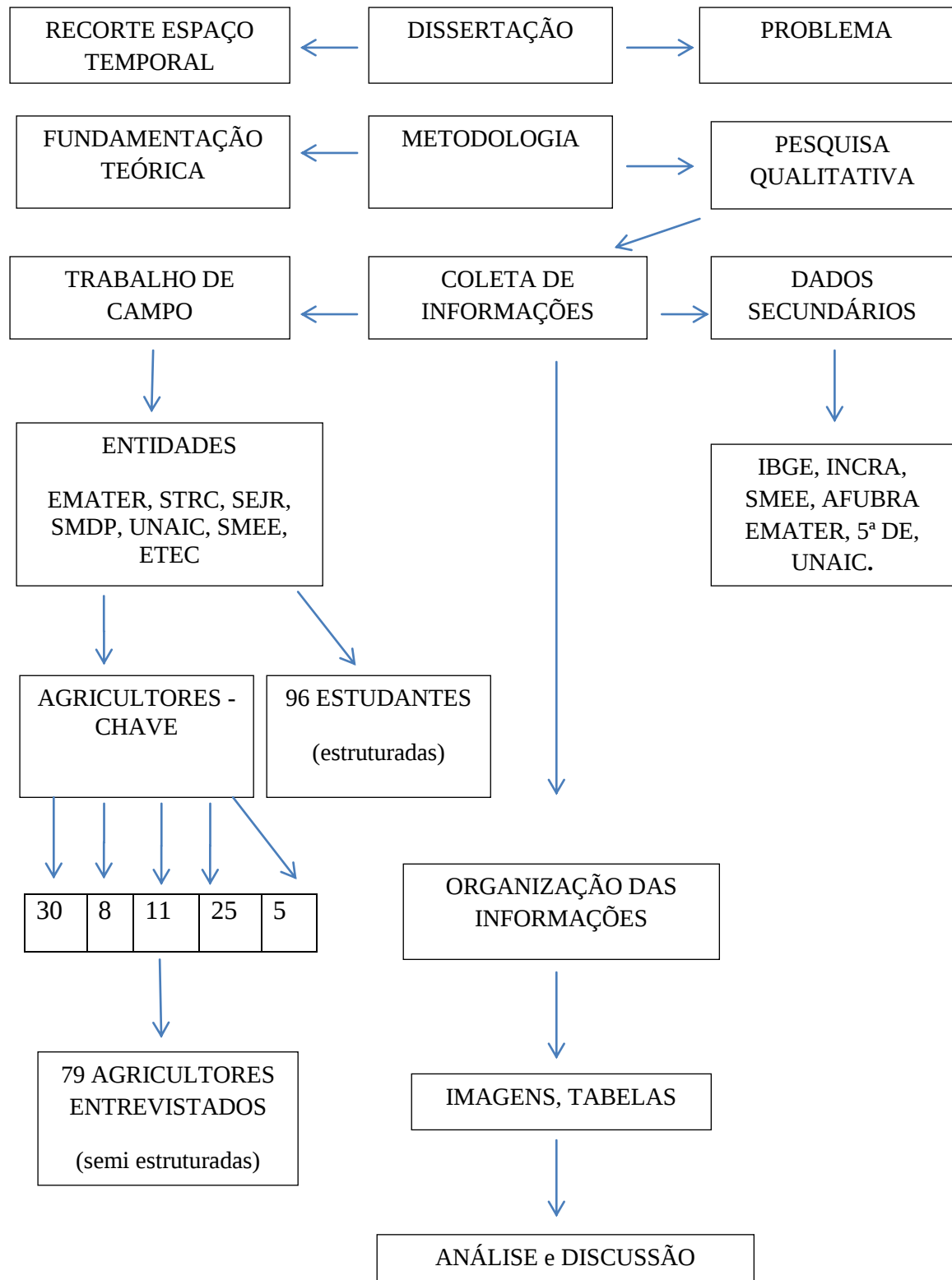
Os resultados da pesquisa referente às entrevistas realizadas com os estudantes da Escola Técnica de Canguçu se originaram das entrevistas individuais, que foram respondidas por escrito. Sua sistematização foi realizada com o agrupamento de respostas, originando os dados das tabelas.

Quanto à pesquisa com os responsáveis pelas entidades apresentou-se através da reflexão baseada nos dados citados nas entrevistas que foram realizadas de forma individual.

A construção da pesquisa estruturou-se nas seguintes etapas de acordo com o percurso metodológico adotado:

- a) Definição da teoria e metodologia a ser usada e respectiva organização;
- b) Coleta dos dados secundários e organização em tabelas e gráficos;
- c) Adequação das questões das entrevistas, para os agricultores responsáveis pelas propriedades e seus filhos;
- d) Contatos com as principais entidades do município como Secretária Municipal do desenvolvimento primário, Sindicato dos trabalhadores rurais, EMATER, União das Associações do Interior de Canguçu (UNAIC), Secretaria Municipal de Educação e Esportes (SMEE) e ETEC;
- e) Contatos com os agricultores-chave, que foram informados pela EMATER e Sindicato, e que fizeram o primeiro contato com os agricultores de sua localidade informando-os sobre a pesquisa;
- f) Organização logística para a pesquisa de campo e comunicação com os agricultores chave para a realização das entrevistas nas propriedades;
- g) Visitas às propriedades para a realização das entrevistas com os agricultores e seus filhos;
- h) Contato com a coordenação da ETEC, apresentação da proposta de pesquisa e solicitação de permissão para aplicação de questionários aos alunos da escola;
- i) Entrega dos questionários aos alunos da ETEC e posterior recolhimento dos mesmos;
- j) Sistematização e organização dos dados coletados;
- k) Análise dos dados;
- l) Redação final.

Percurso metodológico da pesquisa.



Organização: Noemí Muller Iven da Silva (2015).

CAPITULO 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O embasamento teórico do estudo constituiu-se pela análise conceitual de agricultura familiar, sucessão familiar e juventude rural.

2.1 Agricultura familiar

Ao longo da história, o ato de cultivar a terra se transformou e produziu novas relações do homem com a natureza, que foi transformando-se ao longo dos tempos. O homem, que em tempos primórdios caçava, pescava e coletava, passou a utilizar técnicas para desempenhar um novo ofício constituindo a agricultura. As condições aprimoradas permitiram que desta classe produtiva originasse a produção de alimentos em uma escala diferenciada, suprimindo as necessidades de subsistência e manutenção da humanidade em elevado crescimento populacional. De acordo com SANTILLI (2009), a agricultura contribuiu para um aumento de dez vezes da população humana, permitindo alimentar mais pessoas, do que a caça e a coleta, garantindo assim a sobrevivência humana. Os sistemas agrários que se modificaram ao longo dos tempos permitiram o crescimento da produção agrícola gerando um excedente produtivo, promovendo a necessidade desta comercialização, para satisfazer outras necessidades que evoluíram atendendo novas demandas que ocorreram pelo aumento populacional e de abastecimento de atividades industriais. Para SANTILLI (2009) a evolução na agricultura serviu para:

atender as necessidades de uma população não agrícola mais numerosa do que a própria população agrícola, as atividades industriais e comerciais puderam desenvolver-se e passaram a ocupar mais da metade da população local. O desenvolvimento agrícola esteve intimamente ligado ao crescimento das cidades da indústria e do comércio. (SANTILLI, 2009, p. 52)

A constituição da agricultura brasileira de acordo com BRUMER (2003) foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira com três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a

escravatura, dando lugar a uma agricultura camponesa determinada pela precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção, especialmente da terra.

A Revolução Verde em meados da década de 60 impôs um perfil técnico e econômico tendo sob sua responsabilidade a reorganização produtiva da agricultura pela modernização de instrumentos que facilitaram o trabalho no campo apresentados pela motorização, mecanização, introdução de agentes químicos como fertilizantes, controladores de doenças e pragas e de sementes geneticamente modificadas com uma promessa salvadora quanto ao suprimento de alimentos no mundo, condição que afetava principalmente as classes menos favorecidas. Este advento operacionalizou um modelo de especialização na agricultura que padronizou, mas desconsiderava a relação homem / natureza e acabou tornando-o dependente de organizações capitalistas que lhe deram o papel de simples gerador de matéria prima para o abastecimento de um mercado global. Os menos capitalizados foram desprezados quanto a sua inserção por não atenderam as demandas necessárias de reprodução especializada. Na década de 1980, ocorreram situações de exclusão de agricultores médios e pequenos do meio rural, por não conseguirem pagar suas hipotecas, efetivadas por dívidas oriundas da modernização preconizada na época.

Diante disso, ALTIERI (2012) destacou que:

[.] torna-se importante que os profissionais de campo disponham de informações mais diversificadas não só sobre ecologia e ciências agrárias, mas também sobre ciências sociais em geral. Hoje, o currículo de agronomia, com foco na aplicação do pacote tecnológico da “Revolução Verde”, simplesmente não é capaz de lidar com as complexas realidades que enfrentam os pequenos agricultores (ALTIERI, 2012, p.14).

O atual cenário agrícola brasileiro através da inserção de modernas formas para melhorar o desempenho produtivo agrícola alicerçado na modernização, se apresentava com técnicas avançadas e cada vez mais específicas para ampliar o desempenho agrícola, respaldado com incentivos de políticas públicas, atendendo as escalas produtivas que vão desde o agronegócio até a agricultura familiar. Esta por sua vez sofre com a precariedade de assistência técnica adequada. Os incentivos para o desenvolvimento agrícola através de financiamentos públicos atendem a exploração monocultora, voltado para a exportação, enquanto que a agricultura familiar acessa as linhas de crédito diferenciadas e com montante menor de capital para investir na produção alimentar e assim garantir o abastecimento do mercado interno através do fornecimento de alimentos.

O progresso na reprodução da agricultura e a especialização das técnicas não superaram a condição do sujeito na gestão e na operacionalização das atividades agrícolas principalmente quanto esta se encontra proporcionalmente em escalar menor e sua reprodução que depende da aplicabilidade do trabalho humano depara-se atualmente com a falta de mão de obra, comprometendo a sua eficiência produtiva principalmente em propriedades que adotam a diversificação de cultivos que visam atender a demanda alimentar. Opondo-se a modernização vigente o saber agrícola tradicional recupera-se timidamente através da produção agroecológica e introduz-se em propriedades cuja condição exploratória alia-se a preservação ambiental, dos quais também fazem parte os saberes históricos que são preservados pela tradição passando-se a revalorizar-se estas técnicas que contrastam com a lógica moderna de produção agrícola massiva com exaustão do solo, este modelo de produção mais sustentável passa a ser considerada uma das formas críticas à modernização corrosiva no desenvolvimento da agricultura.

Os resultados dos avanços técnicos tão comemorados quanto a exploração primária na agricultura familiar contrastam com a falta de pessoas aptas a reproduzir as atividades no meio rural, condição acentuada severamente pelo baixo número de descendentes de agricultores que queiram permanecer na profissão de agricultores e dar continuidade ao trabalho exercido pelos pais, afetando o processo sucessório. A sucessão, ainda é um dos mecanismos de transmissão patrimonial adotado pelas famílias na agricultura permitindo a continuidade da reprodução agrícola permitindo aliar-se a racionalidade subjetiva que envolve o grupo familiar através de seus conhecimentos tradicionais constituindo as suas particularidades.

Além de suas peculiaridades, a agricultura familiar deve ser analisada sem desarticulá-la do mercado consumidor, sendo responsável pela garantia dos meios de vida da família, através da comercialização, influenciando na escolha de um tipo de cultivo principal que ainda dependerá das condições encontradas em cada propriedade, envolvendo terra disponível para plantio, condições de aquisição de insumos para a implantação das lavouras e mão de obra.

Os motivos de desagregação da estrutura familiar encontradas nas propriedades rurais dá-se principalmente pela saída dos filhos, e pode ter se originado sobretudo pelo desencadeamento de tentativas negativas no desenvolvimento agrícola resultado de um período sem fomento para o segmento primário. A ausência de incentivos para a agricultura é

um grande contribuinte no esvaziamento atual do meio rural, originário de um passado com perspectivas negativas *desacorçoando*³ os próprios agricultores que passaram a incentivar os seus filhos a buscarem outras profissões, principalmente no meio urbano.

Para FAVARETO (2006) dos anos de 1960 aos anos 1980, foi um período de ausências de políticas estruturais para o mundo rural, quando se limitaram a adequações de políticas macroeconômicas e de grande incremento tecnológico assim como a integração de atividades agrícolas aos complexos agroindustriais através de incentivos pontuais oriundos de organismos internacionais. O agricultor familiar que optou pela permanência de uma agricultura independente e diversificada ficou desamparando, tendo sua autonomia cerceada pela falta de organização para o mercado consumidor de sua produção.

A caracterização conceitual de agricultura familiar surgiu no Brasil na década de 1990, baseado em estudos e pesquisas para nomear a pequena produção rural existente que era definida como camponesa ou pequena produção mercantil. Conforme Lei 11.326⁴ de 24 de julho de 2006 definindo como:

Agricultor familiar é aquele que não tenha qualquer título, área maior que 4 módulos fiscais; utilize mão de obra da própria família nas atividades econômicas no seu estabelecimento; tenha renda familiar originada do seu estabelecimento ou empreendimento; e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a própria família. (Lei 11.326 de 24 de julho de 2006).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO/IBGE em 2009, a agricultura familiar se constitui a partir de três características principais que são: a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família e a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence a família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Para WANDERLEY (2009), a contribuição no entendimento da definição de agricultura familiar constitui-se por um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de

³ O termo *desacorçoado* conforme dicionário, significa desanimado, sendo um termo utilizado pelos agricultores familiares para justificar a falta de incentivos para continuarem com as atividades agrícolas.

⁴ Lei 11.326/2006 art. 1º que regulamenta a agricultura familiar no Brasil.

situações específicas e particulares, atribuindo ao campesinato uma forma particular de agricultura familiar, que se constitui enquanto modo específico de produzir e de viver em sociedade. Ainda referente ao entendimento do conceito, pelas palavras de WANDERLEY (2009) acrescenta-se que a combinação dos fatores família, produção e trabalho é que determinam as condições da obtenção de resultados e da sua constituição interna para garantir a sua reprodução. Por esta reflexão, WANDERLEY (2009), diz que:

O conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 2009, p. 156)

LAMARCHE (1993, p. 15) ampliou o entendimento desta complexidade destacando que “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade”, exigindo uma interação mais ampla dada a composição heterogênea estabelecida no seu desenvolvimento interno, onde prevalecem os objetivos coletivos e subjetivos. Para ABRAMOVAY(2009) na agricultura familiar o que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar. Percebendo-se por esta concepção, a conflitualidade que compõem a natureza humana por cada sujeito ter vontade própria a partir de suas diferenças, no entanto, no trabalho agrícola familiar a condição limita-o a desenvolver um trabalho coletivo, contribuindo para que ocorra um dos problemas de desagregação do trabalho dentro do âmbito familiar, visto que se vive numa sociedade onde se cultua a competitividade e o acesso ao consumo de forma individualizada.

Outro fator indispensável à produção familiar é quanto a propriedade da terra que para OLIVEIRA (1991) é outro elemento da produção;

Aqui estamos diante da propriedade familiar, privada é verdade, porém diversa da propriedade capitalista, pois a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio. Estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador. É, pois, terra de trabalho. É, portanto, propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de exploração. (OLIVEIRA 1991, p.60).

A condição de propriedade privada e pertencente ao agricultor é o que o diferencia da produção capitalista sendo o detentor dos meios produtivos que somado a sua força de trabalho resultarão na produção. Porém este processo não pode ser explicado apenas com o processo mecânico de ações reprodutivas precisando ser agregados os valores subjetivos podendo ser exemplificados pela satisfação da compra da terra que gera o sentimento de independência perante a sociedade. Da mesma forma, a aquisição de cada instrumento de trabalho é comemorada, mesmo que o agricultor para isso precise dispender de maior trabalho. É como se a força de trabalho empregada para si, proprietário, não fosse tão penosa, pois a propriedade é sua, assim como são as ferramentas dando-lhe maior autonomia na capacidade produtiva.

E quando a condição de proprietário origina-se por uma propriedade que foi recebida como herança, este bem material, traz consigo as simbologias e tradições dos seus antepassados incluindo até mesmo as racionalidades produtivas adotadas por estes, integrando-se as subjetividades estabelecidas pelo apego aos bens familiares que precisam aliar-se as racionalidades produtivas através da continuidade no mercado. Isto pode estabelecer-se por relações já existentes ou reestruturadas conforme a exigência econômica interna, possibilitando a viabilização da atividade adotada.

A mudança na constituição do núcleo familiar acentuou-se nas últimas décadas contrastando com o aumento da industrialização de produtos que proporcionam uma maior empregabilidade de pessoas nos centros urbanos gerando-se um grande atrativo no que concerne ao surgimento de maior demanda de mão de obra, seduzindo principalmente aos jovens com a perspectiva de obter renda mensal contínua, promovendo assim um deslocamento dessa população que visivelmente vai abandonando o meio rural e as propriedades dos pais. A saída dos jovens rurais em direção aos centros urbanos não se constitui como um êxodo rural massivo como aquele que ocorreu entre as décadas de 1980 e 1990, porém afeta significativamente a composição familiar dos agricultores influenciando nas condições reprodutivas de suas propriedades.

Até a década de 1990, a saída do seio familiar era quase uma obrigatoriedade para os jovens de famílias numerosas, pois a estrutura fundiária das pequenas propriedades era ineficiente para dar condições dignas no futuro quanto ao sustento a todos os herdeiros, contrariando a necessidade da força de trabalho na reprodução das atividades. Pelas considerações de OLIVEIRA (1991):

[...] Ao atingirem os 12, 14 anos, passam a desempenhar tarefas dos adultos, desenvolvendo dentro da unidade familiar o trabalho acessório. Nesse momento desencadeia-se a contradição no seio da unidade familiar: o jovem precisa continuar na propriedade, pois é parte integrante da força de trabalho familiar, aí permanecendo garante a reprodução do trabalho camponês. No entanto, com o aumento da família, a migração é inevitável. (OLIVEIRA, 1991, p. 60).

A migração que era obrigatória até a década de 1990 e dava possibilidades de vida digna fora do âmbito familiar hoje é uma opção individual de cada jovem apoiada ainda em muitas vezes pelos próprios pais que almejam melhores condições de vida para os seus filhos. E o trabalho acessório nas propriedades desempenhado pelos jovens na maioria dos casos, é substituído pelos estudos e cursos de qualificação distantes da propriedade dos pais, deixando de lado o aprendizado agrícola e a relação com a agricultura, capaz de despertar o interesse.

CHAYANOV (1974) por meio de seus estudos trata a relação da organização do núcleo familiar a partir do número de filhos em cada núcleo que estabelecerá nova dinâmica de consumo e trabalho constituindo a maturidade produtiva a partir da intensidade da reprodução das atividades agrícolas, mas ao mesmo tempo em que os pais vão diminuindo a sua capacidade de produção ocorre a fragmentação começando um novo núcleo de consumo e produção estabelecidos pelos filhos e suas famílias.

Si las nueras ingresan a la familia y tienen hijos recomenzará un aumento en la relación consumidor-trabajador en la familia compleja que se forma. Este aumento se hace muy marcado cuando los padres originales se incapacitan para el trabajo. Paralelamente a los cambios que se registraron en la composición de la familia en relación con su crecimiento, debemos notar en su madurez el aumento de manos que trabajan; esto da la oportunidad de aplicar los principios de la cooperación compleja en el trabajo y, de este modo, se incrementa el poder de cada uno. En algún momento de su desarrollo, por razones internas, la familia ya madura sufre una catástrofe y se fractura en dos o más familias. Cada una de estas jóvenes familias comienza a su vez a recorrer las fases del desarrollo que se han descrito si no han pasado y alas primeras etapas mientras estaban todavía en la familia patriarcal. Cada familia, entonces, según su edad, constituye en sus diferentes fases un aparato de trabajo completamente distinto de acuerdo con su fuerza de trabajo, la intensidad de la demanda de sus necesidades, la relación consumidor-trabajador, y la posibilidad de aplicar los principios de cooperación compleja. (CHAYANOV, 1974. P. 55-56).

A condição reprodutiva de cada unidade familiar está relacionada diretamente ao número de pessoas que são envolvidas nas atividades agrícolas o que influencia no tipo de cultivo adotado bem como na quantidade de área a ser explorada e conseqüentemente afetando a sua

inserção no contexto do mercado consumidor que é restritivo. A produção familiar principal responsável pela conservação da diversificação nas propriedades é percebida por muitos agricultores apenas como uma função voltada apenas ao consumo interno da família pela baixa quantidade produzida impedindo muitas vezes que o excedente de sua produção alcance os mercados externos.

A comercialização poderia melhorar os níveis de renda através da diversificação de produtos alimentares produzidos no município. No entanto, as principais barreiras para alavancar a comercialização de pequenas quantidades produzidas e de produtos perecíveis está na falta de organização coletiva dos agricultores, apresentando dificuldades de agrupar maior quantidade de produtos para atender a demanda necessária para o abastecimento de supermercados e também pela falta de transporte adequado para acondicionar a produção de hortaliças que possuem um maior teor de perecimento pelas suas condições orgânicas.

Além da produção para o consumo familiar, são desenvolvidos na propriedade um ou até mais tipos de cultivos determinados como os principais na geração de renda sendo uma estratégia utilizada pelos agricultores no sentido de obter uma manutenção rentável por um período mais longo do ano possibilitando além dos investimentos na propriedade uma economia mais homogênea, condição mencionada por BRUM (2004):

A produção familiar tem-se caracterizado pela pequena propriedade, pelo trabalho familiar, pela diversificação, com a renda advinda das lavouras de milho, feijão, trigo, pecuária, suinocultura e outros produtos. Muitas vezes ocorre um processo de policultura, subordinada a algum produto (por exemplo, a soja, ou a suinocultura, ou...), que se tornou a principal fonte de renda da família. Alguns, além de manterem um produto como o principal, que garante uma renda anual, busca ter um segundo produto que possibilita uma renda mensal. Por exemplo, a produção de leite. (BRUM, 2004, p.93).

A diversificação produtiva no município de Canguçu na maioria das propriedades pesquisadas vem sendo considerada como uma produção acessória, se apresentando nas menores áreas da propriedade e em áreas com a fertilidade do solo menor, servindo como um complemento aos cultivos semiespecializados, como é o caso da soja, e de cultivos especializados integrados as agroindústrias, caso do tabaco. A variação destes cultivos diversificados abastece principalmente a base alimentar da unidade familiar com exceções de comercialização quando ocorre uma maior produção, a exceção se apresenta no plantio de leguminosas e forrageiras que são destinados para a alimentação de animais. Apresenta-se

uma preocupação quanto à diminuição das áreas diversificadas, em detrimento de maiores áreas ocupadas com cultivos comerciais.

A lavoura de soja, fumo, milho e feijão são os principais cultivos com a finalidade comercial. A produção de soja é totalmente comercializada enquanto que o milho tem parte da safra comercializada e outra parte servindo para o consumo de animais na propriedade. Mas, nos últimos anos é o plantio do tabaco o responsável pelo dinamismo da agricultura local, declarado pelos produtores como o principal gerador de renda, principalmente pelo montante de renda acumulada por safra, sendo também considerado responsável pela melhoria nas condições de vida das famílias que realizam a atividade.

A atividade relacionada à produção de leite no município que é comercializado na cooperativa, também gera uma importante renda, contribuindo para o desenvolvimento das outras atividades na propriedade favorecido pela regularidade da renda mensal com a estabilização das finanças da economia doméstica. WANDERLEY (2009) ainda reforça o significado da diversificação produtiva quando destaca que:

apesar de sua inserção na agricultura moderna, eles não abandonam a concepção camponesa de atividade agrícola, de forma a assegurar o equilíbrio entre culturas diversificadas e pecuária e entre atividades voltadas para o mercado e para o auto consumo.(WANDERLEY, 2009, p. 62).

A produção agrícola alimentar para o autoconsumo das famílias ocorre em escala menor em relação aos cultivos principais, compondo as atividades agrícolas das propriedades e contrastando com os cultivos principais que se reproduzem em áreas maiores e mais férteis da propriedade. Contudo, porém, é a primeira que abastecerá a necessidade da família de forma mais diversificada atendendo as necessidades alimentares e que ainda vem incrementada com a criação de animais, contribuindo significativamente com a economia doméstica. A produção para o “gasto da casa”, conhecida pelo senso comum, às vezes fica oculta, desconsiderando-se o abastecimento alimentar da família e a economia gerada por esta produção. A inexistência de uma contabilidade que apresente estes dados internos e comprove o valor destes alimentos consumidos, não permite quantificar esse elemento.

As formas de reprodução da agricultura na unidade familiar se transformaram com o passar dos anos pela busca por novas alternativas de renda que influenciaram o processo de individualização dentro do núcleo familiar e logo ocasionaram no abandono das atividades

primárias que eram exercidas pelos pais e seus antecessores. O resultado é a saída dos filhos ocasionadas principalmente pela busca de novas alternativas de formação educacional, inserindo-se naturalmente em outros segmentos de trabalho e com garantias de renda contínua. Além de diminuir a continuidade da produção agrícola pela falta de novos agricultores, outros fatores precisam ser considerados como condicionantes de risco no desenvolvimento agrícola. Destacam-se as influências climáticas ocasionadas pelo excesso ou falta de chuvas, esgotamento do solo, falta de comercialização adequada entre outros contribuintes que interferem na viabilidade viável produtiva.

O processo de individualização dentro dos núcleos familiares estudado por CARNEIRO (1998) é atribuído a partir da interação com valores urbanos acelerando a ruptura dos laços familiares, da propriedade e do trabalho, levando à secundarização da atividade agrícola e pela diminuição da importância da renda agrícola, apresentados pela autora por três características:

- saída dos filhos da unidade familiar e permanência apenas dos pais, que, muitas vezes não tem mais condições de produzir;
- investimento na formação educacional dos filhos longe do meio rural, fato que pode levar os filhos a perder o interesse em manter a exploração agrícola e a buscar novas alternativas de renda e;
- diversificação nas atividades, incluindo comércio ou prestação de serviços.

Por outro lado o modelo agrícola industrial exige que a agricultura familiar disponha de capital para investimentos tornando-a produtiva e competitiva dentro dos níveis do mercado capitalista. Fator este responsável pela exclusão do trabalhador do campo principalmente daqueles agricultores com menores condições estruturais e sem perspectivas de investimentos através de recursos oriundos de financiamentos públicos apropriados para as condições de aplicabilidade em suas propriedades. Estes agricultores, sem alternativa para se manterem produtivos com sustentabilidade acabam mudando de profissão e rumando para as cidades aumentando os números do êxodo rural. Com isso perde-se não só um núcleo familiar com aptidões para viver e trabalhar na terra. Conjuntamente migram para o setor urbano valores como a identidade com o rural, a cultura, os hábitos e os costumes coletivos.

E quando existe a possibilidade destes agricultores voltarem um dia para o meio rural, “os retornados”, conforme denominação dado por CARNEIRO (1998), retornam com hábitos e costumes urbanos para desenvolverem na maioria das vezes atividades de suporte a atividade agrícola, sem qualquer integração com a comunidade local.

O meio rural tornou-se atrativo para o desenvolvimento de outras atividades econômicas aumentando a população não agrícola contrariando a redução da população ocupada na agricultura sendo caracterizada por WANDERLEY (2009 p. 213) “pela diversidade econômica que se acompanha de uma diversidade no perfil social dos espaços rurais, nos quais convivem categoriais sociais distintas, entre as quais, os agricultores são frequentemente minoria e a agricultura deixando de ser um fator de povoamento”. Ocorre o surgimento de novas ruralidades conforme estudos de autores contemporâneos ligados a discussão agrária, constituindo uma preocupação com o futuro das regiões reconhecidas pelas suas atividades baseada na agricultura, cuja tendência poderá resultar no desaparecimento da mesma.

Nos municípios com predomínio de agricultura familiar e com a ausência de novas perspectivas contraiu-se aos poucos, um êxodo rural invisível originado pela estagnação agrícola, interferindo significativamente na paisagem rural. O esvaziamento de muitas propriedades por um movimento fragmentado, de onde os filhos saem aos poucos em busca de novas alternativas, acabam deixando apenas os pais no interior, problema que fora mencionado por WORTMANN (1995) quando dizia:

Na atualidade, porém, muitas casas de colonos, antigas e de boa qualidade, estão transformadas em taperas. A migração, antes planejada pela família, hoje tende a ser individualmente. Como dizia um colono sucessor em relação a seus filhos, “eles vivem sonhando com a cidade”. (WORTMANN, 1995, p. 196).

O abandono das propriedades no meio rural é consequência da falta de continuidade das atividades agrícolas através de um dos herdeiros condição que é representada pela figura 01.

Figura 01– Propriedades rurais abandonadas no município de Canguçu.



Pesquisa de campo, 2012. Organizado pela autora.

2.2 Sucessão familiar

Estudar sucessão familiar desafia conhecer a heterogeneidade encontrada no universo da agricultura familiar através do histórico de vida dos sujeitos que escolheram a opção de serem agricultores e que fazem do trabalho com a terra seu meio de vida. Sucessor conforme dicionário significa que, ou aquele que sucede a outrem; herdeiro, aquele que ocupa o mesmo cargo ou dignidade.

É também desvelar as diferentes razões que são adotadas no desenvolvimento da agricultura, onde cada propriedade cria suas estratégias próprias, agregando-se os sonhos e expectativas dos pais e que foram construídos no contexto familiar sempre planejados para o futuro, para que alguém (um dos filhos, talvez), continuasse gerindo a propriedade e reproduzindo a agricultura. No entanto, o número reduzido de herdeiros e a orientação profissional dos filhos para outros setores da economia está refletindo na queda da continuidade das atividades agrícolas e até mesmo na extinção delas, quando não há perspectiva de permanência através da sucessão. Para BRUMER, PANDOLFO e CORADINI apud SPANEVELLO (2008) o desgaste do tecido social do meio rural poderá estar vinculado a evasão feminina presente no fluxo rural-urbano que ocorre na busca de alternativas de inserção social. Num contexto tradicional observava-se um privilégio de herdeiros masculinos no acesso a terra, incorrendo no envelhecimento e na masculinização discutido por ABRAMOVAY et. al (1998), CAMARANO: ABRAMOVAY (1999); WEISMEIMER (2004) e SIQUEIRA (2004), relacionando-se a permanência dos jovens ao casamento ou a união estável.

Carregado por subjetividades a abordagem sobre a questão sucessória é um assunto normalmente omitido externamente pelas famílias agricultoras, por ser um assunto a ser discutido no âmbito familiar, onde prevalecem costumes e tradições quanto a sucessão patrimonial. E quando indaga-se sobre a permanência da agricultura na propriedade através dos filhos ou de um filho apenas, muitos pais apresentam suas respostas com frases vagas, imprecisas e são apenas constituídas por incertezas quanto ao futuro das suas propriedades.

Para WORTMANN (1995) o valor atribuído a terra, deixa de ser apenas relacionado à produção, sendo percebida como um patrimônio somado ao valor moral de oportunidade de manter os projetos desenvolvidos por um longo período de trabalho que fora outrora iniciados por antepassados. A tradição na agricultura desenvolvida por gerações e tida como principal, em algumas situações, não desperta o interesse de muitos jovens que demonstram interesse numa agricultura mais moderna e competitiva para o mercado, o que gera conflitos internos que afetam a sucessão.

Os estudos apontam uma diversidade de situações que são discutidas e analisadas por autores que serviram para elucidar melhor o entendimento das relações intra familiares baseando as condições de um contexto social. Com sua gênese enraizada historicamente no modelo patriarcal e que são apresentadas pelas concepções de GODOI (2009) “onde na maioria dos casos o homem, pai de família centralizava as decisões nas atividades agrícolas, ao passo que para a mulher, mãe de família cabe a responsabilidade pela organização do consumo”. Esta condição já apresentava a importância do núcleo familiar, o compartilhamento de tarefas no cotidiano da família e a divisão de responsabilidades, onde cada sujeito cumpria seu papel, mas todos trabalhavam em torno de algo comum que é manutenção da propriedade e de onde saem os proventos que suprem as necessidades do grupo coletivo. Esta condição centralizada na figura masculina já apresenta modificações, a mulher continua responsável pelas atividades meramente domésticas, porém, cada vez mais inserida no trabalho agrícola.

Para ABRAMOVAY (1998) as decisões relativas à gestão da propriedade na época de seu estudo ainda encontravam-se vinculadas ao poder paterno, que é detentor das decisões no âmbito familiar e principalmente na perspectiva de continuidade. Desta forma:

O processo sucessório na agricultura familiar está articulado em torno da figura paterna que determina o momento e a forma da passagem das responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento para a próxima geração. A geração leva em conta muito mais a capacidade e a disposição do trabalho do que as necessidades do sucessor ou as exigências econômicas ligadas ao próprio desenvolvimento da atividade. (ABRAMOVAY, 1998, p. 61).

A inserção de novas atividades agrícolas nas propriedades geraram transformações e conformaram as vivências no meio rural e que foram afetadas pela integração de novos valores e afazeres numa lógica capitalista, como um exemplo destaca-se a fumicultura, onde por determinados períodos do processo produtivo exige-se a concentração de maior trabalho, principalmente na fase de classificação das folhas recolhidas na lavoura para a secagem nas estufas, envolvendo todos os integrantes da família, determinando uma rotina diferenciada de trabalho.

Da mesma forma outras atividades integradas a agroindústrias como a criação de suínos e frangos exigem um manejo contínuo na propriedade o que afeta a convivência social destes agricultores com a sua comunidade local. A inserção destas novas atividades reprodutivas dentro de uma propriedade poderão em parte ser responsabilizadas pela desintegração da vida comunitária rural, ausentando o agricultor dos encontros de igreja, nas festas dominicais, comprometendo o seu convívio social. A intensidade de trabalho em determinadas atividades pode ser um dos fatores de desmotivação principalmente para os jovens permanecerem na agricultura.

As mudanças na composição familiar modificaram em parte, um modelo patriarcal que culturalmente fazia a distinção por gênero na continuidade das atividades agrícolas. Era priorizado a figura masculina, relegando as filhas, o papel de donas de casa ou a migração para os centros urbanos para estudar. Atualmente já vem sendo observado uma reorientação estratégica neste sentido onde em alguns casos, a preocupação dos pais em relação a questão sucessória é tratada de forma igualitária entre os filhos sem distinção de gênero.

Em propriedades rurais do município de Canguçu já se encontram filhas que fazem a gestão compartilhada com o pai, sendo responsáveis pelo gerenciamento da exploração agrícola e também pelas decisões, principalmente no que se refere a busca por investimentos e negociações bancárias, situações que são encontradas até mesmo em núcleos familiares com

uma composição familiar com filhos homens onde estes não apresentaram interesse em continuarem com a profissão de agricultor.

Há poucos anos evidenciava-se um sistema diferenciado no tratamento sucessório como apresentou o estudo de BRUMER (1993) no estado do Rio Grande do Sul, onde as expectativas de sucessão centravam-se apenas nos filhos homens relegando as moças a atividade doméstica.

A análise das estratégias familiares revela-nos duas evidências: em sua grande maioria os filhos permanecem no setor agrícola e até mesmo, frequentemente, na própria exploração. Não obstante, as expectativas são diferenciadas em relação as filhas e filhos. Enquanto os últimos são considerados futuros agricultores, as filhas são vistas como futuras donas de casa. (BRUMER, 1993, p. 207).

Para CARNEIRO (2001) as formas de transmissão de patrimônio se davam pelas condições que se apresentavam de acordo com o contexto histórico, econômico, geográfico, institucional, etc., ocorrendo um ajuste familiar interno para a continuidade do uso do patrimônio construído por antepassados garantindo assim a indivisibilidade como um fator importante para a manutenção da sobrevivência social e econômica do herdeiro que permanecia e preservava o bem recebido.

CARNEIRO (2001) ainda sobre o processo sucessório afirmou que:

Que a transmissão dos direitos sobre a propriedade familiar de uma geração a outra é objeto de múltiplas estratégias que variam de acordo com as condições de cada família, ou seja, com os instrumentos de negociação ou de compensação disponíveis, derivados tanto da sua história específica como da sua inserção na economia e na sociedade (CARNEIRO 2001, p. 22).

O entendimento do ajuste interno de cada família se dá pelas razões estratégicas que cada transmissor utiliza na maneira de compensação os demais herdeiros pelo comum acordo, pois a transferência patrimonial conforme a autora “não é vivida sem contradições e tensões” precisando um acordo coletivo em função de um bem só, que é a propriedade familiar, com a qual todos os herdeiros têm ligações afetivas, mas que precisam ser avaliadas pelas razões pautadas na continuidade. A divisão patrimonial entre o número de filhos pode representar a inviabilização da unidade produtiva pela fragmentação com a redução dos recursos individuais.

As formas legais de transmissão patrimonial são definidas por dois tipos de herança

a) Sem partilha, quando ocorre a transmissão dos bens a um único herdeiro podendo este ser o filho mais velho, o filho mais jovem ou ainda o filho solteiro que mora e trabalha na propriedade com os pais e;

b) Por partilha, quando a propriedade é subdividida, ficando a metade com o cônjuge viúvo e o restante em partes iguais para os filhos, porém normalmente os recursos de reprodução agrícola, ficam com apenas um dos herdeiros, deixando os demais subordinados a ele. Em muitos casos, os demais herdeiros acabam fazendo a venda de suas partes para o herdeiro que vai morar na propriedade ou até abandonando o que lhes é de direito, pois, a compartimentação excessiva da terra (minifundização) de certo modo, não possibilita a viabilidade produtiva.

COSTA (2006) estudou as formas de sucessão adotadas por famílias mais tradicionais: a primogenitura dava o direito de herança ao filho homem mais velho do casal, pressupondo-se que pela idade este tivesse apto a administrar a atividade agrária; o minorato, tese oposta da primogenitura, contemplava o filho mais novo, pela sua inexperiência, merecia herdar a propriedade e; a outra regra social baseava-se no critério da capacidade técnica, delegando ao filho que tivesse mais condições de trabalhar na terra, garantindo o melhor aproveitamento da propriedade. Percebe-se que as sucessões estabeleciam uma lógica quanto a reprodução da agricultura, priorizando a hegemonia do núcleo, para que fosse preservado em sua integridade a sua condição patrimonial.

Analisando o baixo índice populacional rural atualmente, quanto ao número de jovens, a redução do número de filhos influencia no processo dinâmico da sucessão revertendo o quadro anterior expresso na visão de WORTMANN (1995. P 197) onde “antes se expulsava filhos para concentrar a terra no sucessor, hoje o problema é, cada vez mais, reter um sucessor.” Os jovens não apresentam interesse de continuar na agricultura atualmente. Hoje o mercado de trabalho, principalmente urbano ainda oferece melhores condições de renda. Além disso, outro fator influencia na falta de permanência dado pela baixa quantidade de área da propriedade que acabava inviabilizando a manutenção econômica do núcleo familiar, acentuado pelas condições físico-naturais, pelas áreas acidentadas, íngremes e com baixo teor de fertilidade dificultando a instalação de lavouras, com isso afetando a viabilidade econômica.

A continuidade na agricultura familiar também se dá pela constituição de um novo núcleo familiar que para GARCIA JR e HEREDIA (2009) dizem iniciar-se pelo casamento e findar-se com o desaparecimento do casal inicial, conhecendo uma expansão seguida de contração ao longo do ciclo, e variável em função dos destinos seguidos pelos filhos, com ênfase nas práticas matrimoniais ou migrações para outros espaços geográficos. O casamento dos filhos, em muitos casos significa a autonomia para gerir um novo estabelecimento, sendo este também um dos fatores que acabam gerando sua independência afastando-o da propriedade dos pais. E quando ocorre a permanência na casa dos pais, é importante que haja a compatibilidade do cônjuge com as atividades que são desenvolvidas no núcleo familiar facilitando as relações, porém, as normas normalmente continuam estabelecidas pelos donos da casa enquanto estes forem vivos ou estiverem à frente da gestão familiar.

No entanto, a expectativa quanto à sucessão para muitos pais vai além do patrimônio adquirido com sacrifício ao longo de muitos anos, traz consigo valores que são próprios de cada grupo familiar definidos por GODOI (2009), conforme a importância de tais valores dizendo que:

Família supõe, ainda, a reprodução social em seu sentido mais amplo, incluindo-se a transmissão do nome patronímico e do capital simbólico acumulado por gerações anteriores, transmissão do patrimônio material e cultural. (GODOI, 2009, p.225).

A propriedade rural equipada é a representação patrimonial dos agricultores, sendo a garantia para o envelhecimento com dignidade. Porém sua estrutura não se compõe somente pelo pequeno capital acumulado, engendra nela seus costumes e símbolos de afetuosidade, determinando um grande apego e veneração ao lugar de permanência de toda uma vida no qual se reconhecem como sujeitos. HAESBAERT (1997) atribui esse pertencimento ao lugar, a sobrevivência ao universo dos valores e das representações simbólicas, denominando-o como um território.

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva. (HAESBAERT, 1997, p. 41).

Desta forma, o processo sucessório não poderá constituir-se pela simplicidade de uma transferência patrimonial, ele carrega em si a coerência de valores que circundaram a

reprodução das atividades que foram desenvolvidas por gerações contínuas de uma família que não prescreverão totalmente com o passar do tempo com maiores chances de serem agregados futuramente pela sucessão familiar.

2.3 A juventude rural e a agricultura familiar

A juventude rural, como parte essencial do estudo sobre o processo sucessório na agricultura familiar requisitou a identificação do que é ser jovem, neste estudo pelos sujeitos que são filhos de agricultores familiares. De acordo com a Organização Ibero-Americana da Juventude⁵ (OIJ) e o IBGE idade para a população jovem é compreendida entre 15 e 24 anos, no entanto o Estatuto da Juventude do Plano Nacional da Juventude, a PEC 42/08 alterou a Constituição Brasileira reconhecendo como jovem a população entre 15 e 29 anos.

O declínio do número de pessoas jovens no Brasil evidenciou-se a partir dos anos de 1970, do século passado, destacando-se os períodos compreendidos entre 1980 a 1991 e 1991 a 1996 quanto à queda na taxa de natalidade, conforme estudos realizados pela Organização Internacional da Juventude no Brasil a partir de dados do IBGE. Este estudo contabilizou que no Brasil no ano de 1996 o número total de 31.088,484 pessoas entre 15 e 24 anos representando 19,8% da população total do país na época.

Para a organização do estudo no Brasil e de acordo com os dados do PNAD⁶ esses números são importantes porque o segmento de jovens entre 15 e 24 anos:

1. forma o conjunto de pessoas que efetivamente, pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho;

⁵Destaca-se que a faixa etária entre 15 e 24 anos utilizada pelo IBGE para designar a população jovem é a mesma compreendida pela Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens. Não obstante, o Senado brasileiro aprovou, em 07 de julho de 2010, a Proposta de Emenda a Constituição nº 42/08 (a chamada PEC da juventude) que elevou a idade para ser definido como jovem no Brasil aos 29 anos. Assim, com a aprovação da PEC 42/08, desde a perspectiva da subjetividade ativa dos direitos e de políticas de Estado, a juventude passa a ser um segmento reconhecido pela vigente Constituição Brasileira e sua faixa etária compreende as pessoas entre 15 e 29 anos de idade.

⁶Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011. Resultados Divulgados em 21/09/2012.

2. são estes mesmos jovens que estão expostos as mais elevadas taxas de mortalidade por causas externas; e
3. a fecundidade das mulheres nesta faixa etária que, atualmente, mais tem contribuído para o nível geral demográfico prevalecente no Brasil.

Os dados censitários demonstram nas últimas décadas a queda da taxa de natalidade no Brasil, sendo percebidas nos municípios menores e também na diminuição menor número de filhos por casal no meio rural. A opção pelo menor número de filhos é uma tendência nacional observada nos índices de natalidade, fator atribuído principalmente a independência feminina e sua inserção no mercado de trabalho. Esta condição também é dada as agricultoras que estão inserindo-se ascendentemente no trabalho agrícola das propriedades atribuído principalmente a busca por melhores condições de vida para si e seus dependentes e necessária em muitas propriedades pela falta de força de trabalho.

A formação de novas gerações de agricultores de acordo com GASSON & ERRINGTON, apud ABRAMOVAY (1998), envolve um processo composto de três partes:

a sucessão profissional, isto é, a passagem da gerência do negócio, do poder (e da capacitação) de utilização do patrimônio para a próxima geração; **a transferência** legal da propriedade da terra e dos ativos existentes e **a aposentadoria**, quando cessa o trabalho e, sobretudo, o poder da atual geração sobre os ativos de que se compõem a unidade produtiva (GASSON & ERRINGTON apud ABRAMOVAY, 1998, p. 18).

CARNEIRO (1998) em seus estudos publicados sobre O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais considerou basicamente dois critérios para a definição do jovem: estar em fase de preparação para o ingresso no mercado de trabalho e não ter constituído ainda uma unidade familiar autônoma via casamento. É sabidamente um período de definição na vida dos jovens e o momento mais crítico no que se refere ao início do afastamento do grupo familiar, constituído até mesmo pelas cobranças feitas pelos pais, argumentadas pela necessidade de buscar um caminho visando a consolidação para a vida adulta.

Para RIBEIRO (2010), a dificuldade de manutenção dos jovens no meio rural é constituído pelo contexto da agricultura onde a terra é propriedade privada de um indivíduo, num mercado restrito para a aquisição, condição esta eliminatória para muitos jovens que mesmo em condições de receberem herança de seus antecessores, não têm condições de

reprodução adequada comprometendo a viabilidade econômica desta unidade pela pouca quantidade de terra disponibilizada para o desenvolvimento agrícola. Num mercado de terras onde o seu valor elevado se restringe à aquisição, limita-se também as condições de se manterem no meio rural os filhos de agricultores despossuídos de área própria e que com menores condições desde cedo, incentivam seus filhos a buscarem alternativas, contrariando os princípios do viés pedagógico da educação do campo que luta pela permanência dos filhos na propriedade dos pais:

ao contrário, a terra é propriedade privada e reserva de capital, que não pertence a uma comunidade, mas a um indivíduo, sendo transmitida por herança, como garantir que os trabalhadores que não a possuem possam realizar-se como trabalhadores da/na terra? Como propor uma educação rural/do campo para jovens cujos pais não tem terra ou mesmo dispõem apenas de uma pequena parcela?(RIBEIRO, 2010, p. 197).

A possibilidade de continuação no meio rural dos jovens, cujos pais não são detentores de terra, ou possuem quantidades insuficientes para a reprodução da agricultura, não apresenta como via de regra, o abandono das atividades desenvolvidas pelos pais. Podem sim, em alguns casos suprir a demanda de mão de obra nas atividades agrícolas nas vizinhanças ou desenvolverem atividades vinculadas ao segmento agrícola.

No entanto, alguns jovens não apresentam vontade de continuar na profissão de agricultor que é destacado por RIBEIRO, (2010) “a maioria dos jovens que vivem em áreas rurais não está interessada em retornar ao duro trabalho com a terra”, atribuindo-se a fatores internos da família na condução do processo agrícola dentro das propriedades. O trabalho agrícola mesmo exercido com autonomia demanda períodos com atividades mais intensas, condição observada em períodos de realização de plantios e colheitas que podem ter interferências em seus calendários pelas intervenções climáticas e para evitar-se perdas e atrasos torna-se necessário a execução das atividades de forma imediata, tornando-se exaustivo em algumas situações.

A permanência dos jovens na agricultura foi observada pela dinâmica social interna das famílias onde foram identificadas algumas das principais formas de estímulo oferecidas pelos pais aos filhos para começarem a desenvolver seus projetos agrícolas. Percebe-se que muitas vezes, o bloqueio para ser agricultor por parte dos jovens também vai além da questão da renda agrícola podendo os problemas intra familiares determinarem um futuro diferente a cada membro sendo movidos pela dinâmica de cada grupo familiar.

O questionamento sobre as condições de permanência na agricultura por um posicionamento mais crítico apresenta a semelhança da realidade rural/urbana. O jovem proveniente do meio rural sem perspectivas e sem uma capacitação formal para o trabalho urbano também acaba sendo marginalizado sem chances da melhoria de vida por uma inserção inadequada no mercado de trabalho questionado por RIBEIRO (2010);

Seria o destino dos trabalhadores ou imposição do capital que não sejam criadas condições econômicas, sociais e culturais, junto com a posse da terra, que estimulem os jovens a dar continuidade ao trabalho dos pais? Seria destino dos jovens e adultos trabalhadores ou imposição do capital, enquanto uma relação social, que haja um contingente cada vez maior de jovens e adultos trabalhadores, nas periferias urbanas, que não encontram empregos amparados pela legislação trabalhista? (RIBEIRO, 2010, p. 198).

A saída dos jovens do campo para a cidade e o abandono da casa dos pais nos primeiros tempos de migração, já foi considerada uma atitude natural e como uma alternativa aos interesses familiares pela forma submissa das relações internas da família. Mais tarde, o processo acaba invertendo-se e a partir das condições econômicas da propriedade familiar, permanecer no meio rural representava um fator de exclusão social, de atraso perante a sociedade.

A força dos valores urbanos sempre exerceram grande influência sobre os jovens oriundos do meio rural. O trabalho assalariado encontrado no urbano, proporcionava as satisfações de consumo que não eram possíveis com a renda obtida por meio de safras e também pela falta de autonomia nas decisões sobre as atividades agrícolas dependendo sempre da aprovação paterna. Além disso, em muitos casos eram considerados como auxiliares do pai, condição mencionada por BRUMER (2003).

Ações voltadas aos jovens que querem continuar como agricultores são apresentadas, como o Projeto de Lei nº 291, destacado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG), que instituiu o Programa Bolsa Juventude Rural, alterando a Lei nº 8.511 de janeiro de 1988 que criou o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais. Além disso, a preocupação com a sucessão rural deu origem a criação da lei do 1º crédito, possibilitando que os jovens rurais tenham crédito especial de custeio e de investimento com taxas subsidiadas. O acesso a terra para os jovens e aos agricultores que não possuem terra ou possuem pouca terra é possibilitado pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento

Agrário (MDA) por meio da Secretaria do Reordenamento Agrário através de financiamento para a aquisição de um imóvel rural, podendo ser acessado por trabalhadores e trabalhadoras rurais, filhos de agricultores familiares ou estudantes de escolas agrotécnicas. Além disso, o recurso ainda poderá ser utilizado na estruturação da infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural.

No que se refere à questão educacional ainda considerada como um desafio para os jovens rurais, para STROPASOLAS, (2011, p. 28) “não ocorre a participação dos mesmos nem em cursos profissionalizantes, precisando uma efetiva ampliação de investimentos em educação para o meio rural”. Ainda conforme o autor, “parece haver nesse contexto uma oposição: quem estuda quer sair; quem não estuda não tem alternativa que não seja ficar.” E para os jovens homens, a condição de baixo grau de escolaridade, o determina como agricultor, por não terem aspiração a valorização social através da profissão como é o caso das mulheres jovens que buscam ser reconhecidas profissionalmente.

Os pais que querem que seus filhos sejam sucessores os desestimulam de avançar nos estudos, pois a educação fortalece as possibilidades para o futuro no meio urbano. O sonho de continuar no meio rural não implica ao jovem em ser agricultor como são os seus pais, comprometendo-se desta forma a sucessão baseada na reprodução agrícola através de um cenário onde o acesso a modernização despertou novas perspectivas de reprodução também para o jovem do meio rural. CARNEIRO (1998), em seus estudos ressaltava sobre a participação dos jovens na organização social do campo que por serem considerados aprendizes de agricultores no interior da unidade familiar passavam a ser adultos precocemente percebidos unicamente pela ótica do trabalho.

A escola também passou a ser vista como espaço para a superação das condições iniciais existentes principalmente as do trabalho agrícola assim como a clivagem por gênero, que recentemente começou a ser superada aos poucos, as mulheres jovens e solteiras já começam a ter condições igualitárias perante o núcleo familiar, sendo reconhecidas pelo trabalho compartilhado, que até poucos anos era visto como “ajuda “ no trabalho coletivo. O incentivo para a visibilidade das agricultoras é reforçado pelo acesso a políticas públicas através do PRONAF MULHER e de estímulo à agroindústria, além de ações que dão condições de igualdade entre agricultores e agricultoras. Atualmente o número de agricultoras que acessam as linhas de crédito tem aumentado no município de Canguçu, e essa importância é reconhecida no âmbito familiar pelos maridos agricultores estabelecendo uma parceria entre

os integrantes da família, dando maior visibilidade e dinamismo as atividades que são desenvolvidas.

Outro fator importante que contribui para a permanência do jovem é a evolução na comunicação e acesso a tecnologias modernas no meio rural permitindo a interação com as pessoas de outros lugares facilitados através das redes sociais, aproximando-os de atividades consideradas do meio urbano, segundo WANDERLEI (2009 p. 213) criaram-se as condições para que as populações rurais e urbanas passassem a interagir cotidianamente em diferentes e múltiplas dimensões da vida social. Porém, mesmo com a aproximação dos jovens rurais com as atividades urbanas ainda não se superou totalmente a dicotomia entre o urbano e o rural. O urbano continua sendo idealizado como o lugar onde tudo acontece primeiro e o rural pré conceitualmente determinado como o lugar de atraso.

A juventude rural busca o seu reconhecimento por meio das relações cotidianas estabelecendo por meio de grupos coletivos laços de relações de amizade e de pertencimento que ainda são peculiares às convivências no meio rural, estimulando-se principalmente a orientação profissional agrícola através do vínculo dos jovens com o trabalho na terra. Os grupos de jovens rurais ligados às igrejas são exemplos da primeira organização coletiva a que pertencem e são ainda encontrados no interior do município.

CAPITULO 3 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU

O município de Canguçu insere-se na Metade Sul do Rio Grande do Sul, marcado por avanços e retrocessos no desenvolvimento do setor primário ao longo das décadas, no entanto esta historiografia permitiu um embasamento auxiliar no entendimento analítico desenvolvido a partir da pesquisa atual.

No século XVII a ocupação da porção sul aconteceu com a chegada dos imigrantes portugueses e espanhóis disputando o território visando uma economia baseada na criação de gado extensivo, ocupando as áreas planas no extremo sul do Rio Grande do Sul. Já no século XIX a chegada de imigrantes alemães seguidos pelos italianos instalados na região norte do Estado, em áreas de serra e de matas fechadas e proporcionalmente menor em termos de área, constituindo uma produção agrícola diversificada.

A caracterização histórica e geográfica do município de Canguçu/RS através dos aspectos de ocupação e dos principais aspectos físico-naturais do município permitiram identificar por meio de registros na literatura local e regional a evolução na constituição da ocupação da área rural e do desenvolvimento econômico até ao que se apresenta de mais recente na reprodução da agropecuária.

Figura 02 – Vista parcial da cidade de Canguçu.



Pesquisa de campo, 2013. Organizado pela autora.

3.1 Aspectos históricos da formação do município de Canguçu

Historicamente a Serra do Sudeste, onde está assentado o município de Canguçu, foi habitado por índios Tapes e tapuias, do grupo guarani, de acordo com BENTO (1983, 1999, 2000) percebendo-se vestígios desta população pelos sinais de cemitérios indígenas encontrados na localidade de Canguçu Velho e com a probabilidade de que estes índios estivessem sob a direção dos padres jesuítas, formando uma guarda para evitar as invasões portuguesas nas estâncias jesuíticas que abasteciam de gado os Sete Povos das Missões do Uruguai.

No passado a região foi lugar de passagem de militares e comerciantes de gado que faziam o trajeto de Rio Grande ou de Pelotas para Rio Pardo e Santa Maria. Com o término da Guerra Guaranítica as terras de Canguçu passaram a ser ocupadas por militares, nas comunicações entre as bases militares portuguesas, originando as sesmarias. Os campos e coxilhas abrigaram estâncias de criação de gado que ao longo dos anos foram se desmembrando em propriedades menores.

Os povos açorianos que entre os anos de 1747 e 1750 chegaram ao Rio Grande do Sul, também povoaram as terras de Canguçu, eram provenientes do povoado de Povo Novo da Torotama travando conflitos pela apropriação do território com os espanhóis.

De acordo com SIMÕES LOPES NETTO apud BENTO (2007), a palavra Canguçu origina-se pela referencia geográfica que esta a cerca de uma légua de Canguçu-Velho onde:

destaca-se um elevado cerro, há longos anos chamado de Cerro Grande. Da sua altura descortina-se um dilatado e magnífico panorama, talvez maior de dez léguas (cerca de 65 km) de raio em todos os rumos. O nome nativo cabia-lhe certo: Cang Kassu, saliência alta, cabeça grande. Sobre este cerro está construído um marco da Carta Geral da República. Do marco divisam-se a olho nu os Três Cerros, em Pelotas, a Cordilheira, em Encruzilhada, o Pedregal em Piratini, o Cerro Chato em Herval e a Serra Mariana Pimentel, próximo a Pedras Brancas (Guaíba). (SIMÕES LOPES NETTO apud BENTO, 2007, p. 23).

A palavra Canguçu surgiu oficialmente em 1783, no nome da Real Feitoria localizada no Rincão do Canguçu, e deriva de três teorias: primeira teoria dada pelos Tapes que habitavam a região ao cerro, Canguçu era a ponta culminante da serra dos Tapes e mencionado anteriormente como Cerro Grande; segunda a teoria o nome teria originado-se

das palavras guaranis Caa-guassu com o sentido de mato grande e; terceira teoria que o nome originou-se da existência desde a ilha de Canguçu até o Cerro de Canguçu e ao longo do arroio Canguçu (atual Arroio Grande) de uma onça chamada Canguçu, nome que derivaria da expressão Cang-assu, cabeça grande, que caracterizava o felídeo ou de Caa-guassu, onça que vivia no mato grande.

Devido a invasão do Rio Grande do Sul em 1762, pelos espanhóis, e aos conflitos neste espaço, muitos açorianos fugiram da região entre Pelotas e Rio Grande para a Serra dos Tapes, a qual foi base de resistência portuguesa devido a sua posição estratégica, pela proximidade com a Laguna dos Patos e de acesso ao Oceano Atlântico e pelo seu relevo acidentado. De acordo com BENTO (2007), foram aquinhoados “nessa distribuição os combatentes da guerra de 1763-1777” recém-finda, desde os menos aos mais graduados. Como a área conquistada era imensa sobraram terra para todos, fixando-se grande parte dos soldados e oficiais na região tornando-se estancieiros. Após a guerra, a população que ocupava as terras, dedicou-se ao plantio de trigo, sofrendo uma queda, após a importação pelos portos do produto norte-americano para o abastecimento interno no Brasil.

O local recebeu novo contingente de população oriunda da Colônia de Sacramento, que foi conquistada em 1777. Em 1780 e 1800 houve considerável migração de origem açoriana para Canguçu, oriundos das localidades arenosas de Estreito, Mostardas, São Jose do Norte e de Povo Novo. A partir de 1780, a pecuária extensiva foi implantada para suprir a demanda das charqueadas que estavam em ascensão no município de Pelotas, que segundo BENTO (1983), exerciam grande influência em Canguçu, por ser o local de criação e de passagem das tropas de gado em direção aquele município. De acordo, com FIALHO (2005), a pecuária tornou-se a principal fonte de acumulação de capital, sendo responsável pelo dinamismo e articulação da região com a economia do centro do país, até o final do século XIX.

Conforme BERNARDES (1997), em 1814, o município de Canguçu apresentava a maior densidade rural em relação a outras localidades próximas, com uma população de 3.808 pessoas, que ocupavam pequenas áreas de terra com o cultivo do trigo para a subsistência e com a pecuária extensiva.

Pela Lei Provincial nº 340, de 28 de janeiro de 1857 foram criados os municípios de Canguçu e Passo Fundo, sendo Canguçu o 22º município a ser criado no Rio Grande do Sul e

o 8º por ato de Presidente da Província conforme consta no artigo 3º da referida lei citado por BENTO, 2007, p. 129: “ A villa de Cangussú compreenderá em seus limites, além dos distritos da freguesia deste nome, os da freguesia de Cerrito (atual Vila Freire), com as divisas que atualmente tem”. A vila de Canguçu neste ano possuía 458 pessoas e 52 casas térreas e 2 sobrados. Um destes era segundo prédio da aquarela. O outro era chamado de sobrado velho e que foi incendiado posteriormente em 13 de fevereiro de 1952.

Em 1824, haviam chegado os primeiros imigrantes alemães no estado, formando a colônia de São Leopoldo, nas margens do Rio dos Sinos. Muitos, desses alemães, de acordo com FIALHO (2005), compuseram as tropas brasileiras na Guerra Cisplatina (1825-1828), diante a recompensa oferecida pelo governo com a concessão de animais, terras, entre outras vantagens. Após o termino dos combates, conforme BENTO (1982) muitos dos seus integrantes fixaram-se nas freguesias de Piratini, Canguçu e São Francisco de Paula. A colonização alemã se efetivou na região, somente um ano após a criação do município de Canguçu, com a fundação da colônia de São Lourenço do Sul em 1858, onde o governo imperial cedeu propriedades de 77,0 hectares, diferentes dos primeiros núcleos de povoação do Rio Grande do Sul que eram de 25 hectares.

Além dos portugueses o município também recebeu migrantes pomeranos e italianos e de outras etnias em número menos expressivo, que chegaram ao município no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, promovendo o policultivo de espécies vegetais e a criação de animais, num regime caracterizado como agricultura familiar.

Para BENTO (1983), Canguçu era a segunda província com o maior numero de escravos, e que após a abolição da escravatura somou-se ao contingente de pessoas excluídas ao acesso à terra ratificado pela Lei de Terras de 1850, vivendo em condições precárias, pois não havia grande demanda de trabalho nas estâncias pastoris devido a crise do charque. As colônias de imigrantes europeus, que ocuparam as terras como agricultores independentes com os cultivos de subsistência, não ocupavam mão de obra, além da sua própria família.

Com a Revolução Federalista, entre 1893 e 1895, no Rio Grande do Sul, uma recessão econômica assola o município de Canguçu, onde BENTO (1983) destaca a migração de tradicionais famílias canguçuenses do período imperial, abandonaram suas residências mudando-se para outras localidades com seus patrimônios.

BENTO (2007) também menciona a inauguração da iluminação pública do município por iniciativa da Câmara de Vereadores, no período de 1884-1888, quando mandaram adquirir em Pelotas 50 lampiões a querosene para a municipalidade e 40 para diversos moradores. A energia elétrica foi inaugurada somente em 31 de dezembro de 1933, custando na época à municipalidade a quantia de 200 contos de réis e o seu motor funcionou cerca de 20 anos sem grandes problemas até ser complementado por outro e finalmente encampado pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

Para PESAVENTO (1985), a pecuária gaúcha se recuperou com o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, pelo aumento da demanda e dos preços dos alimentos para as tropas e da população civil. A autora considera também que neste período ocorre a organização dos estancieiros com a fundação da União dos Criadores, que visava a modernização do setor. A agricultura, após o período das guerras e da recessão, já enfrentava problemas com o esgotamento dos solos e o parcelamento das terras. Os imigrantes dividiram seus lotes, para transmitir o patrimônio aos seus filhos, até o momento em que foi possível fracionar. Esse processo também ocorreu nas famílias descendentes de portugueses, espanhóis, indígenas e negros, afetando a estrutura fundiária produtiva. Esse fator acabou impulsionando a migração de descendentes para outras regiões onde ocorria a expansão da fronteira agrícola e também aumentando o número de minifúndios, presentes de forma expressiva no município de Canguçu, até os dias atuais.

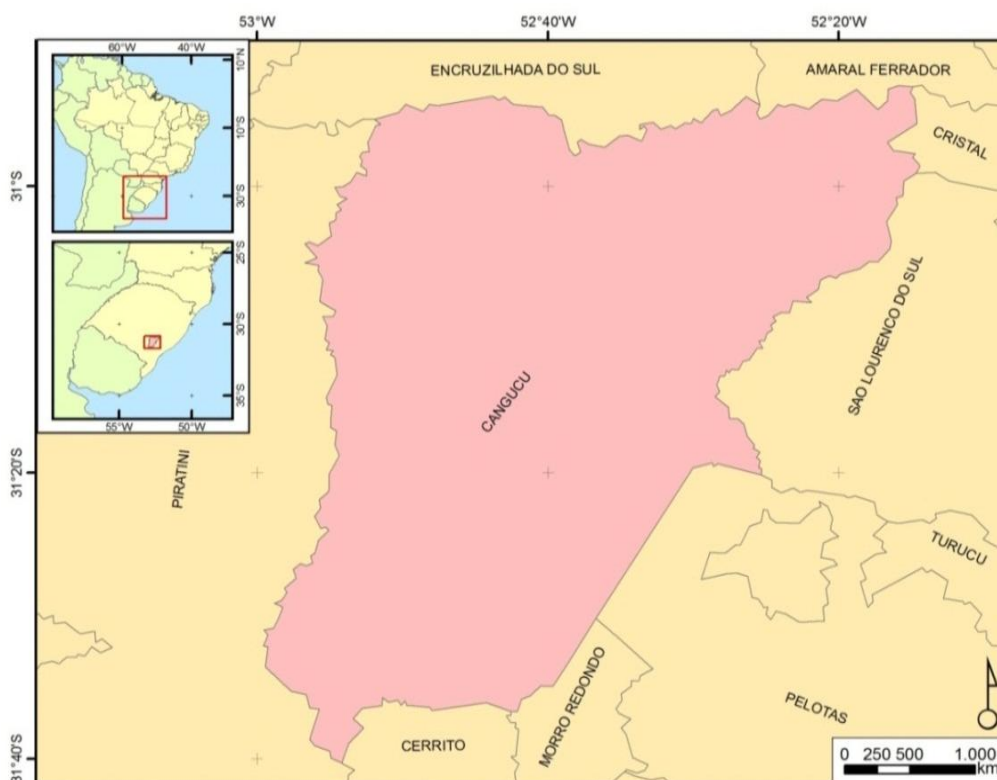
O município de Canguçu tem a maior parte de sua população vivendo no meio rural, e conforme FIALHO (2005), tem sua população predominante de descendentes de portugueses miscigenados com o espanhol: o índio e o negro, se autodenominando brasileiros e, por descendentes de alemães e italianos assim como de outras etnias com menor representatividade.

3.2 Aspectos geográficos de Canguçu

O município de Canguçu está localizado na Serra dos Tapes, e juntamente com a Serra do Herval e Encosta do Sudeste, formam a região fisiográfica Serra do Sudeste, no sul do Estado do Rio Grande do Sul como pode ser observado na figura 1. O ponto central da sede do município localiza-se a uma latitude de 31° 23' 32" sul e a uma longitude de 52° 40' 32"''

oeste, estando a uma altitude de 386 metros em relação ao nível do mar. O município está a uma distância da capital Porto Alegre, de 310 km e limita-se com 8 municípios, representados na figura 03 que são: ao Norte com Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador e Cristal, ao Sul com Cerrito, a Leste com Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço do Sul e a Oeste com Piratini. O acesso a outros pontos do Estado se dá pela Estrada da Produção que liga Pelotas a Santa Maria pela BR 392, pelo acesso pela BR 471 que liga Canguçu a Encruzilhada do Sul e também pela RS 265 que liga Canguçu a São Lourenço do Sul.

Figura 03 – Localização do município de Canguçu no estado do Rio Grande do Sul.



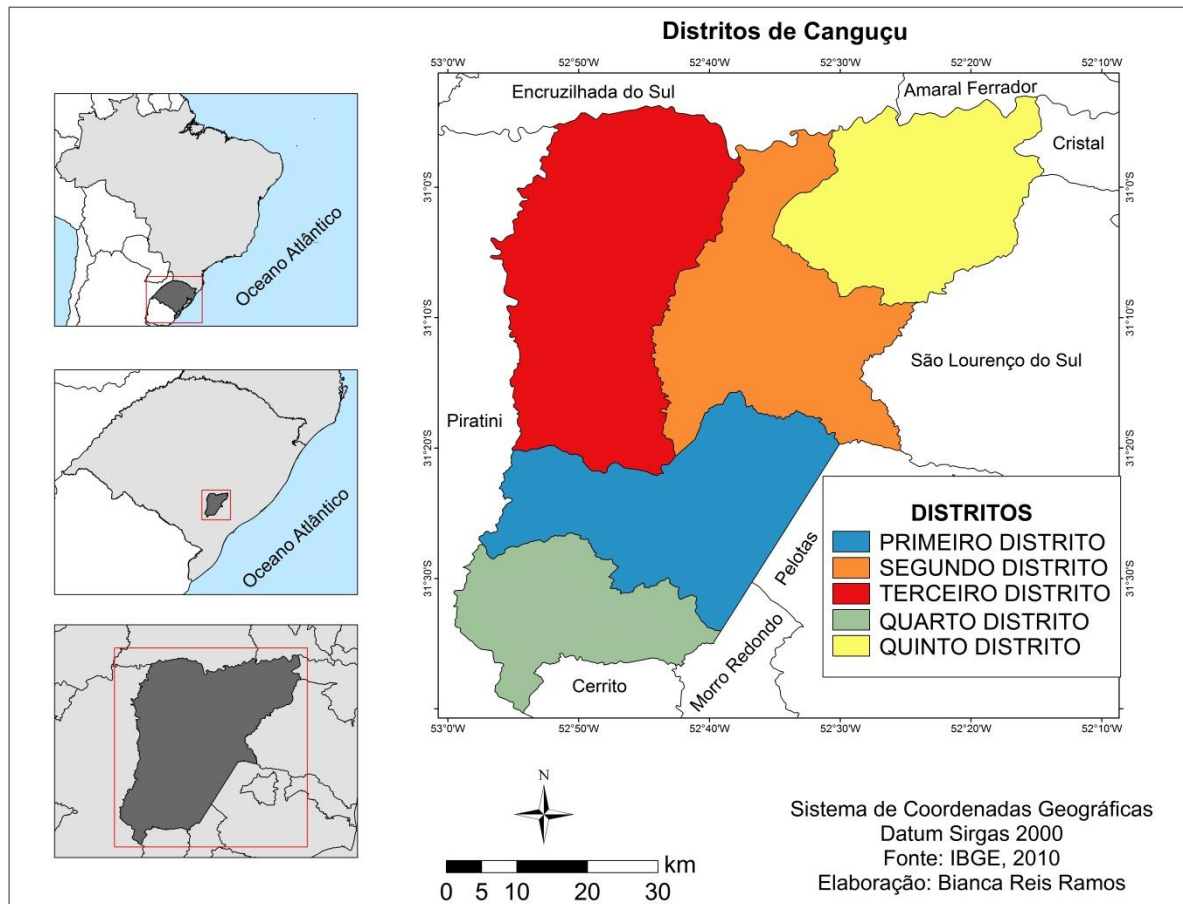
Fonte: Organizado por FERNANDES, L. C. – 2014.

O município é um dos maiores em termos de área do estado do Rio Grande do Sul, com 3.252 km² e de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), sua população é de 53.259 habitantes, sendo deste total 33.565 são habitantes da área rural e 19.690 residem na área urbana, o que caracteriza o município como predominantemente rural em suas atividades.

O município é dividido em 05 grandes distritos, que são subdivididos em localidades. O primeiro distrito é composto pela sede e por 26 localidades; o segundo distrito constitui-se por 13 localidades; o terceiro distrito é formado por 24 localidades; o quarto distrito é

formado por 23 localidades e o quinto distrito é composto por 14 localidades. Na figura 04 observa-se a divisão distrital.

Figura 04 – Mapa com a divisão distrital do município de Canguçu.



Fonte: RAMOS, B. R. – 2015

No deslocamento pelas estradas do município é perceptível uma grande heterogeneidade no desenvolvimento agrícola nos distritos e até mesmo nas localidades. Distinguindo-se, por características bem peculiares, dadas as condições de ocupação com predomínio de atividades influenciadas fortemente pela formação étnica e também pelas determinações apresentadas na paisagem, no ambiente natural originado pela formação geomorfológica do município.

Para VIEIRA (2012) o município de Canguçu apresenta os solos mais antigos do estado que constituem parte do escudo Sul-Riograndense de formação no período pré-cambriano, derivados de rocha granítica e duras, que dificilmente se decompõem, originando

solos com textura mais grosseira e com altos teores de cascalho. Estes solos são suscetíveis a erosão, precisando de medidas de controle e adequação no manejo de solos e de águas.

O tipo de formação geomorfológica conforme VIEIRA (2012) está representado pelo grande compartimento Planalto o qual está subdividido em Cristas e Colinas, características físicas estas, peculiares que estão diretamente ligados as condições litológicas – o município está do ponto de vista geológico, localizado sobre o Escudo Cristalino. As condições de constituição geomorfológica não são limitantes para o desenvolvimento da agricultura, mas impõem formas específicas na escolha do produto a ser plantado e de manejo adequado do solo. Em áreas com maior declividade e com solos mais rasos são necessárias práticas conservacionistas evitando-se a degradação ambiental e possibilitando o uso agrícola por mais tempo.

Os solos predominantes no município de Canguçu para CUNHA (1997) et al VIEIRA (2012) são “Solos Podzólicos Bruno Acizentados Eutróficos (Argisolos) localizados nas colinas e solos Hidromórficos Cinzentos Eutróficos e Aluvial na planície aluvial do Rio Camaquã” sendo áreas utilizadas atualmente para ocupação com pecuária de corte, leite e plantio de arroz. CUNHA (1997) et. al VIEIRA (2012) ainda destaca que a produção diversificada e a fruticultura é predominantemente realizada em “solos Litólicos (Neossolos) com afloramentos rochosos e em áreas com solos Regossolos Câmbico Eutrófico (Cambissolo).

Apesar das condições litológicas adversas, os solos são considerados medianamente férteis, compatíveis para a implantação de cultivos de milho, feijão, soja e fumo. Nas áreas com declividade acentuada são feitas recomendações técnicas referentes ao manejo, como a conservação das encostas, curvas de níveis, rotação de culturas e plantio em faixas alternadas, de acordo com VIEIRA (2012). A tabela 01 organizada por VIEIRA (2012) apresenta a capacidade de uso de cada tipo de solo encontrado no município e sua respectiva área.

Tabela 01 – Capacidade de uso do solo e área no município de Canguçu.

Capacidade de uso do solo	Área (ha)	Área (%)
Área para preservação permanente e cultivos perenes	122.294	34
Áreas cultiváveis com restrições de solo e suscetibilidade à erosão	112.640	32
Áreas cultiváveis com leves restrições de solo e drenagem e leve suscetibilidade à erosão	14.196	4
Áreas com inundações ocasionais	2.210	1
Total	352.517	100

Fonte: VIEIRA, Valmir (2012).

3.3 Aspectos socioeconômicos do município de Canguçu

O município de Canguçu tem sua economia oriunda da produção primária originada em estabelecimentos agrícolas com uma estrutura fundiária inferior ao módulo rural⁷ vigente no município. A economia baseada principalmente no setor agrícola e pecuário é o que impulsiona o comércio urbano, destacando-se a renda oriunda da produção da comercialização de fumo, responsável pela maior concentração de capital em determinados períodos do ano o que possibilita um maior dinamismo econômico na sede do município.

Os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP), referentes ao município de Canguçu revelam que o Índice de Desenvolvimento Humano⁸ Municipal em 2010 era de 0,650, estando numa faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, o setor que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,197), seguido pela renda e pela longevidade. O IDHM teve uma taxa de crescimento de 25,97%.

Em termos demográficos entre os anos de 2000 e 2010 a população do município de Canguçu, teve uma taxa média de crescimento anual de 0,35%, sendo que em nível estadual essa taxa foi de 1,00% e no país, neste período, foi de 1,01%.

⁷O módulo rural vigente no município é de 16,4 ha.

⁸O conceito de Desenvolvimento Humano conforme a CEPAL pode ser definido como um processo de expansão das escolhas e das capacidades individuais, de tudo aquilo que a pessoa pode fazer e ser na vida. É, portanto, mais amplo que a combinação de desenvolvimento social e crescimento econômico equitativo, pois incorpora outras dimensões, como a expansão da democracia, a necessidade de proteger o ambiente e a promoção e proteção dos direitos humanos.

Os dados da tabela 02 referem-se à população do município de Canguçu compreendidos entre os períodos de 1920 a 2012, apresentando a variação no comportamento da população e sua distribuição por domicílio caracterizado como população urbana e rural⁹. Em 2014, o IBGE divulgou a estimativa da população residente nos municípios brasileiros com data de referência de 01 de julho de 2014, estimando a população total do município de Canguçu em 55.637 habitantes.

A população rural do município de Canguçu entre os anos de 1920 a 1970 esteve em ascensão em termos absolutos, assim como ocorreu um crescimento da população urbana. Quanto à população rural ocorreu uma alteração significativa com queda de 19,11% entre os períodos compreendidos de 1970 a 1996 conforme os dados apresentados pela tabela 03, enquanto que a população urbana teve pequena queda apenas no ano de 1950 se mantendo crescente nos anos subsequentes.

Tabela 02 – População do Município de Canguçu (1920-2014).

Ano	População Rural	%	População Urbana	%	População Total
1920	25.900	95,95	1.100	4,05	27.000
1940	47.177	93,29	2.895	6,71	50.612
1950	55.769	95,81	2.438	4,19	58.207
1960	54.281	94,59	3.257	5,41	57.538
1970	57.256	91,68	5.195	8,32	62.451
1980	46.947	84,09	8.878	15,91	55.825
1991	36.556	72,57	13.811	27,43	50.367
1996	34.608	69,15	15.437	30,85	50.045
2000	33.742	65,58	17.685	34,41	51.447
2007	33.443	62,91	18.712	37,09	53.155
2010	33.565	63,02	19.694	36,98	53.259
2014*	-	-	-	-	55.637

*Estimativa de população total no município de Canguçu, de acordo com dados do IBGE.

Fonte: www.ibge.gov.br. 2015.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010 apresentaram mudanças na população por situação de domicílio e por faixa etária conforme pode ser observado na tabela 03. Observando-se uma queda na população rural entre o extrato

⁹De acordo com o IBGE a classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico 1991. Como situação urbana consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é também utilizado na classificação da população urbana e rural.

populacional de 0 e 19 anos, e também uma sensível diminuição na população urbana. A população rural com idade entre 20 e 59 anos teve seu menor número no ano de 2000, enquanto que a população urbana cresceu entre 1970 e 2010. A população rural com mais de 60 anos teve crescimento regular entre os anos de 1970 e 2010, assim como a população urbana correspondente ao mesmo período.

Tabela 03 – População urbana e rural por grupo de idade/ano censo, no município de Canguçu.

Ano Censo	0 – 19 anos		20 – 59 anos		+ 60 anos	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1970	2.392	29.522	2.398	24.279	364	3.496
1980	3.499	21.399	4.480	21.498	866	4.070
1991	4.891	13.607	7.331	18.813	1.589	4.136
2010	5.528	9.594	10.965	18.393	3.201	5.578

Fonte: www.ibge.gov.br. 2014.

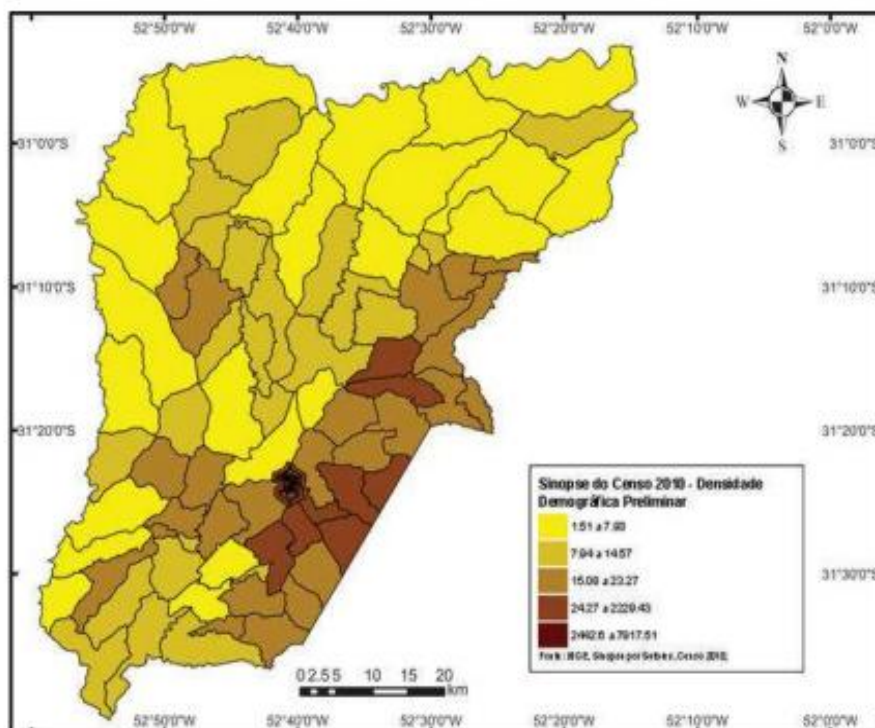
Os dados da tabela 04 são correspondentes ao censo de 2010 e demonstram que o número de homens no meio rural do município de Canguçu é predominante na faixa etária de 0 a 69 anos de idade, sendo superado pelo número de mulheres na faixa etária entre 70 a 100 anos ou mais, observando-se que são as mulheres que obtêm a maior longevidade no município.

Tabela 04 – População do município de Canguçu por faixa etária, sexo e domicílio, conforme censo do ano de 2010.

Faixa etária	Homens		Mulheres	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
0 – 9 anos	1.220	2.169	1.223	2.143
10 – 19 anos	1.494	2.748	1.591	2.534
20 – 29 anos	1.507	2.489	1.606	2.090
30 – 39 anos	1.348	2.469	1.534	2.104
40 – 49 anos	1.329	2.638	1.434	2.291
50 – 59 anos	1.016	2.375	1.191	1.937
60 – 69 anos	712	1.636	934	1.458
70 – 79 anos	415	845	635	936
80 – 89 anos	152	248	285	371
90 – 99 anos	15	29	50	50
100 anos ou +	1	1	2	4
Totais	9.209	17.647	10.485	15.918

Fonte: www.ibge.gov.br. 2014. Organizado pela autora.

Figura 05 – Densidade Demográfica Preliminar (2010) do município de Canguçu.



Fonte: www.ibge.gov.br.

A figura 05 apresenta a dispersão demográfica no município, onde preliminarmente pode se observar a concentração da população nas áreas próximas a sede do município na zona leste e sul. Esta área corresponde a uma formação geomorfológica constituída por áreas propícias a reprodução de atividades agrícolas, que são desenvolvidas em propriedades com menores áreas, mas auto sustentáveis pela proximidade com o mercado consumidor urbano e pelo dinamismo adotado na produção primária com a diversificação de atividades. Além disso, a influência da colonização de origem européia também é fator relevante pela concentração expressiva de descendentes nestas localidades que com seus costumes e tradições lhe impõem características peculiares quanto ao seu desenvolvimento.

A tabela 05 apresenta os dados do IBGE com os indicadores sociais que refletem o crescimento da população, dada pelas taxas de longevidade, mortalidade e fecundidade do município nos últimos anos, demonstrando a melhoria na qualidade de vida dos canguçuenses.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão longevidade que é elaborada pelo número médio de anos de vida que se pode esperar de uma dada população a partir de determinada idade. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) referentes ao censo de 2010, no município de Canguçu, apresentam um aumento da esperança de vida ao nascer em 7,6 anos nas últimas duas décadas, passando de 66,6 anos em 1991 para 74,2 em 2010, enquanto que a esperança de vida ao nascer média no estado era de 75,4 anos e no país de 73,9 anos.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano), reduziu em 31% no município, passando de 20,2 por mil nascidos vivos em 2000 para 13,9 por mil nascidos vivos em 2010. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 12,4 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. Também foi reduzida a taxa de mortalidade infantil (com crianças até cinco anos de idade) passando de 23,4 por mil nascidos vivos em 2000 para 16,3 em 2010.

A taxa de fecundidade no município também teve queda passando de 2,5 em 2000, para 1,8 em 2010.

Tabela 05 – Dados de Longevidade, mortalidade e fecundidade no município de Canguçu.

Longevidade, mortalidade e fecundidade	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,6	71,3	74,2
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	27,3	20,2	13,9
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	32,0	23,4	16,3
Taxa de fecundidade	2,6	2,5	1,8

Fonte: www.ibge.gov.br, 2014.

3.4 A estrutura educacional de Canguçu

A estrutura educacional de Canguçu é composta por trinta e sete escolas municipais, dezoito escolas estaduais e três escolas privadas sendo uma de educação especial, uma de educação infantil e o colégio Franciscano Nossa Senhora Aparecida que oferece além da educação básica, o curso de magistério.

No meio rural trinta e uma escolas municipais abrangem desde a educação infantil até o ensino fundamental completo e o ensino para jovens e adultos (EJA). No meio urbano são seis escolas de ensino fundamental a nível municipal.

As dezoito escolas estaduais abrangem os níveis fundamental e médio no município de Canguçu. Catorze escolas estão localizadas no meio rural das quais cinco possuem a modalidade de ensino médio atendendo alunos do 1º, 2º, 3º, 4º e 5º distrito. Das quatro escolas estaduais na sede do município, duas são de ensino fundamental e duas de ensino médio que são: Escola Estadual de Ensino Médio João de Deus Nunes e Escola Técnica Estadual Canguçu (ETEC). A ETEC oferece além do ensino médio, os cursos profissionalizantes de Agricultura com 74 alunos matriculados em 2014 e o curso de Contabilidade no mesmo ano, com 41 alunos matriculados. No ano de 2014 a escola, atendia um total de 557 alunos, dos quais 266 eram oriundos do meio rural.

Conforme o censo escolar de 2012, Canguçu era o município que possuía o maior número de estudantes da zona rural, 5.867 que usaram o transporte escolar, para movimentarem-se desde suas residências para as escolas localizadas nas áreas urbanas e rurais. Na figura 06 apresenta-se uma escola localizada no interior do município.

Além disso, ocorre o deslocamento de alunos do município de Canguçu para outros municípios vizinhos, com elevado número de estudantes matriculados nas universidades das cidades de Pelotas e Capão do Leão e também nos cursos técnicos no Instituto Federal (IF Sul) perfazendo um total de 408 alunos transportados diariamente que são associados a Cooperativa dos Estudantes de Canguçu (COESC), além de mais 80 alunos que viajam de forma independente. A COESC foi fundada em 15 de agosto de 1981 sendo a cooperativa de estudantes mais antiga do estado do Rio Grande do Sul em atuação atualmente e em segundo lugar no Brasil.

Figura 06 – Escola Municipal de E.F. em funcionamento – 4º distrito de Canguçu.



Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

Tabela 06 – Número de matrículas iniciais totais por modalidade de ensino no município de Canguçu/RS no período de 2010 a 2014 em escolas municipais.

Modalidade de ensino	2010	2011	2012	2013	2014
Creches	303	319	328	375	387
Ed. Infantil	541	588	518	410	440
E. Fundam.	5406	5278	5082	5057	4924
EJA	175	283	272	324	352
Total	6250	6185	5928	5842	5751

Fonte: Dados SMEE – Prefeitura Municipal de Canguçu, 2014. Organizado pela autora.

O número total de alunos matriculados nas escolas municipais apresentados na tabela 06 representam dados relativos ao número total de matrículas iniciais por modalidade de ensino no período de 2010 a 2014, sem distinguir o logradouro rural ou urbano, no entanto, as creches atendem apenas a população urbana observando-se um aumento no número de crianças matriculadas no período destacado, fator que deverá estar relacionado ao aumento no número de vagas. Na educação infantil ocorreu um acréscimo nas matrículas iniciais do ano de 2011 em relação a 2010, ocorrendo diminuição nos anos de 2012 à 2013 e aumento no ano de 2014 em relação à 2013.

No ensino fundamental o número de matrículas iniciais reduziu-se entre o período de 2010 a 2014, enquanto que o número de matrículas iniciais no ensino de EJA obtiveram um crescimento contínuo, com exceção no ano de 2012 em relação ao ano de 2011.

A implantação do Ensino para Jovens e Adultos em escolas do meio rural permitiu o retorno de jovens agricultores, que pararam de estudar na adolescência que por esta modalidade de ensino conseguem finalizar o ensino fundamental, além disso, agricultoras e agricultores também voltaram a frequentar as aulas.

Tabela 07 – Número de matrículas iniciais totais/ano/distrito nas escolas municipais.

Ano Letivo	Sede do município	1º distrito	2º distrito	3º distrito	4º distrito	5º distrito
2010	2098	1738	751	595	628	440
2011	2234	1635*	692*	592	611	421
2012	2241	1545	670*	534	543*	414
2013	2222	1515	644*	548*	536*	378
2014	2166	1547	627*	532*	515*	364

* Escolas municipais com a modalidade de ensino EJA.

Fonte: Dados SMEE – Prefeitura Municipal de Canguçu, 2014. Organizados pela autora.

A tabela 07 apresenta os dados das matrículas iniciais totais considerando todas as modalidades de ensino que são desenvolvidas na sede do município (escolas urbanas) e nos cinco distritos (escolas rurais) sob a instância municipal.

O número de matrículas iniciais nas escolas municipais localizadas na sede do município, no período compreendido entre os anos de 2010 à 2012 tiveram crescimento anual e redução nos anos de 2013 e 2014.

Nas escolas localizadas no 1º distrito do município o número de matrículas iniciais teve redução entre os períodos compreendidos entre os anos de 2010 à 2013 e com aumento no ano de 2014 em relação a 2013. No ano de 2011, foi implantada a modalidade de ensino EJA.

Nas escolas localizadas no 2º distrito do município, o número de matrículas iniciais reduziu no período compreendido entre os anos de 2010 à 2014, sendo a modalidade de ensino EJA implantada a partir do ano de 2011.

Nas escolas localizadas no 3º distrito do município o número de matrículas iniciais reduziu entre o período compreendido entre os anos de 2010 a 2012, com aumento em 2013 e teve a implantação da modalidade de ensino EJA. Em 2014 o número de matrículas reduziu em relação às do ano de 2013.

Nas escolas localizadas no 4º distrito do município o número de matrículas iniciais reduziu entre os períodos compreendidos entre os anos de 2010 à 2014 e em 2012 teve a implantação da modalidade de ensino EJA.

Nas escolas localizadas no 5º distrito do município o número de matrículas iniciais foi reduzido em todos os anos compreendidos no período de 2010 à 2014.

Tabela 08 – Número de matrículas iniciais no município de Canguçu em escolas rurais por distrito no ensino fundamental e médio das escolas estaduais.

Ano Letivo	1º distrito		2º distrito		3º distrito		4º distrito		5º distrito		Total de Alunos
-	EF	EM	EF	EM	EF	EM	EF	EM	EF	EM	-
2010	454	112	334	140	297	173	-	-	115	35	1660
2011	442	136	303	141	299	146	-	-	110	53	1630
2012	386	138	310	134	292	135	-	-	96	60	1551
2013	379	125	288	145	297	127	-	97	98	66	1622
2014	377	114	274	134	288	124	-	109	82	58	1560

Fonte: Dados estatísticos censo escolar RS, 2015. Organizados pela autora.

A tabela 09 apresenta o número de matrículas iniciais das escolas estaduais urbanas localizadas no município de Canguçu, compreendidas entre os anos de 2010 à 2014. O número de matrículas iniciais referentes a modalidade de ensino fundamental teve redução em todos os anos do período de 2010 a 2014. As matrículas iniciais do ensino médio no ano de 2012 foram superiores em relação ao número de matrículas dos anos de 2010 e 2011 respectivamente e reduziu-se o número de matriculados de 2013 e 2014, em relação ao ano de 2012. A educação profissional teve redução em suas matrículas iniciais em todos os anos de 2010 à 2014, enquanto que o número de matrículas iniciais na modalidade de EJA teve redução do número de matriculados apenas no ano de 2011 em relação ao ano de 2010, e com acréscimo de matriculados nos anos de 2012 à 2014.

Tabela 09 – Matrículas iniciais Urbanas no município de Canguçu por modalidade/ensino em escolas estaduais.

Ano Letivo	E.F.	E.M.	E.P.	EJA
2010	1055	929	163	281
2011	1040	857	135	277
2012	967	957	134	293
2013	956	895	115	329
2014	932	866	86	361

Fonte: Dados estatísticos Censo Escolar RS, 2015. Organizados pela autora.

A tabela 10 apresenta os dados de matrículas iniciais das escolas privadas no município de Canguçu onde a modalidade de creche apresenta poucas variações em suas matrículas. Na pré-escola o número de matriculados aumentou com uma maior variação nas matrículas do ano de 2011 em relação ao ano de 2010. Nos demais anos as matrículas apresentaram pouca variação em seu número de matriculados.

As matrículas iniciais no ensino fundamental apresentaram menores números nos anos de 2011 e 2012 em relação ao ano de 2010 e com aumento no número de matriculados nos anos de 2013 e 2014 respectivamente. No ensino Médio as matrículas iniciais de 2011 foram menores em relação a 2010 e aumentaram nos anos de 2012 à 2014.

A educação especial representada pela APAE apresentou um número de matrículas iniciais maior em 2010 em relação a 2011 e com aumento nos demais anos entre 2012 e 2014.

Tabela 10 – Matrículas iniciais/modalidade/ensino no município de Canguçu em escolas urbanas e privadas.

Ano Letivo	Creche	Pré	E.F	E.M	E.E
2010	9	336	236	110	123
2011	5	67	221	114	112
2012	10	65	213	121	127
2013	10	66	230	129	134
2014	15	73	235	114	135

Fonte: Dados estatísticos Censo Escolar RS, 2015. Organizados pela autora.

Para os agricultores a educação é vista como uma condição diferenciada que possibilita o crescimento do indivíduo perante o meio social e por isso querem que os filhos estudem. Muitos pais não tiveram a possibilidade de continuarem seus estudos principalmente por sua força de trabalho ser imprescindível no trabalho agrícola das propriedades dos pais. O nível de estudo na época era o ensino até o 5º ano, em escolas menores e localizadas próximas as propriedades dos pais, como a que se encontra representada pela figura 07, que foi fechada pelo baixo numero de alunos matriculados tendo seus alunos na época, remanejados para uma escola maior identificada como escola-pólo com uma localização que facilita o acesso de alunos das localidades mais distantes em relação a escola.

Atualmente a modalidade de ensino EJA tem possibilitado que muitas pessoas do meio rural voltem a frequentar a escola para darem continuidade aos estudos que foram interrompidos precocemente favorecendo principalmente muitos jovens rurais, além de contribuir o retorno para salas de aula de agricultores e agricultoras para continuarem seus estudos. Observou-se que agricultoras residentes no 3º distrito do município, organizam suas tarefas caseiras e agrícolas de acordo com o horário noturno das aulas para irem à escola a noite onde frequentam as aulas. Esta atividade é possibilitada pela disponibilidade do transporte escolar no município.

Figura 07– Escola municipal de séries iniciais desativada no 1º distrito de Canguçu.



Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

No sentido de ampliar a discussão sobre a permanência dos jovens no meio rural o município através da coordenação da educação do campo atem suas ações baseadas numa metodologia incentivando as condições reais de permanência no campo através do conhecimento como sinônimo de poder de transformação do contexto da realidade através da perspectiva de manter-se no campo com a qualificação da vida das pessoas. E conforme a professora responsável, hoje, possibilita-se o acesso ao nível técnico e graduações sem o jovem precisar sair do seu meio. No entanto, a educação do campo não pode ser imposta, precisa ser pensada a partir de uma necessidade com a promoção de um trabalho diferenciado por uma produção critica indicadora de novas perspectivas, pautado numa sociedade que não vise somente o acumulo de capital, mas num modo justo e coletivo. A viabilização das escolas rurais menores onde acontecem os primeiros aprendizados dos filhos de agricultores deveriam ser priorizadas, a escola deveria estar lá, é dever do Estado para com esta parcela da sociedade, e hoje ainda deparamo-nos com o fechamento das escolas menores amparado num discurso puramente econômico que não considera as origens desta população, incentivando-as precocemente ao desenraizamento da sua família onde se encontram os princípios da cultura familiar, afastando-os do seu meio comunitário para inseri-lo em um outro ambiente que precisa ecleticamente promover o aprendizado.

A escola é percebida como um aparelho ideológico do Estado que poderá ser um meio de desenvolvimento da percepção critica repensando processos de identificação e desmistificando verdades que foram construídas a partir da riqueza do processo de um projeto

de sociedade diferenciado sem individualidades, onde precisa atentar-se para um sistema educacional com implicações regionais e com a construção de um currículo favorável. O modelo de ensino precisa estar voltado ao que representa a vontade dos agricultores que seja participativo na construção de um projeto político-pedagógico acordado com a população a que deva atender.

As ações desenvolvidas nas escolas são efetivadas pela realização de visitas dos jovens até a casa da família, formação de professores, trabalho conjunto com as entidades municipais. Discussão entre os alunos do urbano e do rural, Seminário da Educação do campo de Canguçu e Projeto de implantação da escola-família.

CAPITULO 4 O ESPAÇO AGRÁRIO NO MUNICÍPIO DE CANGUÇU

O espaço agrário no município de Canguçu compõe-se por uma estrutura com características peculiares que são retratadas pela condição fundiária composta pela grande concentração de propriedades caracterizadas como minifúndios contrastando com uma área agrícola ocupada por propriedades maiores além de 16 assentamentos rurais oriundos da Reforma Agraria com 468 famílias assentadas e 10 comunidades quilombolas.

A produção agrícola é diversificada predominando os cultivos de fumo, soja, milho e feijão, além da produção frutícola e de olerícolas que são desenvolvidas em áreas menores. A pecuária destaca-se pela produção leiteira principalmente nas propriedades familiares além da pecuária de corte sendo desenvolvida em áreas maiores. A ocupação do espaço agrário é constituída pela heterogeneidade de atividades desenvolvidas em cada propriedade, conforme pode ser observado na figura 08.

Figura 08 – Paisagem rural de Canguçu.



Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora

4.1 Estrutura fundiária

No município de Canguçu 92,43 % dos imóveis rurais tem área inferior a 50 ha e representam 51,24 % da área total do município. Esta realidade observa-se na tabela 11 onde

constam o numero de imóveis totais apresentados por extratos de áreas e área total dos imóveis por extratos.

Tabela 11 – Número e área dos imóveis rurais de Canguçu, por extrato de área em 2012.

Estratos de área	Nº de imóveis	% do nº de imóveis	Área total dos imóveis	% total dos imóveis
0 à 5,0	3.231	24,45	7.519,5	2,38
5,1 à 10,0	2.872	21,74	22.256,8	7,03
10,1 à 15,0	2.013	15,24	25.583,3	8,08
15,1 à 20,0	1.405	10,63	24.900,2	7,87
20,1 à 25,0	923	6,98	20.843,8	6,59
25,1 à 50,0	1.769	13,39	61.058,0	19,29
50,1 à 100,0	557	4,22	38.008,2	12,00
100,1 à 200,0	261	1,97	36.080,8	11,40
200,1 à 500,0	133	1,01	38.745,5	12,24
500,1 à 1000,0	37	0,29	25.922,2	8,19
1000,1 à 1500,0	6	0,04	7.543,5	2,38
1500,1 à 2000,0	2	0,02	3.378,4	1,07
2000,1 à 2500,0	2	0,02	4.674,6	1,48
Totais	13.211	100,00	316.514,8	100,00

Fonte: www.incra.gov.br 2014. Organizado pela autora.

O desenvolvimento das atividades agrícolas no município de Canguçu nas propriedades pesquisadas caracteriza-se pela utilização de sistemas diferenciados que são: a produção alimentar e a produção integrada a agroindústrias e a exportação.

A produção alimentar é composta pela produção diversificada voltada para o autosustento das famílias através da produção de cereais, leguminosas, frutas, hortaliças e criação de animais e o plantio de culturas principais como feijão e milho são voltadas a comercialização, das quais uma parte da produção de feijão fica retida para o consumo interno da família e o milho é utilizado para a alimentação dos animais através do fornecimento dos grãos triturados e moídos utilizados no incremento das rações dos animais.

Neste sistema também estão incluídos os agricultores que realizam a produção de alimentos orgânicos que são comercializados em feiras nas cidades de Canguçu e Pelotas, e com vendas diretas aos consumidores donos de restaurantes e supermercados.

O trabalho é realizado pela utilização de máquinas de porte pequeno e médio e com mão de obra familiar, com raras exceções de contratação de pessoas externas para a realização de um determinado serviço na propriedade.

O segundo sistema produtivo encontrado na pesquisa de campo tem seus cultivos voltados à integração com as agroindústrias do tabaco e a produção de soja para o mercado exportador. No entanto, estas propriedades apresentam também plantios da base alimentar das famílias que é realizado em pequenas áreas destinadas para este fim enquanto que a produção comercial é desenvolvida em áreas maiores adotando a utilização de mecanização no plantio e na colheita e insumos específicos, como as sementes transgênicas, adubação química e tratamentos para doenças e pragas.

Alguns proprietários com falta de disponibilidade de terras para o plantio arrendam áreas de outros agricultores ou trabalham em sistema de parceria permitindo potencializar a quantidade produzida, o que é justificado pelos agricultores em detrimento do alto custo dos implementos que precisam ser adquiridos para a realização do trabalho. É preciso produzir uma maior quantidade para custear os altos investimentos realizados em maquinários. A aquisição de máquinas cada vez mais modernas e eficientes no plantio e na colheita tornam-se necessárias substituindo parcialmente a utilização de força de trabalho que é escassa no meio rural para a realização de atividades agrícolas.

Com exceção da produção de fumo e soja, as culturas de milho e feijão abastecem inicialmente o consumo doméstico e alimentação de animais da propriedade e com a comercialização do excedente.

O acesso aos créditos para financiamentos das lavouras a serem plantadas, é realizado nos bancos ou através de cooperativas que intermediar as propostas sendo estes recursos destinados para o desenvolvimento das atividades agrícolas, tanto para a compra dos insumos como para maquinários novos. A política pública mais acessada é o PRONAF contribuindo significativamente na implantação de novas lavouras seguidos pelos financiamentos para o custeio das lavouras.

A exceção se dá quanto ao plantio das lavouras de fumo no município, tendo na agroindústria o seu principal credor que financia desde a construção dos galpões até os insumos para a implantação das lavouras. A escolha pela atividade da produção do tabaco, conforme os agricultores que foram pesquisados baseia-se na garantia de compra da produção final e pelo preço oferecido pelas fábricas.

A atividade leiteira também faz parte da estrutura produtiva do município podendo ser uma atividade principal quanto à geração de renda para as famílias ou apenas como uma renda complementar a outras atividades realizadas na propriedade.

A organização produtiva no município de Canguçu observada por suas formas distintas quanto à exploração agrícola pode ser identificada de diversas formas considerando o modo tradicional/convencional de utilizar o solo, a modernização através da semi especialização nos cultivos comerciais e uma produção mais sustentável através dos sistemas agroecológicos. A dinâmica adotada em cada propriedade é oriunda das peculiaridades encontradas nas condições de exploração fugindo às vezes de modelos e projetos prontos.

As estratégias agrícolas adotados pelos agricultores são viabilizadas para uma melhor utilização da terra disponível pressupondo-se que as propriedades têm limitadas áreas para a reprodução agrícola quando se leva em conta a qualidade do solo disponível. Por conta de uma limitação de área agricultável, alguns agricultores acabam inserindo atividades econômicas como a produção leiteira, a criação de suínos, aves e peixes, permitindo uma maior geração de renda para a manutenção da agricultura familiar conforme analisado por BRUM em 2004:

A produção familiar tem-se caracterizado pela pequena propriedade, pelo trabalho familiar, pela diversificação, com a renda advinda das lavouras de milho, feijão, trigo, pecuária, suinocultura e outros produtos. Muitas vezes ocorre um processo de policultura, subordinada a algum produto (por exemplo, a soja, ou a suinocultura, ou...), que se tornou a principal fonte de renda da família. Alguns, além de manterem um produto como o principal, que garante uma renda anual, buscam ter um segundo produto que possibilita uma renda mensal. Por exemplo, a produção de leite. (BRUM, 2004, p.93).

A utilização do solo, considerada por GRAZIANO (2003) como um meio de produção, já mencionava a importância de medidas conservacionistas quanto ao tipo de exploração adotado, visto que os nutrientes são extinguíveis e fazem parte de um componente vivo que enfraquece com a exaustão do uso, decorrência de uma exploração excessiva que compromete a sua capacidade produtiva.

[...] O processo produtivo agrícola requer uma interação com o solo, o qual não tem um papel passivo como na indústria: além do substrato, ele fornece a “alimentação” das plantas e, indiretamente, dos animais. As terras são bens naturais limitados em sua disponibilidade física, tanto do ponto de vista quantitativo, como do qualitativo. (GRAZIANO, 2003, p.30).

A esterilização gradual dos solos, o desencadeamento de processos erosivos aliado ao uso demasiado de insumos químicos, alteram a estruturação natural do solo, podendo muitas vezes comprometer a continuidade dos agricultores em suas terras e, em muitos casos, ocorrendo até mesmo a expulsão destes do meio rural, quando não são adotadas medidas devidas de compensação e de reconstituição do solo na sua utilização.

4.2 Produção agrícola e pecuária no município de Canguçu

A produção agrícola desenvolvida pela agricultura familiar no contexto brasileiro atual deixou de ser inerte e vem se readequando. A modernização avançou e as inovações técnicas foram permitidas também aos pequenos agricultores. No entanto, o discurso da subsistência precisa ser revisto, pela transformação das necessidades no desenvolvimento das atividades produtivas bem como dentro do ciclo interno da propriedade onde surgiram novas estratégias de desenvolvimento da agricultura que precisam ser supridas internamente através do autoconsumo.

A produção agrícola do município de Canguçu também se adéqua e se reestrutura de acordo com o mercado, onde agricultores mais capitalizados tem maior capacidade de reprodução com uma agricultura semiespecializada enquanto que os menos capitalizados economicamente adotam técnicas mais tradicionais combinadas com a tecnologia permitida pelas condições financeiras de cada um.

Como principais produtos do município, destaca-se a produção de soja, fumo, milho, feijão, hortaliças e frutas.

4.2.1 Produção agrícola

A produção de soja no município de Canguçu é voltada em sua totalidade à comercialização, abastecendo o mercado interno brasileiro e o mercado externo, sendo escoado principalmente pelo porto de Rio Grande. No interior do município atualmente, encontram-se estruturas de secagem e galpões para armazenamento de grãos que prestam

serviços aos agricultores, possibilitando posteriormente a sua comercialização, serviço este que é prestado aos agricultores por empresas particulares e cooperativas.

Os agricultores produtores de soja por possuírem equipamentos modernos como tratores, colheitadeiras e caminhões além de realizarem o trabalho em suas propriedades também prestam serviço por hora operada em outras propriedades, principalmente na época da colheita, agilizando o trabalho de retirada do grão da lavoura evitando perdas, principalmente nos cultivos de verão que devem ser colhidos no outono, época de aumento nas chuvas.

A escolha pelo tipo de cultivo também esta associada diretamente as características do terreno disponível nas propriedades. As áreas mais planas são favoráveis ao uso de mecanização com monocultivo especializado voltado a atender o padrão de mercado atual, exigido no setor interno e externo pela grande competitividade globalizada. Situação que é destacada por TEDESCO (1999) em seu estudo sobre o Alto Taquari:

As terras mecanizáveis são utilizadas para produtos comerciais. Nesses espaços, a composição química e orgânica do capital (máquinas, inseticidas, fungicidas, adubos...) pode atuar melhor, acarretando que o produto que é destinado à comercialização, tenha um nível de produtividade compatível com a média referenciada nos preços dos respectivos produtos. (TEDESCO, 1999, p. 139).

Divulgações de dados de produção da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) apresentam o aumento da área cultivada em todas as regiões produtoras do estado do RS na safra 2014/2015, porém será menor em relação a safra anterior devido ao fator área de expansão ser limitante, ficando o crescimento em 3,2% substituindo as áreas antes cultivadas com milho e de pecuária. Também se destaca no estado o crescimento do uso da agricultura de precisão neste segmento com maquinário moderno e tecnologias difundidas nos sistemas de plantio utilizados.

A produção de fumo é considerada uma das mais importantes culturas no município pela sua capacidade de maior geração de renda acumulada, sendo responsável por grande parte da dinâmica econômica urbana e de importantes investimentos no meio rural. Sua produção conforme pode ser observado na tabela 12 ocupa uma área relativamente menor que a soja dentro da propriedade e de acordo com TEDESCO (1999) é uma alternativa com alto

investimento fortalecida pela presença de agroindústrias do ramo no Rio Grande do Sul que financiam e recebem a produção.

Atualmente, o incentivo ao plantio de fumo orgânico pelas empresas fumageiras atuantes no município, é percebido pelos agricultores como mais uma alternativa que permite agregar maior renda a produção, garantido pelo valor diferenciado no preço, além de abreviar parte do processo na organização pós colheita, por não precisar ser *emanilhado*¹⁰ para ser enviado a indústria. Outro fator positivo ressaltado pelos fumicultores é quanto à ausência de agrotóxicos utilizados no manejo desta cultura, garantindo mais saúde as pessoas que trabalham nesta atividade.

Tabela 12 – Produção de fumo no município de Canguçu em toneladas, área total e produtividade / hectare referente período entre 2000 à 2015.

Safra	Produção em toneladas	Área plantada	Produtividade kg/ha
2000	6.840	3.800	1.800
2001	8.360	3.800	2.200
2002	10.186	4.630	2.200
2003	12.960	7.200	1.800
2004	20.900	9.500	2.200
2005	21.542	10.771	2.000
2006	25.005	11.366	2.199
2007	22.000	10.000	2.200
2009	16.547	9.321	1.775
2010	13.662	8.908	1.533
2011	22.784	9.471	2.406
2012	18.735	8.721	2.148
2013	18.366	7.844	2.341
2014	19.283	8.693	2.218
2015	19.902	8.738	2.278

Fonte: www.afubra.com.br. 2015

A produção de milho no ano de 2012 atingiu em torno de 20.200 hectares no município conforme dados da EMATER – Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, sendo produzido para a comercialização e para o fornecimento alimentar do gado de leite, utilizado na produção de rações e silagens que são utilizadas nas propriedades. A área plantada oscila de uma safra para outra nas propriedades, devido o preço estipulado a partir da demanda pelo mercado. Este é um dos principais fatores para a implantação de novas lavouras. No estado do Rio Grande do Sul a área correspondente

¹⁰ Emanilhado é a junção de um punhado de folhas de fumo seco, em torno de 25 folhas, que são amarradas por uma manilha (que é feita da folha do próprio fumo) na parte inferior do caule da folha para facilitar o enfardamento do fumo que será enviado as agroindústrias. (Informação verbal dada/ instrutor de fumageira).

a produção de milho vem sendo reduzida e na safra 2014/2015 a CONAB informou os índices de redução em torno de 8,8 % cedendo espaço para a lavoura de soja. No município, ocorre uma variação no plantio anual de cada safra que é determinado pelo mercado, mas pela necessidade do consumo de subsistência é cultivada em quase todas as propriedades, conforme ilustrado pela figura 09.

Figura 09 – Lavoura com plantação de milho - 1º distrito de Canguçu.



Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

A produção de feijão no município é voltada a comercialização e para a subsistência das famílias, atingindo em 2012 8.750 hectares conforme dados da EMATER – Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, sendo esta cultura produzida em dois ciclos anuais, gerando duas colheitas. A redução de áreas cultivadas com feijão é consequência da falta de mão de obra e de seu alto custo, condição mais acentuada entre os pequenos produtores, cuja dependência chega de até 50% para produção, nas fases dos tratos culturais e na colheita quando o emprego de maior mão-de-obra é indispensável pra evitarem-se perdas da produção na lavoura. A CONAB (2015) aponta como causas principais na redução da produção no estado do RS, a escassez e o custo de mão de obra além da concorrência com o plantio de soja.

A produção de hortaliças e frutas do município é comercializada nos mercados e feiras locais. Destacando-se que o plantio ocorre em áreas próximas à sede do município e nos assentamentos rurais onde existe uma maior organização logística para o transporte destes produtos e para comercialização. Os problemas encontrados com a dificuldade de comercialização de produtos considerados mais perecíveis como a batata inglesa, cebola e

pêssego desestimularam parte dos agricultores que reduziram as áreas de plantio destas espécies, permanecendo apenas com o cultivo para a subsistência e sem finalidade para a comercialização destes produtos.

4.2.2 Produção pecuária

A produção pecuária no município de Canguçu é composta pelo rebanho bovino de leite e de corte, eqüinos, muares, bubalinos e asininos e por animais de pequeno porte como suínos, ovinos, aves, caprinos e coelhos. De acordo com COTRIM (2003), dedicam-se a atividade pastoril 25,8 % dos estabelecimentos agrícolas e 35% dos estabelecimentos desenvolvem tanto a agricultura como a pecuária, totalizando 60,5% dos estabelecimentos. Da área agricultável do município que é de 314.849 ha, 40% são ocupados por pastagens naturais e plantadas e 73.953 ha que correspondem a 23,5% possuem lavouras anuais e pastagens.

A pecuária está aliada a condição natural da vegetação dos campos existente no município de Canguçu, representando uma estratégia para os agricultores familiares por ser uma atividade com menor risco e de geração de renda, sem uma época determinada como a que acontece com a produção agrícola.

A produção leiteira é outra atividade considerada como principal sendo comercializado com as cooperativas: Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios (COSULATI) localizada em Capão do Leão e Cooperativa dos Pequenos Agricultores (COOPAR) em São Lourenço do Sul, com uma geração de renda mensal que possibilita além da sustentabilidade do segmento produtivo da pecuária o desenvolvimento das outras atividades agrícolas. A atividade leiteira é favorecida pela regularidade da renda mensal. Em alguns casos a produção leiteira no município de Canguçu é percebida como um complemento às outras atividades agrícolas desenvolvidas nas propriedades, porém tem se destacado por agregar mais uma modalidade de renda aos agricultores. Em dezembro de 2014, 633 agricultores eram sócios da COSULATI com uma produção média mensal de 1.300.000 litros, conforme dados estatísticos fornecidos pela cooperativa.

Na maior parte das propriedades, desenvolve-se um modelo tradicional com alimentação mista para o gado. O rebanho é alimentado com pastagem natural (grama nativa)

e pelo plantio de pastagens, que são divididos em pequenos poteiros, utilizados para o pastoreio de forma alternada. Além da alimentação mista para os animais são utilizados rações e silagens que normalmente são produzidas pelos agricultores ou ainda são adquiridas através da cooperativa que recebe o leite produzido na propriedade.

Para MALUF (2009),

No que se refere à agricultura familiar, a adoção de instrumentos diferenciados de apoio, principalmente em termos de crédito, garantia de preços e estímulo ao associativismo, deveria articular-se a formas de ampliar o valor agregado e apropriado por estes produtores, como por exemplo, através da constituição de agroindústrias regionais de pequeno e médio portes sob controle desses mesmos agricultores. (MALUF, 2009, p. 165).

Para uma parcela dos agricultores entrevistados são necessários mais incentivos específicos e acompanhamento técnico para um desenvolvimento mais moderno na agricultura. Através de micro indústrias familiares e também da maior eficiência na secagem de grãos e do armazenamento para a produção comercial, para que possam esperar para realizar comercialização da produção em períodos de melhores preços. Além disso, para os agricultores a articulação deveria ser feita pelos órgãos de assistência técnica governamental no sentido de direcionar os créditos diretos e indiretos, com incentivos que envolvessem os grupos de agricultores nas comunidades, para fortalecer a economia local onde se estabelecem as afinidades produtivas.

A articulação para o crescimento e desenvolvimento rural precisa estar apoiada em elementos característicos por zonas onde sobressaem as diferenciações inerentes a cada constituição regional, considerando as restrições naturais do local e as condições humanas disponíveis para a reprodução agrícola. Desta forma poderão se instituir técnicas apropriadas por meio de medidas institucionais, considerando-se que o Brasil conforme destacado por DELGADO (1999) possui um perfil grandemente heterogêneo.

Existe uma preocupação com a manutenção das atividades produtivas no futuro por parte dos agricultores principalmente por aqueles que não se encontram vinculados a agroindústrias, ocasionados pelos preços elevados de insumos a serem adquiridos no comércio para a implantação de lavouras e o baixo valor pago à produção final. Acreditam estes agricultores, que precisam ocorrer transformações na organização da comercialização, e pela organização coletiva intermediada por órgãos de assistência técnica com qualificação em

gestão cooperativista voltada principalmente ao armazenamento da produção e a logística de escoamento.

Uma organização coletiva permitiria a comercialização futura garantindo os melhores preços de mercado, não os submetendo a um tipo de comercialização que muitas vezes os explora e ainda os torna reféns, mas que se torna necessária na maioria das vezes pela falta de condições de armazenagem individual da produção.

CAPITULO 5 O COMPORTAMENTO SUCESSÓRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS.

A compreensão sobre a dinâmica sucessória da agricultura familiar no município de Canguçu perpassa pelas especificidades de uma agricultura heterogênea desenvolvendo-se sob múltiplas racionalidades devendo considerar-se a variação de acordo com cada contexto pesquisado, onde também estão envolvidas também as condições humanas, físicas, ambientais e econômicas representadas por características tradicionais e modernas ou simplesmente convencionais.

ABRAMOVAY em Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. (1998), apresenta a realidade histórica referente à década de 1960, onde a pressão moral para a continuidade da profissão de agricultor era muito forte, tanto mais que os horizontes alternativos eram escassos e pouco acessíveis. Na década seguinte, a modernização no setor agrícola brasileiro, dá novas características ao desenvolvimento da agricultura, onde introduzem-se novas tecnologias em termos de máquinas, equipamentos e insumos e que aos poucos começam também interferir nas formas de produção agrícola em menor escala, como o da agricultura camponesa, que passou a ser identificada na década de 1990 como agricultura familiar.

Nesse sentido ABRAMOVAY (1998) traça paralelamente em seu estudo, os objetivos ainda referentes aos anos 60, entre a unidade produtiva e as aspirações subjetivas de seus membros, por haver uma base objetiva que fazia da agricultura a perspectiva mais viável da reprodução social para as novas gerações. A agricultura, compreendida como umas das principais formas de meio de vida na época, por ainda não haver a disseminação de trabalho urbano e de especificidades nos diferentes setores econômicos como as que existem atualmente.

A agricultura familiar do sul do Brasil, após a década de 70, para ABRAMOVAY (1998), já expunha uma dupla ruptura: por um lado, as possibilidades objetivas de formação de novas unidades produtivas, pelas suas limitações e por outro, a grande maioria dos jovens não reproduziam mais o papel dos pais. Surge a questão sucessória então conceituada por

ABRAMOVAY (1998, p. 36) quando “a formação de uma nova geração de agricultores perde a materialidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade”.

No contexto da pesquisa e pela busca das características produtivas encontradas nas propriedades identificou-se a origem das mesmas, resultando nos dados demonstrados na tabela 13, observando-se o predomínio de propriedades adquiridas.

De acordo com os agricultores, após o casamento, o casal trabalhava junto na propriedade de um dos pais do casal, para acumular os recursos obtidos através das safras para adquirirem as terras próprias para desenvolverem as atividades agrícolas desejadas. Para VERGOPOULOS (1977) a aquisição de terra, do solo agrícola é produto do trabalho humano, oriundo do lucro produzido e acumulado, não sendo diferente para o agricultor, de um arado ou de uma vaca adquirido. Atualmente, os agricultores possuem acessos a créditos específicos para a compra de terras, como o Banco da Terra.

Os agricultores que obtiveram as terras pela herança, casaram-se e ficaram também morando na propriedade com os pais de um dos cônjuges, muitas vezes os pais ainda são vivos, mas pelo comum acordo entre a família, continuam na propriedade estabelecendo-se a sucessão.

Em proporção menor encontra-se o número de agricultores que compraram terras e herdaram, seguidos pelo número de agricultores que arrendam, trabalham em sistema de parceria e meação, além dos assentados da reforma agrária.

Tabela 13 – Origem das propriedades pesquisadas em Canguçu.

Aquisição das propriedades pesquisadas	%
Compradas	38,75
Herdadas	31,25
Compradas e herdadas	18,50
Outras (meeiro, parceiro, arrendatário, e assentados)	11,50

Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

Nas propriedades pesquisadas, as racionalidades adotadas na escolha do tipo de exploração já refletem a capacidade da mão-de-obra disponível naquela família, que é percebida pelo dinamismo apresentado pela diversidade das atividades agrícolas

desenvolvidas, onde atividades específicas como as relacionadas à produção do tabaco requerem uma maior intensidade de trabalho por alguns períodos do ano.

Enquanto que em outras atividades é possível depender de menor quantidade de mão de obra, como no caso do plantio de soja, que utiliza a mecanização em quase a totalidade de seu processo produtivo. A ocupação de pouca área nas propriedades com produções agrícolas demonstram o nível reduzido de mão de obra disponível naquela propriedade e com incapacidade de contratação de mão de obra temporária para algumas atividades, pela sua indisponibilidade no meio rural, situação que é mais agravada em algumas localidades.

O reconhecimento inicial feito sobre as atividades desenvolvidas por cada família conduziu ao objetivo da pesquisa que permitiram identificar as perspectivas dos agricultores sobre a continuidade da reprodução agrícola em suas propriedades através da sucessão familiar. Conhecer o processo de estabelecimento da sucessão nas famílias ainda é percebido como uma intromissão a um assunto íntimo que só deve ser discutido e decidido no âmbito interno de cada grupo familiar. No entanto, ao serem questionados sobre a continuidade das atividades agrícolas nas propriedades através da permanência dos filhos foram reveladas as principais dificuldades pressentidas no cotidiano, na luta permanente em continuar sendo agricultor e na perspectiva de um futuro em que seus filhos¹¹ continuem na mesma profissão.

As características agrícolas de cada família e a expectativa dos agricultores quanto à continuidade na agricultura se constituem pelas condições adotadas no processo produtivo em cada propriedade que acaba interferindo na decisão dos filhos em permanecer ou não na propriedade dos pais. A permanência na agricultura pode ocorrer até mesmo em outra propriedade e são delineadas pela capacidade dinâmica no que concerne a geração de renda através de retorno econômico satisfatório na manutenção da estrutura envolvida na atividade.

A determinação do interesse do jovem na agricultura se constitui com o incentivo desde cedo pelos pais através da inserção de atividades mais modernas e estimuladoras baseado no mercado externo com capacidade de recebimento da produção. A responsabilidade na gestão para os pais deve ser gradual e com confiança mútua. Do total de agricultores entrevistados em torno de 60% dizem que podem confiar em seus filhos, mas gostariam de participar das decisões a serem tomadas, e apenas 12% concordam em entregar

¹¹ Observou-se a referência a filhos não faz a distinção por gênero, podem ser, portanto, filhos ou filhas.

as decisões para seus filhos totalmente e acreditam que estes estejam aptos a comandar os negócios da família.

A sucessão para ABRAMOVAY (1998) envolve mais que o aprendizado de um ofício, mas a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e instrumentos de trabalho construído a partir do trabalho de toda a família. A preparação de um sucessor é um aprendizado que precisa ser construído desde muito jovem, pois ele toma para si, ao assumir o comando da propriedade, a responsabilidade de gerenciar as condições repassadas por seus pais, envolvendo a lógica materializada pelos bens recebidos e a imaterialidade do saber fazer. Além disso, o processo produtivo de uma propriedade gera despesas na sua implantação com insumos e mão-de-obra que precisam ser pagos ao final de cada safra com o retorno financeiro originado por esta produção. A capacidade de reprodução agrícola dá-se nesse contexto, quando a safra é ruim ou a produção não consegue ser comercializado pelo valor adequado, compromete a implantação de novas lavouras e a manutenção das pessoas envolvidas no trabalho.

Quanto às formas adotadas na transmissão patrimonial adotadas por cada família para CARNEIRO (2001) não existe uma regra estabelecida e as mesmas;

mudam de acordo com o contexto histórico, econômico, geográfico, institucional etc. Diferentes práticas sustentam-se em lógicas reprodutivas próprias e, portanto, não podem ser entendidas dentro de uma concepção meramente formal, ou seja, da jurisprudência. A diversidade de soluções possíveis é fruto não apenas de diferentes tradições mas, sobretudo, de diferentes sistemas de reprodução cultural, social e econômica. Nestes termos, não existe uma rigidez de regras nem uma diversidade descontextualizada. A transmissão dos direitos sobre a propriedade familiar de uma geração a outra é objeto de múltiplas estratégias que variam de acordo com as condições de cada família, ou seja, com os instrumentos de negociação ou de compensação disponíveis, derivados tanto da sua histórica específica como da sua inserção na economia e na sociedade. (CARNEIRO, 2001, p. 22-23).

As estratégias adotadas em cada família no processo sucessório são construídas a partir de racionalidades próprias com acertos envolvendo apenas os integrantes da família, não se atendo a um regramento externo, pois muitas vezes são regidas por subjetividades e por acordos internos envolvendo os demais descendentes que acabam recebendo compensações diferenciadas quando a condição econômica permite. Quando não há disponibilidade de benefícios aos demais herdeiros e estes já construíram outro meio de viver,

há a concessão formalizada em benefício de um dos herdeiros, no caso, o sucessor que ficará também responsável pelo cuidado com os pais quando estiverem idosos e doentes. Esta é uma decisão complexa e conflituosa por envolver sentimentos familiares em, alguns casos, porém necessária, ressaltado por WORTMANN (1995), principalmente quando se trata de um patrimônio indiviso.

As teorias do campesinato apresentadas em WORTMANN (1995) fazem as distinções sobre as concepções abordadas pelos três principais autores no sentido de ampliar o entendimento sobre a reprodução social da família, onde CHAYANOV analisava a família como uma unidade econômica ocupada em reproduzir seus fatores de produção na razão do desenvolvimento deste grupo centrado no equilíbrio entre a unidade de produção e de consumo. Para GALESKI a família era o grupo onde as pessoas estavam ligadas entre si por laços de consanguinidade, com uma economia doméstica comum, onde o indivíduo está enraizado na família e a ela subordinado e TEPICHT utilizou o critério da distinção entre as forças plenas e forças marginais, explicando a viabilidade econômica de certas atividades desenvolvidas no interior do empreendimento camponês pelas forças marginais, a um custo de oportunidade muito baixo. As forças plenas eram representadas pelos homens adultos em idade produtiva enquanto que as forças marginais eram representadas pelas mulheres, crianças e velhos, gerando uma renda marginal. Atualmente, as condições de reprodução na agricultura acabam utilizando de toda a força de trabalho disponível nas propriedades de forma igualitária, com exceção dos filhos menores de dezoito anos na produção do tabaco e de dezesseis anos na agricultura diversificada.

De acordo com GASSON apud ABRAMOVAY (1992) na Grã-Bretanha, as mães tinham papel importante na socialização para o trabalho agrícola das futuras gerações, sendo o sucesso dado à prosperidade da atividade econômica. A importância da família na sucessão é crucial. O autor também apresentou os dados da Holanda como exemplo, dos agricultores que não tem sucessores: 52% em 1968, 60% em 1972 e 63% em 1976 baseados em FENNEL, 1981:28).

Atualmente a segurança alimentar é uma preocupação diante do crescimento populacional urbano em ascensão e quanto ao suprimento das necessidades nutricionais através de uma alimentação saudável e de qualidade. No entanto, a agricultura familiar não é representada apenas pela produção alimentar com diferenciada importância social no contexto da sociedade como grupo que mantém através de seu próprio trabalho, os seus meios de

produção garantidos pela geração de renda. Porém, mesmo com certa autonomia sobre a gestão de sua propriedade, que é o seu meio de vida, seja pela produção agrícola ou outra atividade primária, o agricultor se sujeita ao capital, influenciando nas estratégias internas adotadas principalmente na escolha do tipo de exploração a ser incorporada ao seu sistema produtivo que deverá estar compatibilizado de acordo com as exigências do mercado. Essa relação estreita-se no ato da comercialização, representada pelo “acesso” ao mercado por meio da venda da produção que de certa forma o manterá subordinado, determinando assim a perda da sua autonomia na capacidade de comercialização, tornando a sua estrutura produtiva cada vez mais dependente de um sistema criado pelas cadeias industriais.

A composição familiar dos agricultores pesquisados apresenta em média quatro integrantes por família, composto pelo pai, a mãe e dois filhos com raras exceções de núcleos maiores de cinco pessoas e onde nem todas as pessoas da família estão envolvidas no trabalho agrícola. A constituição familiar diminuiu nas famílias e os casais mais jovens planejam ter filhos mais tarde, justificando essa situação pela necessidade da constituição de uma maior estabilidade financeira, para garantirem os estudos adequados e o conforto para seus descendentes.

Para ABRAMOVAY (1992), cada vez menos se pode falar de comportamentos, valores, enfim, de um ethos tipicamente rural, dados pela tradição, pelos laços solidários da comunidade local ou mesmo pela família. Esta, aliás, foi reduzida a um tamanho cada vez mais próximo das famílias urbanas sendo esta condição um dos fenômenos que também afeta a dinâmica do trabalho agrícola no município seja no núcleo familiar e a disponibilidade de mão-de-obra.

A figura 10 apresenta uma família que representa a constituição familiar padrão das famílias pesquisadas no município de Canguçu, onde ocorre o predomínio dos casais com dois filhos.

Figura 10 – Família agricultora pesquisada.



Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

Uma das variáveis mais preocupantes dentro da reprodução da agricultura familiar ocorre pela indisponibilidade de mão de obra no meio rural sendo um dos três fatores decisivos na sua efetivação, juntamente com o capital e a terra comprometendo até mesmo o desenvolvimento de atividades consideradas comuns. Esta falta de mão de obra explica-se parcialmente pelo enfraquecimento da composição dos núcleos familiares que já possuem redução significativa quanto ao número de filhos, e por outro lado, estes acabam saindo ainda jovens para estudar no meio urbano e muitos deles não retornam para o meio rural.

A condição para a saída dos jovens do meio rural para os próprios agricultores é gerada até mesmo dentro do próprio grupo familiar, pois a estagnação da agricultura, as faltas de condições para os pequenos agricultores aliados a falta de incentivos públicos e principalmente a falta de garantia de preços, os leva a incentivarem os seus filhos para outras atividades.

A viabilidade econômica é responsável pelo condicionamento da reprodução social da agricultura familiar. Os poucos recursos financeiros originados principalmente pela inadequação de mercado para comercialização da produção e a ausência de preço justo afasta os descendentes de agricultores a continuarem na profissão dos pais, que sem perspectivas concretas de sobrevivência abandonam o trabalho agrícola indo buscar trabalho em outros segmentos da sociedade.

As condições impostas pelo mercado modificaram a organização produtiva no desenvolvimento da agricultura absorveram e recriaram o processo de reprodução diante de medidas necessárias para que esta seja incorporada ao sistema vigente, onde a acumulação é necessária criando possibilidades de recriar-se às custas do capitalismo. Para MARTINS (1996):

o capitalismo não só redefine antigas relações sociais, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas iguais e necessárias a esta reprodução. Por esta concepção as relações atrasadas e não capitalistas são reproduzidas e recriadas sob o domínio do capital e necessárias para a acumulação capitalista. (MARTINS, 1996 p.19-20).

A modernização imposta por este sistema é percebida nas propriedades pesquisadas, naquelas onde se observa maior dinamismo, maior é a relação do agricultor com o receptor de sua produção que se fortifica através do fornecimento de insumos e torna-se cada vez maior a dependência de mais força de trabalho. O desenvolvimento tão desejado exige a intensificação de trabalho dos integrantes da família na medida em que visam atender demandas de empresas reguladoras da condição produtiva a que se submetem em troca de um lucro maior. São relações que se expressam principalmente na dependência de empresas multinacionais que ao mesmo tempo em que financiam, expropriam as condições do trabalhador.

Para SANTOS (2005):

[...] a política agora é feita no mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais que não tem preocupações éticas, nem finalísticas.” (SANTOS, 2005, p.67).

O mercado, uma ferramenta invisível que determina e comanda as condições de reprodução na agricultura através da globalização apóia-se num discurso onde a técnica e a ciência seriam capazes de minimizarem os problemas. A confusa relação com mercado que não correspondem as suas necessidades acaba deixando o agricultor à margem, pois o mercado moderno e amplo visa o lucro e a agilização dos processos, sem ter nenhuma preocupação com a origem produtiva e nas questões sociais envolvidas. Além do mais apresenta consequências na relação do homem e natureza.

PORTO GONÇALVES (2013) também destacava a relação de produção e de mercado;

Nas terras liberadas pela expulsão dos camponeses, passa-se a produzir não o que é mais adequado à composição físico-química-organica dos solos, mas aquilo que o mercado demanda. Se o produto é perecível, como o são a maior parte dos produtos agrícolas deixam de ser comprados, perdendo assim o valor de troca. Daí a pratica da utilização de conservantes químicos para garantia que o produto fique mais tempo nas prateleiras à espera de alguém que pague o seu preço. Mais uma vez, o econômico se sobrepõem ao ecológico: o valor de troca ao valor de uso.(PORTO GONÇALVES, 2013, p.114).

A determinação ditada pelo mercado consumidor numa ordem consumista e de imediatismo, agregada as diferentes relações comerciais são os principais impulsionadores do modelo agrícola vigente, que pela urgência de abastecimento dispensa de maior adaptação da produção ao meio ambiente e do preenchimento do mercado de alimentos possibilitadas por modernas tecnologias modificadas em laboratórios. Tornando evidente a urgência no estabelecimento de um novo modelo agrícola apoiado num paradigma que considere o agricultor como parte da natureza e responsável pela na produção alimentar. Porém esse modelo produtivo não atende as necessidades de um processo tão globalizado, pois as características desta produção não atendem aos interesses desse grande mercado por atenderem ao local.

A opressão sobre o agricultor através do sistema agrícola vigente é inerente aqueles que detêm menor capacidade reprodutiva e a condição de inferioridade foi percebida durante a pesquisa de campo, através das palavras de um agricultor que não permitiu ser identificado nominalmente, e como se desabafasse expressou sua vontade em relação ao futuro do filho: *‘... eu disse pro meu filho, quero que ele estude, pra não ser como eu ...um arrancador de toco...’*. Na afirmação forte do agricultor ao falar sobre o futuro do filho, se percebe a frustração de uma pessoa que durante a sua vida apenas soube ser agricultor; a penosidade do trabalho agrícola esta estampada no seu rosto na suas mãos calejadas, este sujeito não quer uma recompensa pelo trabalho despendido ao longo do ano, ele só quer ter mercado e preço justo pela sua produção. E o que faltou para que este sujeito não se desenvolvesse, não tivesse o mínimo de progresso em suas atividades? Seria esta condição em muitos casos, resultado da ineficiência na concessão e distribuição de recursos públicos para esta classe na promoção do desenvolvimento.

Os agricultores com menores recursos financeiros e de menor capacidade de reprodução, são os maiores incentivadores da saída dos filhos, a migração em primeiro momento é justificada pelo objetivo de dar estudos para os filhos, pois na agricultura as perspectivas são limitadas até mesmo para os mais velhos. E nestes casos muitas vezes são os filhos que trabalham em outras atividades, amparam os pais na velhice e na doença.

A população rarefeita em algumas localidades, desencadeada pelo abandono de propriedades e a falta de ocupação com atividades agrícolas é visível em algumas localidades do município de Canguçu, principalmente naquelas com ocorrência de relevos mais íngremes apresentando restrições para as atividades com maquinários maiores, devido às condições naturais do espaço não permitirem determinados tipos de cultivos, como é o caso do plantio de soja e milho, que requerem maiores áreas e máquinas adequadas, principalmente no período da colheita. As áreas acidentadas são opções para atividades agrícolas que requerem menores áreas e atividades de pecuária.

Na safra 2014/2015 a produção agrícola integrada às agroindústrias fumageiras envolveu 4.897 agricultores desenvolvidas em propriedades com áreas pequenas demandando uma maior força de trabalho enquanto que a produção de soja é realizada em propriedades com áreas maiores e direcionada ao comércio exterior, desenvolvendo-se com maquinários e tecnologias apropriadas necessitando de menor quantidade de pessoas para a realização de seu cultivo.

As formas de exploração agrícola viabilizadas pela modernização permitiram que a agricultura dependesse cada vez menos da força humana e também de disponibilidade de área para elevar as condições de produtividade e rentabilidade. Condição esta percebida no plantio da soja. A aplicação de insumos sintéticos por via mecanizada permite o aproveitamento da área agrícola disponível aumentando a capacidade produtiva da mesma, ocorrendo até mesmo o incentivo a diversificação agrícola, por meio da retirada de um tipo de cultivo e o plantio de outra, incentivado tecnicamente por políticas que visam a exportação de commodities agrícolas como uma das estratégias governamentais na contribuição do equilíbrio da balança comercial.

Além disso, em algumas localidades muitas propriedades foram ocupadas com a silvicultura, com o plantio de eucaliptos, acácia e pinus por empresas multinacionais que

arrendaram as terras dos agricultores, alterando de forma significativa as características naturais do meio rural.

Em muitas das famílias pesquisadas as propriedades familiares foram se constituindo através de gerações passadas, fruto de trabalho de seus proprietários e que vão sendo repassadas para as futuras gerações através dos seus sucessores. Conforme WORTMANN, (1995) a terra é vista, não apenas como fator de produção, mas também como patrimônio que agrega também um valor moral. A condição moral é perceptível nas propriedades pesquisadas e nas falas dos entrevistados até mesmo por parte daqueles que não pretendem suceder nem tão pouco serem agricultores no futuro, porém não apresentam intenções de se desfazerem da propriedade dos pais.

A continuidade da agricultura através da sucessão familiar, ainda perpassa por um universo de questões conflituosas e íntimas inter-relacionadas no âmbito familiar dotado de condições peculiares envolvendo pessoas e projetos de vida quanto a manutenção de um empreendimento no futuro construído ao longo dos anos com sacrifícios e dedicação, para ser um meio de vida que através do emprego de trabalho próprio permite dar sustentabilidade aos seus proprietários. A este patrimônio material, somam-se os laços de afetividade e em muitos casos resguardam a memória e a trajetória familiar na construção do objetivo de ser proprietário, agregando valores subjetivos que vão além do valor da terra por si só.

A sucessão familiar como uma das formas de continuidade da agricultura e dada pela sua descendência familiar para WORTAMNN (1995) é algo expresso pelo pertencimento a um grupo, sendo um requisito necessário para a sucessão e a noção de filiação. Refere-se, assim, relação entre pai e filho no contexto da sucessão. Esta condição dá o direito à herança, mas que em muitos casos não origina a sucessão. Os valores subjetivos originados pela descendência é que geram o sentimento de pertencer ao que compõe o patrimônio imaterial de um grupo e colaboram para que o processo sucessório se efetive.

As condições patrimoniais para muitos filhos não são determinantes para a manutenção das atividades que eram realizadas nas propriedades construídas pelos pais e pelo estilo de vida adotado por estes, podendo estas propriedades passarem a desempenhar novas funções baseadas em hábitos urbanos quanto ao consumo da natureza originando áreas de lazer e de recreação. Além disso, parte das propriedades sem sucessão são vendidas para

servirem a outro tipo de exploração, diferente daquela que foi desenvolvida por seus proprietários agricultores.

Outro fator recorrente nas famílias mencionado por WORTMANN (1995) baseado na teoria de TEPICHT é quanto ao esfacelamento do coletivismo interno atribuído a saída dos jovens da propriedade por divergência entre pais e filhos quanto à gestão, fator que colaborará na ausência de sucessão. Para alguns agricultores a intervenção de tecnologias e a inovação é um dos grandes responsáveis nas desavenças internas, dado ao alto custo de investimento e de risco que não é aceito por parte dos pais, principalmente quando envolve o comprometimento da propriedade como uma forma de garantia aos financiamentos necessários para as inovações.

Normalmente os pais são mais conservadores e os filhos são sujeitos a inovações técnicas e de projetos mais modernos nas propriedades o que é visto com certa cautela pelos mais velhos, trazendo à tona a tradição familiar e o apego ao bem maior da família que é a propriedade, que pode ser oriunda de herança dos antepassados. A criação de divergências na forma de organização das atividades agrícolas muitas vezes incorre na saída dos filhos do núcleo familiar, fragilizando a força de trabalho interna.

Em cada contexto, as deficiências reprodutivas se apresentam em maior ou menor grau e são aliadas as condições subjetivas internas detendo um comportamento singular, que precisam ainda ser apoiadas por políticas públicas voltadas ao setor por medidas estratégicas de desenvolvimento contribuindo na efetivação de oportunidades mais equitativas. No entanto, o individualismo dos agricultores leva a desarticulação do segmento agrícola no que concerne ao escoamento da produção alimentar, sendo ainda um dos grandes entraves encontrados nas localidades onde se apresentam as propriedades com maior diversificação de produtos de a base alimentar.

Para os agricultores precisam ocorrer avanços na questão logística e na comercialização, permitindo o escoamento da produção da propriedade até pontos de recepção coletiva. Atualmente a pequena quantidade de produtos produzida é desconsiderada para a comercialização por não atender a demanda necessária exigida pelo mercado consumidor, ficando o pequeno produtor refém de atravessadores e desta forma acentuando a contradição entre políticas de comércio e de desenvolvimento.

A desmotivação pela continuidade no meio rural que se acentua em algumas localidades é originada pela sensação de abandono em que se encontram as condições estruturais das localidades que são apresentadas principalmente pela falta de estradas adequadas e capacidade insuficiente de energia elétrica restringindo o desenvolvimento de certas atividades nas propriedades. No entanto, agricultores continuam no meio rural porque não encontram perspectivas em outros segmentos laborais da sociedade, causado principalmente pela falta de escolaridade e pela idade mais avançada, porém, nestas propriedades muitas atividades agrícolas ficam restringidas pela falta de força de trabalho auxiliar.

As gerações mais velhas de agricultores expressaram sua vontade de viver no meio rural, justificados pela sensação de liberdade juntamente a natureza, qualidade de vida e pela importância das relações de amizade com as vizinhanças e os encontros nas festas comemorativas na igreja da localidade. A resistência em permanecer no meio rural por parte destes agricultores de faixa etária mais elevada é também pela questão da subsistência alimentar com boa quantidade e qualidade, garantindo uma sobrevivência mais digna mesmo apenas com a aposentadoria, condição de qual não desfrutaria na cidade onde tudo é comprado.

Além do número de agricultores idosos vivendo no meio rural outra sociedade rural está se constituindo e a individualização já passa a fazer parte deste cenário, principalmente pelos processos migratórios que mudaram o perfil da população rural com a inserção de profissionais liberais ou pelas famílias que migram das cidades em busca de um novo estilo de vida e sendo identificados por alguns autores como os “neo rurais” e que normalmente possuem um maior grau de escolaridade e com vínculos externos adquiridos e que acabam não se relacionando com os moradores locais.

Os recursos disponibilizados e destinados para o desenvolvimento agrícola de atividades primária onde a reprodução é limitada por determinadas carências, através de diferenciadas linhas de créditos não conseguem ser efetivadas pelo complicado acesso burocrático e falta de um acompanhamento técnico adequado que contribua no direcionamento destes recursos juntamente aos agricultores, esbarrando na falta de organização coletiva de grupos em localidades impedindo sua inserção num contexto produtivo de maior dinamismo por não atenderem as necessidades exigidas pelo mercado. Os parques incentivos colaboram na desmotivação dos agricultores que acabam reduzindo suas

áreas produtivas e com o passar dos anos as condições estruturais de suas propriedades acabam sendo comprometidas pela falta de recursos para a manutenção.

ANDRADE (2004) em *A questão do Território*, já tratava da destruição da vida camponesa provocada pela migração feita para as cidades, e da desruralização a que estes sujeitos se submetem que sem o hábito e a habilitação para o trabalho urbano, lhes impõem o trabalho esporádico enquanto outros migram para áreas de ocupações onde vão tentar sobreviver com o que é familiar. Ainda, para ANDRADE (2004):

São assim, muito negras as perspectivas para o camponês brasileiro, sempre em processo de empobrecimento, de expropriação, de desruralização e de desculturação, até certo ponto patrocinado pelo poder público a serviço das elites econômicas. Esse processo só poderia ser detido com a realização de uma reforma agrária que descentralizasse a propriedade da terra e fosse acompanhado de política agrária que favorecesse e organizasse a pequena produção camponesa ao mercado, em condições de competitividade - e o cooperativismo é uma das opções - e ao camponês de participar da vida moderna, sendo respeitado, e mantendo algumas características, sem alienação. (ANDRADE, 2004, p. 75-76)

A estagnação de algumas localidades do município de Canguçu contrastam com áreas dinâmicas de reprodução agrícola em outras onde se, desenvolve uma agricultura com mais técnica e integrada as agroindústrias, com uma especificidade voltada exclusivamente ao mercado, com atividades que visam a produção de *commodities*¹². Nestas propriedades, a pouca produção alimentar produzida serve apenas para o consumo interno da família e para a criação de animais. Contraditoriamente a condição anterior, nestas propriedades é incentivada a permanência dos filhos na agricultura. Novas propriedades são adquiridas e casas são construídas para o filho sucessor. Também são feitos investimentos nas condições sócio reprodutivas com novas aquisições de tratores e maquinários para serem utilizados na plantação e na colheita.

A espacialização e as unidades de reprodução levaram a identificação das condições dos arranjos físicos das coisas, pessoas e fenômenos a partir de uma lógica que influencia no seu desenvolvimento regido sob diversas racionalidades e que foram apoiadas nas concepções de HAESBAERT (1997). Portanto, essa organização não compõe a totalidade das condições

¹² As *commodities* é mercadoria (produtos e subprodutos), de origem agrícola, pecuária, florestal e agro-extrativista, que é comercializada com maior ou menor grau de beneficiamento, predominantemente pela bolsa de mercadorias e de futuros. Elas são cotadas em dólares, em função de serem produtos preferenciais para a exportação, cuja cotação de preços é regulada pelo comportamento comercial desses produtos em outras praças no exterior. (Carvalho, 2005, p.198)

estruturais das propriedades encontradas, elas são restritas as propriedades que apresentam um melhor desenvolvimento através de seu desempenho produtivo.

Além da reprodução agrícola voltada prioritariamente ao comércio exterior e as agroindústrias, no segmento agrícola, o papel da agricultura familiar tem se destacado nas concepções de ALTIERI (2012) através de cinco razões no sentido de promover a revitalização da agricultura familiar camponesa:

- a) Pequenas propriedades rurais são a chave para a segurança alimentar mundial.
- b) Pequenas propriedades rurais são as mais produtivas e conservam mais os recursos naturais do que grandes monoculturas.
- c) Pequenas propriedades diversificadas representam modelos de sustentabilidade.
- d) Pequenas propriedades rurais representam um santuário de agrobiodiversidade livre de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs).
- e) Pequenas propriedades rurais resfriam o clima.

As explorações agrícolas desenvolvidas nas propriedades pesquisadas baseadas no processo de diversificação mesclam-se com as explorações voltadas exclusivamente a comercialização, que tem seu desenvolvimento baseado num sistema monocultor com maior apropriação da natureza e dos recursos ambientais. No entanto, nas propriedades que elegem uma produção como atividade principal a ser comercializada, também se encontram plantações diversificadas em menores proporções que são voltadas ao suprimento alimentar da família, bem como da manutenção alimentar dos animais, diferindo um tipo de exploração do outro pela área ocupada e pela sua finalidade na propriedade.

A racionalidade produtiva adotada por cada família baseia-se também pela disponibilidade de força de trabalho disponível internamente, pois no processo produtivo ocorrem períodos de maior intensidade de trabalho caracterizados pelas épocas de plantio ou colheitas, necessitando às vezes de auxílio no trabalho com a contratação de diaristas, que normalmente são outros agricultores que executam uma menor intensidade de atividades em suas propriedades, possuindo disponibilidade de tempo para o trabalho externo. Para VERGOPOULOS (1977) o trabalho agrícola torna-se cada vez mais intenso pela necessidade de pagar as despesas necessárias no cultivo de determinado produto, criando a dependência de fornecedores:

[...] as simples necessidades da reprodução da família camponesa e de seus instrumentos de produção impõem sempre uma maior intensidade de trabalho. Mesmo supondo que os preços agrícolas não estejam em baixa, o camponês é levado a intensificar seu trabalho em consequência do encarecimento dos produtos que utiliza como “insumos”. Como considera Servolin, o camponês é obrigado, por um preço dado de seu produto, a produzir e vender a maior quantidade possível. Quanto mais depende do mercado para seus fornecimentos, mais trabalho deve lhe dar em troca. (VERGOPOULOS, 1977, p. 114).

Nas áreas identificadas como secundárias das propriedades para o estabelecimento de lavouras com a finalidade comercial, encontram-se as áreas que são consideradas inferiores pela pouca capacidade de produção, normalmente por possuírem baixo teor de fertilidade sendo destinadas a produção de forrageiras, milho e pastagens que servirão posteriormente para a alimentação dos animais criados para proverem as necessidades da família com a produção de carne e leite. Estas pequenas áreas consideradas impróprias para determinados cultivos, também podem ser ocupados com hortaliças e leguminosas utilizadas estrategicamente na recomposição da nutrição do solo, para que em anos posteriores possam vir a ser ocupados com as culturas consideradas de maior importância econômica.

Os produtos de origem animal possuem relevância no município, através da categoria de pecuaristas familiares¹³ que realizam o desenvolvimento da pecuária de corte extensiva, e a produção leiteira. A produção de leite na agricultura familiar destina-se para as agroindústrias da região que trabalham em sistema cooperativo destacando-se a COSULATI com recebimento, processamento e indústria própria localizada no município de Capão do Leão. Da mesma forma, a COOPAR recebe parte da produção leiteira dos agricultores familiares do município.

A criação de pequenos animais se faz presente em um maior número de propriedades sendo desenvolvida com manejo tradicional, enquanto que nas propriedades que se dedicam exclusivamente a produção leiteira são adotadas formas diferenciadas quanto ao manejo, principalmente na condução alimentar do gado, investimentos em genética para melhoria no plantel, utilização de inseminação artificial e controle de reprodução das vacas possibilitando o aumento da produtividade, visando atender as normas de produção que regulam a atividade.

As distintas racionalidades observadas no desenvolvimento de cada unidade familiar influenciavam na determinação interna do processo sucessório familiar, demonstrando a

¹³ Lei 13.515 de 2010.

relação da importância na condição econômica sobre a reprodução social da agricultura. Para RUIZ (2009, p. 16), “el modo de produccion de la vida material condiciona el proceso de la vida social, política e intelectual em general”.

É de a natureza humana estabelecer metas e criar expectativas promissoras para o futuro e isso também ocorre quanto às atividades agrícolas nas propriedades. Para que tenham continuidade por meio dos seus sucessores, evitando que propriedades com toda uma infraestrutura voltada ao trabalho agrícola não sejam “passadas a outras mãos” através da venda destes patrimônios.

Até mesmo nas propriedades com casais que tiveram um número maior de filhos esta condição não foi contribuinte no estabelecimento da sucessão, pois eles migraram para cidades mais próximas ao município e até mesmo para novas propriedades rurais onde foram ser agricultores. Observou-se que a migração para a cidade de Pelotas destaca-se em relação aos demais municípios da região e para os agricultores quando questionados sobre o assunto, Pelotas por ser uma cidade média na região é escolhido por oferecer melhores serviços e mais diversificados e também com melhor estrutura para a continuidade dos estudos.

Os conflitos internos da família e o modelo patriarcal mencionados por TEPICHT em suas teses apoiaram as concepções de WORTMANN (1995) e ainda se fazem presentes atualmente quando observa-se a desestruturação coletiva de grupos familiares afetando a dinâmica produtiva que era desenvolvida anteriormente em suas propriedades, por decisões individualistas de seus componentes e principalmente em relação as razões do pai percebido como detentor de decisões quanto as atividades a serem adotadas. Conforme WORTMANN (1995, p.34)

como declínio da economia camponesa o esfacelamento do “coletivismo interno” e o acirramento do conflito entre o “menores de trinta anos” e o pai, assim como a emigração dos não-herdeiros e, principalmente, dos próprios herdeiros. Daí decorre o fenômeno das fermes paysannes sem herdeiros. Ter-se-ia como que uma economia familiar com filhos, mas sem herdeiros. As tentativas de modernização tecnológica mostra Tepicht, apenas acentuam a crise interna da família (WORTMANN 1995 p. 34).

A identificação do número de descendentes por casal pesquisado serviu no entendimento das estatísticas de dados do município que apresentaram nos últimos anos uma queda no índice de fecundidade das mulheres. A tabela 14 apresenta o numero de filhos por

casal nas famílias entrevistadas, destacando-se o predomínio de 2 filhos por casal e os agricultores com menos tempo de casados demoram algum tempo para terem filhos sendo justificado por eles pela necessidade de conseguirem melhores condições de trabalho e de geração de renda na propriedade. A condição de conforto é preponderante para os pais no sentido de que seus descendentes tenham uma melhor qualidade de vida em relação à condição que tiveram no passado e esta é das variáveis apresentadas pelos agricultores no sentido dos casais optarem por desejarem ter menor número de filhos.

Tabela 14 – Número de filhos por casal de agricultores entrevistados.

Nº de filhos por casal e sua ocorrência	%
0 filho	7,04
01 filho	18,31
02 filhos	45,00
03 filhos	15,50
04 filhos	7,11
05 filhos ou mais	5,63
Agricultores solteiros sem filhos	1,41

Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

Em virtude do casamento de um dos filhos as famílias adotam estratégias próprias para que o novo casal que se constituiu tenha conforto necessário para começar a vida em comum que WORTMANN (1995) destacava pela necessidade de cativar o sucessor, modernizando a unidade de produção e realizando a transmissão da autoridade mais cedo, apesar das conseqüências para os velhos. Além disso, era preciso suprir a casa do sucessor com eletrodomésticos e outros símbolos modernos, para incentivar a permanência da esposa no meio rural, principalmente quando esta era oriunda da cidade o que incide diretamente na continuidade das atividades agrícolas da família. Observou-se nas entrevistas que alguns agricultores se casaram com moças oriundas do meio urbano, mas estas se inseriram no trabalho agrícola participando ativamente em todo processo.

A teoria de Radcliffe-Brow, destacada por WORTMANN (1995) considerava a transmissão da propriedade por herança como um dos aspectos mais importantes nas sociedades ocidentais modernas, significando a continuidade de um trabalho exercido pelo grupo familiar e que na agricultura do município de Canguçu esta representado pelo número de propriedades originadas por recebimento de herança. Quando o rapaz e a moça se casam e são filhos de agricultores tem a possibilidade do aumento no tamanho da propriedade, o

direito a herança dos pais é garantido por lei e lhes dá uma parcela da terra, constituindo meios próprios de trabalho.

A sucessão familiar no contexto da agricultura do município de Canguçu se constitui distintamente, estando submetida à reprodução agrícola desenvolvida nas propriedades pesquisadas. As racionalidades adotadas pelas famílias influenciam na permanência dos seus filhos na continuidade da atividade agrícola apresentando-se propriedades com maior possibilidade sucessória, propriedades com média possibilidade sucessória e propriedades com menor possibilidade sucessória.

5.1 Propriedades com maior possibilidade sucessória

As propriedades com maior possibilidade sucessória são as que possuem um maior aporte estrutural para o desenvolvimento das atividades agrícolas, a partir da intensidade das atividades realizadas que podem ser desenvolvidas integradas a agroindústrias, como é o caso do tabaco e pelo plantio de soja e milho. Nestas propriedades observou-se também o cultivo de áreas menores para o sustento doméstico servindo para o abastecimento alimentar da família e para a alimentação de animais. Em boa parte das propriedades que adotam este tipo de produção agrícola é baseada em técnicas mais modernas e semiespecializadas, por visarem a comercialização interna e para o comércio exterior.

Atualmente a região sul do Brasil, conforme dados da Associação dos Fumicultores no Brasil (AFUBRA) é responsável por 96% da produção brasileira de tabaco e dos 1.191 municípios que formam a região sul 55% são produtores de tabaco, sendo o estado do Rio Grande do Sul responsável por 52% da produção nacional.

As propriedades com exploração do tabaco se constituem com infra-estrutura consolidada em sua maioria, principalmente onde se desenvolve a atividade há mais tempo, conforme pode ser observado na figura 11, constando uma propriedade com dois galpões para secagem e armazenamento da produção. Os agricultores que optam por este sistema de produção são integrados as agroindústrias, das quais recebem financiamentos através de contratos individuais e anuais destinados para a construção da estrutura de secagem e armazenamento da produção além dos insumos que são utilizados no processo produtivo. A

assistência técnica especializada de acompanhamento durante o processo produtivo é garantida pelo assessoramento ao agricultor, criando condições estáveis de segurança e com a possibilidade de renda ao final da safra.

Figura 11 – Propriedade com estrutura para a produção do tabaco.



Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

Os agricultores estão sendo incentivados por algumas empresas fumageiras a plantar o fumo orgânico, que além de não receber tratamento com agrotóxicos é encaminhado para a indústria de forma diferenciada economizando mão de obra. Essa modalidade de plantio está motivando os agricultores pela não utilização de venenos e por ser um produto de maior valor comercial acrescentando em torno de 30% no valor do produto final. O cultivo de fumo orgânico ainda está sendo plantado nas propriedades concomitantemente com o fumo convencional, decisão que os agricultores tomam como garantia de manter a renda, no caso ocorra um problema de ataque de pragas ou doenças não haverá o comprometimento da lavoura na sua totalidade.

A figura 12 representa o trabalho de uma família com quatro integrantes no interior do município de Canguçu no momento do plantio das mudas de fumo na lavoura, além da ajuda de mais uma pessoa. Esta etapa da produção em que a muda é retirada de um canteiro inicial e transplantada para a lavoura definitiva envolvendo uma maior quantidade de força de trabalho.

Figura 12 – Família realizando o plantio de mudas de fumo.



Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

Muitas vezes a preocupação dos pais em constituírem a autonomia econômica e de gestão dos filhos para traçarem seus destinos na agricultura resultaram em situações adversas a efetivação da sucessão e esta não ocorrer na propriedade dos pais, pois os filhos progrediram em suas atividades agrícolas pela constituição de estruturas produtivas em novas propriedades que foram adquiridas com o trabalho das novas famílias. A figura 13 representa um agricultor e seus filhos, onde todos os filhos permanecem na agricultura, mas desenvolvem as atividades agrícolas em propriedades que foram adquiridas de forma independente. Para eles, a continuidade na agricultura é uma consequência do fato de serem filhos de agricultores, saberem trabalhar na agricultura e terem boas condições de vida no meio rural, com uma qualidade que não atingiriam na cidade.

Atualmente os principais incentivos desenvolvidos pelos agricultores para manterem seus filhos na propriedade são: destinação de lavouras plantadas para o filho para que ele comece a ter renda e se insira na gestão, habilitação de carta de motorista, aquisição de moto, carro, construção de casa independente para o filho e compra de propriedades próxima a dos pais.

O cultivo da soja no município de Canguçu é realizado em áreas maiores e com a utilização de maquinários adequados no preparo do solo, plantio e colheita. A expressividade no aumento da produção da cultura no município, de acordo com os agricultores, é pela utilização de sementes transgênicas e de tratamentos cada vez mais aprimorados utilizados no

combate de doenças e pragas, exemplificadas pela utilização de hormônios sintéticos que infertilizam a lagarta da soja, uma invasora que compromete a produção final pela alta capacidade de reprodução e de ataque na lavoura. A aplicação do método de controle adotado pelos agricultores e recomendado pelas empresas de assistência técnica inviabiliza a reprodução desta invasora nas lavouras. Salienta-se que a lagarta foi responsável pelo prejuízo causado nas lavouras nos últimos anos em lavouras de soja da região sul.

A produção de soja para ser viável para o agricultor requer áreas maiores e precisa ser mecanizada tanto no plantio como na colheita, principalmente pela falta de maior força de trabalho disponível e de acordo com o agricultor I, *hoje não se encontra trabalhador que tenha que se submeter ao risco de trabalhar no barro, na umidade e no frio, então o maquinário ajuda e um agricultor faz o trabalho de dois ou mais trabalhadores e não precisa depender de mão-de-obra qualificada.*

Um dos problemas atuais dos sojicultores no município é a dependência de unidades de secagens e de armazenamento da produção com capacidade e que permita atender a demanda no município. No interior do município já encontram-se estruturas com esta finalidade e são de iniciativas privadas, conforme figura 13. A deficiência na capacidade de armazenamento dos grãos contribui com que o que agricultor comercialize sua produção antecipada, escoando-a pelo porto da cidade de Rio Grande para o exterior, sem poder esperar por melhores preços de mercado. Além disso, a assistência técnica é também vinculada a empresas conveniadas a multinacionais que fornecem os insumos e comercializam maquinários para os agricultores.

Figura 13– Estruturas de secagem e armazenamento de grãos no interior do município de Canguçu.



Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

A produção de milho é realizada em grande parte das propriedades pesquisadas visando a comercialização e o consumo interno para o consumo da criação de animais, porém para que se torne viável economicamente o seu cultivo requer uma maior área para a produção, pois o insumo é caro, e a compra da semente de milho transgênico torna-se inviável, como o exemplo citado por um agricultor que na safra 2013/2014 pagou apenas de *royalties* por um saco de semente de milho em torno de R\$ 30,00, e a venda final foi realizada por R\$ 20,00 por saco de milho. Esta ação exemplifica o poder tecnológico de empresas multinacionais através do patenteamento das sementes, criando obstáculos de acesso aos agricultores com a elevação do valor. HAESBAERT e PORTO GONÇALVES (2006) observaram que a semente não é somente uma substância: é e também, sobretudo, conhecimento nela materializado, cabe ao agricultor a sua decisão política e o que representa na sua propriedade o cultivo de uma semente, no caso o milho, modificada biologicamente e comercializada por empresas multinacionais.

Para os agricultores, o principal problema que os afasta do meio rural e principalmente os jovens, é a falta do reconhecimento do papel da agricultura na sociedade como um segmento que mantém as famílias no seu ambiente de trabalho, gerando renda e dinamizando o mercado urbano. O município de Canguçu com a sua economia baseada no setor primário têm um comercio movido pela renda advinda do meio rural e com a melhoria nas condições

econômicas do agricultor, o município arrecada mais, pois o consumo aumenta. Conforme os agricultores, o município é o principal fornecedor do suprimento de insumos para as lavouras pela proximidade de localização contando com um comércio capaz de atender a demanda necessária quanto à venda de sementes, defensivos e adubos.

A produção diversificada perdeu seu valor, muitas vezes não encobrindo os gastos de produção, fator que desmotivou muitos agricultores e os fizeram desistir destes plantios, que são realizados em muitas propriedades apenas para o consumo interno. A produção alimentar é percebida como um dos grandes problemas para o futuro, mas a falta de incentivos no que concerne a logística de transporte destes produtos e a devida comercialização são praticamente inexistentes. A globalização permite trazer produtos de outras cidades e até de outros estados para abastecer o mercado local com alimentos, desconsiderando o que é produzido internamente no município, alegando falta de qualidade e de quantidade produzida para atender a demanda, para os agricultores faltam projetos locais. Segundo o agricultor D, *hoje o mercado compra da serra e revende para o agricultor no município.*

Para o agricultor M. a produção de alimentos é menor, pois *o agricultor familiar que é produtor de fumo é discriminado por não poder acessar os programas de governo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) crucifica o plantio do fumo existindo dificuldades no acesso ao crédito para a produção alimentar, além da regulação do Estado não favorecer ao agricultor, contribuindo no desestímulo de quem quer produzir além da falta de demanda para a produção que esbarra na falta de comercialização pela pouca quantidade produzida.*

Outra condição que melhora as condições de permanência segundo os jovens é quanto ao incentivo de recursos públicos através dos financiamentos para serem investidos em melhorias nas propriedades e principalmente em projetos de modernização permitindo a implantação de novas estruturas que constituam uma renda contínua aliada a renda cíclica da produção agrícola. Para a jovem agricultora C, *o plantio da subsistência e a criação de animais são importantes para o consumo doméstico, mas não são condicionados a agregar rendas maiores, que possam suprir as necessidades de gastos contínuas ao longo do ano.*

Quanto à questão tecnológica no que concerne a infraestrutura para auxiliar no preparo da terra, principalmente nas pequenas propriedades e nas que estão em consolidação, os incentivos para aquisição de maquinários e implementos atrelados aos programas governamentais atualmente apresentam incompatibilidade com a real necessidade de alguns

agricultores, obrigando-os a adquirirem equipamentos desnecessários para o trabalho em suas terras. Este fator negativo é reconhecido por estes agricultores, que gostariam de adquirir tratores menores. Os maquinários e implementos muitas vezes não são adequados para estas propriedades, principalmente pelo tamanho e pela potencia e por não se adequarem ao tipo de relevo e a demanda necessária na propriedade se tornando investimentos desnecessários. Faltam incentivos para o crédito para a compra de terras, maquinários e investimentos em novas tecnologias apropriadas.

Nas propriedades constituídas com maior dinamização de renda principalmente quando oriundas da produção do fumo e da soja são atividades que atualmente fornecem garantias de sobrevivência anual da família, pagamentos das suas dividas de produção e planejamentos de novos investimentos previstos para o ano seguinte. Além disso, é período de aquisições destinadas para o conforto das famílias como objetos para a casa e para os filhos, gerando uma movimentação diferenciada no comercio urbano local no período pós-safra.

A renda gerada pela produção de fumo foi determinante para que o jovem agricultor I com vinte anos adquirisse sua propriedade com o apoio dos pais, e poder investir na infraestrutura para a continuidade da atividade. Para este jovem agricultor *a profissão de agricultor é importante e necessária, é um segmento como outro na sociedade. Ainda não é casado, mas quer casar futuramente.*

Na concepção da agricultora T. a sucessão antecipada se deu com seu retorno para a propriedade dos pais por estes estarem com problemas de saúde, e acredita que, *para ser agricultor tem que ter o dom e gostar da natureza. E atualmente os jovens não querem ficar na lavoura por não se identificarem com este tipo de trabalho e renda, para os jovens a renda precisa ser imediata para atender a necessidade do consumismo imposta pela sociedade. No Brasil, tem vários incentivos para o agricultor que são ótimos, mas o agricultor precisa ter consciência da dívida assumida e ter um controle, o povo está acostumado ao paternalismo.*

Para a jovem agricultora J, que atualmente estuda na cidade e retorna todos os dias para a propriedade dos pais, *são necessárias outras fontes de renda ao longo do ano, não só um tipo de safra. A jovem está se preparando para cursar um curso de graduação, mas pensa em voltar para o campo e desenvolver uma agricultura diferenciada, com a inserção de tecnologias e novas atividades.*

Para a entrevistada B *quanto à produção agrícola esta precisa ser valorizada assim como o agricultor em si, ainda existe preconceito para com o agricultor, que quando chegam para serem atendidos em serviços públicos na cidade, muitas vezes são deixados de lado.* Esta jovem atualmente estuda e trabalha na propriedade com os pais e pretende continuar seus estudos com os incentivos dos pais.

Ao longo da pesquisa observamos os sentimentos de inferioridade de muitos agricultores em relação ao público urbano, gerados culturalmente por uma ideia de que o sujeito que vive na agricultura é atrasado e nos relatos sobre estas situações observou-se que estas ocorrências ainda acontecem até mesmo em repartições públicas onde deveriam ser respeitados com igualdade. O rural e o urbano manifestam realidades de múltiplas riquezas e diferenças onde o modo de vida de cada grupo deveria ser respeitado.

É no contexto deste grupo de agricultores que ocorrem o maior número de sucessões, estas já são delineadas desde cedo, quando o jovem apresenta o dom e a vontade de continuar na propriedade e no trabalho agrícola dos pais. Na ocorrência de mais de um filho na agricultura outra propriedade é adquirida para este filho e nova casa é construída para que permaneça na profissão de agricultor. Mesmo continuando em uma nova propriedade estes jovens após o casamento ou em alguns casos até mesmo solteiros, consideram-se sucessores dos pais por permanecerem na mesma atividade agrícola.

A sucessão vai sendo delineada desde cedo com os filhos, a preocupação em torno da necessidade do trabalho dos filhos é um dos motivadores para que os pais invistam no futuro dos filhos com a aquisição de bens de consumo mais caros, como carros, motos e também na compra de outras propriedades quando mais de um filho quer continuar na agricultura.

E quando todos os filhos demonstram interesse em continuar na agricultura, normalmente é o filho mais novo que permanece morando na mesma propriedade dos pais, passando a residir em uma casa construída próxima a dos pais. Para os jovens agricultores, o pai deve saber sobre o momento da transferência da propriedade e que deve ser acertado com os demais herdeiros, percebe-se que esta decisão está centrada na figura do pai, mas percebeu-se que entre os familiares vai se estabelecendo um consenso sobre quem vai permanecer e quem vai sair. Não existe uma regra, se é o filho mais velho ou mais novo da família que vai continuar na propriedade dos pais. É considerada quase sempre a relação de afinidade no desenvolvimento do trabalho e sua gestão.

Conforme os agricultores pesquisados neste grupo observou-se que 90% das famílias entrevistadas responderam que a sucessão esta sendo constituída através de um dos filhos com incentivos para que permaneçam. Quando mais filhos apresentam interesse de continuarem na agricultura são adotadas medidas que favoreçam a continuidade dos mesmos por meio de auxílios para a compra de terras, construção de casas, etc.. Assim, 8% dos entrevistados ainda não sabem sobre o futuro sucessório na propriedade, pois os filhos ainda são pequenos enquanto que 2% do total dos agricultores pesquisados pensam em vender a propriedade pois os filhos trabalham em outros setores da economia.

5.2 Propriedades com média possibilidade sucessória

As propriedades com média possibilidade são representadas por dois grupos diferenciados no modo de desenvolver as atividades agrícolas: agricultores que produzem alimentos orgânicos diversificados e agricultores com produção diversificada e produção leiteira.

A agricultura orgânica baseada em uma lógica ambiental e social, com a minimização do uso dos recursos naturais desenvolvida pela organização coletiva e participativa. São cultivos realizados ocupando áreas menores em relação as demais propriedades pesquisadas, permitindo a rotação de áreas desses cultivos além de manter a biodiversidade natural promovendo o equilíbrio entre a produção vegetativa.

Conforme PETER (2011), o município de Canguçu possui cinco grupos de Agroecologia organizados com produções agroecológicas ou que se encontram em transição. Produzem hortifrutigranjeiros como cenoura, beterraba, alface, vagem, feijão preto, couve, repolho, tempero verde, batata-doce, batata inglesa, abóbora e frutas variadas.

A organização do grupo da localidade de Remanso, no 1º distrito, está baseada num sistema de cooperação e de solidariedade entre os integrantes. São realizadas feiras semanais em Canguçu e Pelotas.

Quanto aos agricultores que adotam a produção diversificada em suas propriedades, realizam a produção de alimentos, elegendo um produto que tenha maior importância

econômica sendo destinado à comercialização. A produção diversificada e orgânica nas propriedades está representada pela figura 14.

Figura 14 – A diversificação produtiva em propriedades de Canguçu.



Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

A produção leiteira é considerada de média produtividade e depende das condições de pastagens naturais em potreiros e de áreas plantadas com pastagens de aveia, azevem, milhetos e milho que são adicionados a alimentação diária para melhorarem a quantidade de leite produzido. A produção de milho para a alimentação do gado é processado de duas formas: servindo na elaboração de silagem, e o milho em grão triturado e adicionado as rações. A silagem é um tipo de armazenamento de alimentação para o gado leiteiro bastante comum nas propriedades, permitindo o incremento na alimentação dos animais que passa a ser fornecido aos animais em períodos de pouca pastagem natural, períodos de muita chuva, de baixas temperaturas e de períodos de estiagem que afetam o desenvolvimento natural das pastagens no campo.

A qualidade do plantel bovino para a produção de leite e o melhoramento da produtividade é uma das preocupações dos agricultores, por isso ocorrem investimento sem inseminação artificial e raças com maior rusticidade na produção, com raças Jersey, Holandesa e Gir Leiteiro.

A preocupação com a comercialização da produção diversificada é um fator recorrente em todas as famílias pesquisadas e neste sentido a organização coletiva é uma ferramenta importante que auxilia nas vendas para entidades, para restaurantes pela capacidade de disponibilidade de atender as necessidades de maiores quantidades e também aos programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os agricultores que não estão organizados coletivamente passam por maiores dificuldades em comercializar seus produtos, criando em muitos casos dependências de atravessadores, que atualmente não apresentam grande interesse em comprar quantidades menores. Segundo os agricultores apenas a compra do feijão interessa a estes compradores, por ainda ser um produto com valor mais elevado. Os produtos mais perecíveis apenas são comercializados quando existe um acerto prévio de venda para os mercados menores na cidade, mas o agricultor precisa levar a produção até lá, e conforme o entrevistado A. *os produtos que estragam mais fácil como alface, morango, couve... Não aguentam sem um transporte adequado, se pegar calor, dependendo da mercadoria chegam murchos e daí o comprador não quer mais, pode levar de volta... Então não vale a pena.*

Na figura 15, apresenta-se uma família com produção orgânica diversificada e inserida no mercado através da realização de feiras e vendas para restaurantes e comércios. A organização coletiva como um grupo de agricultores lhes garante visibilidade para a comercialização e autonomia perante o mercado consumidor.

Figura 15 – Família com produção diversificada orgânica e com sucesso.



Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

Para os agricultores deste grupo, a sucessão familiar deve ser pensada desde cedo através de um consenso entre os integrantes da família evitando-se conflitos internos que possam vir a prejudicar o processo. A falta de entendimento entre os familiares é um dos problemas encontrados e recorrentes enfrentados pelas famílias no estabelecimento da sucessão, prorrogando a decisão de continuidade das atividades realizadas na propriedade até o momento de falecimento de um dos pais. Essa situação leva muitas propriedades a sua fragmentação, em função da divisão igualitária para seus herdeiros e até em situações de inviabilidade produtiva de propriedades com áreas menores, além de prorrogar os encaminhamentos de estratégias no estabelecimento de um dos filhos na continuidade agrícola.

Conforme o agricultor G, *a preparação precisa ser gradual, para que este sucessor já vá constituindo sua infraestrutura com ajuda no começo e depois precisa ter independência na sua profissão pra continuar*. Para os agricultores, a importância dos incentivos iniciais são fundamentais nos estabelecimentos dos sucessores pelas dificuldades encontradas referentes a falta de geração de renda que reflete entre outros problemas a baixa valorização da produção alimentar no mercado.

As perspectivas futuras dos jovens rurais são fomentadas por sonhos, projetos e de desejos momentâneos que se assemelham aos dos jovens urbanos que podem ser percebidas pelas palavras de um jovem que trabalha na propriedade com os pais manifestando o que para ele é a vontade da maioria dos jovens que vivem no meio rural: *os jovens que são do meio rural também querem estar na moda, querem ter os melhores eletrônicos, roupas boas, moto, carro e às vezes a renda não dá*.

A perspectiva dos jovens agricultores que estão se preparando para continuar na propriedade são baseados em necessidades específicas e voltados as condições financeiras iniciais de cada agricultor, que não são viabilizadas pela inadequação a projetos prontos e mais restritos. Recentemente a implementação da política pública para a compra de terras foi um avanço quanto ao crédito específico para a aquisição da parte da herança dos outros integrantes da família permitindo que a constituição da área integral da propriedade não seja fracionada.

Para o jovem D *a profissão de agricultor é importante, mas precisa ganhar visibilidade e (ele) jovem acha falta da organização de grupos, com grande dificuldade de*

desenvolvimento de um projeto coletivo. Em sua opinião, para as moças do meio rural, as dificuldades ainda são maiores, não existe aonde ir, conversar. Os jovens morando no meio rural precisam de atividades em grupo para se integrar.

A preocupação do jovem apenas ressalta a realidade do meio rural onde cada vez mais se encontra um numero menor de jovens ressaltando que as moças são as mais prejudicadas no convívio social com outras de idades semelhantes. A individualização dos jovens não cria oportunidades coletivas, por isso cada vez menos acontecem encontros de grupos de jovens, festas de futebol, festas de comunidades religiosas e bailes. As festas nas localidades sempre foram os responsáveis pela integração dos jovens rurais de diversos lugares na efetivação de novas amizades e também de casamentos.

Da mesma forma, a organização coletiva pode ser reconhecida como uma das vias para o desenvolvimento local, uma cultura popular individualista entre os agricultores que muitas vezes enraizada em processos associativos que não deram certo no passado aliados ao senso competitivo os impedindo de uma reestruturação produtiva e viabilizadora no desenvolvimento local.

Em termos gerais, no Brasil o cooperativismo em 2012, contava com 6652 cooperativas e congregava mais de 9 milhões de associados sendo responsável por grande numero de geração de empregos e por 3,5% do Produto interno Bruto (PIB) nacional. No Rio Grande do Sul o cooperativismo tinha 606 entidades cadastradas na Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS), com cerca de 2 milhões de associados, aproximadamente 20% da população do estado, representando 10,1% do PIB gaúcho e as 225 cooperativas agropecuárias detinham 59,57% do PIB agropecuário do RS.

De acordo com os agricultores pesquisados neste grupo, 48% das famílias dizem estar incentivando os filhos para a permanência na propriedade na condição de agricultor, 22 % gostariam que a propriedade ficasse com os filhos mesmo sem apresentarem ainda a vontade de continuarem na atividade agrícola, 25% dos agricultores ainda não sabem sobre o futuro da propriedade e 5% pensam em vender a propriedade quando estiverem mais velhos.

5.3 Propriedades com menor possibilidade sucessória

As propriedades com menor possibilidade sucessória são representadas por dois grupos de agricultores distintos no desenvolvimento das atividades agrícolas, os que realizam suas atividades agrícolas de modo convencional diversificado e por agricultores assentados oriundos da reforma agrária com o desenvolvimento de atividades agrícolas apoiadas nos princípios da sustentabilidade.

a) Os agricultores com produção convencional diversificada estão estabelecidos em propriedades com condições estruturais em termos tecnológicos mais instáveis e pouca disponibilidade de área para a produção agrícola, além de solos com baixa fertilidade, utilizando-se de instrumentos mais rudimentares para o trabalho, sendo bastante comum a utilização da tração animal no preparo da terra para a realização do plantio.

A diversificação produtiva compõe-se pelo plantio de milho, feijão, leguminosas, frutíferas e pastagens para a criação de animais que incrementam a subsistência da família. O milho além de ser cultivado para a comercialização tem uma parcela retida na propriedade para ser consumido na alimentação dos animais.

O feijão é produzido em pequenas áreas e é a produção mais popular da subsistência familiar por estar presente no cotidiano alimentar de todas as famílias. Nesse sentido, o feijão é um produto com um valor comercial diferencia do quanto as demais culturas, sendo a comercialização do excedente um importante gerador de renda.

No entanto, devido a problemas climáticos com períodos de estiagens ou por excesso de chuvas no período de desenvolvimento das plantas a produção torna-se reduzida em muitas propriedades, o que acaba enfraquecendo a economia local, afetando as estimativas de plantios futuros, porém, contraditoriamente valorizando a produção com melhores preços pela escassez do produto no mercado.

A rotina dos agricultores também é complementada com atividades externas às propriedades através de tarefas incluídas principalmente em períodos com menor trabalho nos afazeres da produção própria através de diferentes afazeres como: prestações de serviços para outros agricultores nos plantios e colheitas, serviços de construção de aramados, pedreiros, cuidadores de campo, serventes de pedreiro e como mão-de-obra em outras propriedades

como trabalhadores diaristas. As agricultoras também realizam trabalhos externos nestes períodos de intervalos nas produções próprias, realizando trabalhos como diaristas nas colheitas das propriedades agrícolas vizinhas, faxinas nas casas da redondeza e na cidade, limpezas de pátios e também desenvolvem artesanatos que são comercializados em suas casas. Essas estratégias de reprodução dentro do âmbito da agricultura familiar são adaptadas as transformações da sociedade que estabelecem novas condições de sobrevivência denominados como pluriativos¹⁴.

A dificuldade com a manutenção de um grupo familiar, principalmente quando os filhos ainda são menores dado ao aumento do custo de vida no meio rural é o grande contribuinte nas decisões de muitos agricultores que precisam buscar alternativas de trabalho além das atividades agrícolas realizadas nas propriedades próprias, como forma de complementação a renda nos períodos intermediários que ocorrem entre a plantação e a colheita. Esse aumento do custo de vida citado pelos agricultores na pesquisa se dá com os gastos com a alimentação, energia elétrica, manutenção dos meios de comunicação e gastos com combustíveis usados nos meios de transportes, podendo destacar-se a larga utilização de motocicletas no meio rural.

Para WANDERLEY, (2009) esta condição não representa necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas constituem, freqüentemente, elementos positivos, com o qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras. Para os agricultores que adotam estas estratégias de geração de renda estes ganhos são fundamentais para garantir a manutenção da estrutura da propriedade, servindo principalmente para incrementar a aquisição de sementes, adubos, ferramentas, financiamentos bancários, pagamentos de despesas mensais como energia elétrica e despesas domésticas.

No grupo de agricultores entrevistados ocorreu o predomínio de mulheres nas propriedades pelo fato dos homens estarem realizando outras atividades fora do âmbito da propriedade, o que pode ser observado na figura 16.

Questionados sobre as condições de investimentos para o desenvolvimento das atividades agrícolas e a acessibilidade a políticas públicas, alguns agricultores reconhecem

¹⁴ A Pluriatividade refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelos quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências. (SCHENEIDER, 2003).

que é uma condição de reforço para melhorar a diversificação da produção nas propriedades através do crédito rural, mas que por outro lado é um investimento de risco quando não conseguem a realização de uma safra produtiva e assim honrar o pagamento das dívidas referentes aos financiamentos acessados através do banco financiador. As dificuldades relatadas por agricultores vão além do pagamento das dívidas contraídas através destes investimentos por programas públicos onde muitos apresentaram dificuldades quanto a manutenção mensal das taxas mensais cobradas pelos bancos.

Os financiamentos de recursos para a realização de plantios de acordo com alguns agricultores tornam-se negócios arriscados por concorrerem com os riscos das condições climáticas, deixando-os a mercê de endividamentos com os bancos que financiam e com isso aumentando o cancelamento de créditos futuros, causados pela inadimplência involuntária. A coordenação mais efetiva de programas governamentais coloca em risco a sua eficiência, comprometendo a aplicação nas localidades onde estas estratégias deveriam ser reorientadas. Atualmente os benefícios para os agricultores na proteção da produção e garantia da safra são baseadas no Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar e pelo Seguro da Agricultura Familiar.

As políticas de dinamização econômica e fomento à inovação ainda ficam restritas aquelas localidades que apresentam potencialidades competitivas margeando as que apresentam maiores carências na organização produtiva.

Para os agricultores menos qualificados o seu nível de inserção no mercado é menor, pela produção em menor quantidade e de qualidade o que acaba afastando-o de investimentos maiores em plantios, pois o comprador do produto é que determinará o preço a ser pago.

Figura 16 – Propriedades pluriativas com predomínio de mulheres na gestão.



Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

Os agricultores utilizam baixa mecanização motora na implantação das lavouras, e quando são utilizados, são tratores com capacidades de potência menores que são utilizados principalmente nas plantações, agilizando o processo do preparo do solo pela necessidade de realização dentro dos períodos adequados de plantio. Os tratores utilizados em grande parte das propriedades pesquisadas são de proprietários terceirizados que prestam o serviço por hora trabalhada e normalmente pertencem a agricultores da localidade que realizam este tipo de serviço. Além disso, são utilizadas as máquinas da patrulha agrícola municipal com agendamentos prévios realizados por meio das associações comunitárias para a execução de serviços nas propriedades.

Os principais insumos para serem utilizados nas lavouras são adquiridos no comércio, desde as sementes transgênicas, adubos químicos e demais produtos químicos para o controle de doenças e pragas.

O sistema de parceria¹⁵ é uma das formas utilizadas de acesso a terra para agricultores que não possuem terras próprias, o que em muitos casos é pouco vantajoso para o agricultor que depende deste sistema. No geral, as terras disponibilizadas possuem baixa fertilidade além de outros condicionantes que afetam a produtividade das lavouras. Referindo-se ao investimento na produção que não tem renda suficiente no final de safra o agricultor A resume esta situação *“paga para plantar, e quando colhe alguma coisa, 20% vai pra cooperativa descontado pela umidade do produto e mais 33% vai para o dono das terras, não sobrando quase nada para quem trabalha uma safra inteira”*

Muitos agricultores mais descapitalizados apresentam receios de buscar novos investimentos e futuramente não conseguirem pagar as dívidas por falta de mercado para a venda da sua comercialização, condição agravada quando o agricultor detém pouca área disponível para investir em outros cultivos diferenciados, no sentido de ampliar as estratégias reprodutivas da sua propriedade impossibilitando o pagamento dos recursos investidos.

¹⁵ Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes dele, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e/ou lhe entrega animais para criar, recriar, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha, isolada ou cumulativamente, dos seguintes riscos: (Incluído pela Lei nº 11.443, de 2007).

As dificuldades na reprodução agrícola de muitas propriedades resulta na desmotivação de muitos agricultores. A crise da agricultura é parte de um contexto amplo engendrada por um sistema capitalista que para GORENDER (2013) esta incorporada ao sistema econômico assim como um dos seus ramos indústrias. O propósito dos avanços no desenvolvimento é contestado pelos agricultores levando até mesmo a transgressão das condições atuais, forjando a inserção em um outro segmento econômico com menores riscos que é explicado por VERGOPOULOS (1977);

A atual “crise agrícola” não é, realmente, uma crise da agricultura camponesa. É, principalmente, uma crise do sistema social em conjunto. Assim, a contestação camponesa remete, sobretudo, às relações da agricultura com o Estado e com o desenvolvimento do resto da sociedade. Não se trata, em nenhum dos casos, de uma crise interna da agricultura, mas de uma crise que atinge o conjunto do sistema social. O abandono do campo não deve ser compreendido como a realização de uma “lei” qualquer do desenvolvimento capitalista da sociedade. É, simplesmente, uma maneira – entre outras – de recusar-se a assumir um papel criado pela lógica do capital. (VERGOPOULOS, 1977, p. 47).

A queda na produção diversificada está atrelada as condições de absorção pelo mercado consumidor, o que torna resistente a concepção de muitos agricultores quanto a mudança na racionalidade produtiva adotada, que mesmo com condições de se reproduzirem e buscarem novas alternativas se recusam a explorar novas culturas pois a renda final depende além do volume produzido e do preço de venda, e quando este valor não gera resultados suficientes compromete a sustentabilidade econômica e a diversificação produzida pela falta de mercado com preço adequado. Essa falta de preço adequada para um pagamento justo pela produção alimentar é para muitos agricultores o pior dos descasos com aqueles que se preocupam e sobrevivem da agricultura, levando a renúncia de muitos plantios que eram desenvolvidos alguns anos atrás. No entanto o mercado consumidor não se priva destes alimentos que deixam de ser produzidos localmente, são supridos pela moderna logística trazendo os produtos de outras regiões e até mesmo de outros estados.

b) A agricultura familiar nas propriedades de assentamentos da reforma agrária é baseada na diversificação de cultivos, principalmente da produção de alimentos, baseados em princípios da sustentabilidade ambiental e social. O incentivo a organização coletiva se dá através do ideal cooperativista para promover a inserção da produção no mercado institucional e privado que é realizada através da Cooperativa Terra Nova que atualmente é constituída pela associação de 23 famílias. Conforme SILVA (2008) as cooperativas são

entidades legais que têm a função de organizar os agricultores conforme as suas necessidades ou seus interesses comuns.

A produção agrícola é variada e em acordo com características locais de cada assentamento, com lavouras de milho, feijão, hortaliças, frutíferas, leite e mel. Alguns assentamentos foram instalados em antigas áreas de fazendas que exploraram a produção de frutas em larga escala, onde as plantações de pessegueiros transformaram-se em quintais orgânicos. Quanto ao cultivo do milho não utiliza-se semente de milho transgênico tendo sua produção voltada para a produção de farinha de milho fubá que é beneficiado no Moinho de farinha localizada no assentamento Sem Fronteira, conforme figura 17, sendo comercializada com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Figura 17 – Máquina de beneficiamento da farinha de milho – Assentamento Sem Fronteira.



Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

Além da produção de milho os agricultores produzem leite que é comercializado com a COOPAR, sendo o produto recolhido de dois em dois dias em todos os assentamentos, de acordo com a exigência das normas vigentes. No sentido de atender todas as medidas e adequações de controle sanitário da produção leiteira, são construídas instalações para a ordenha das vacas nas propriedades obedecendo às normas exigidas. As instalações são semelhantes as que são observadas na figura 18, encontradas em uma propriedade no Assentamento União.

Figura 18 – Galpão adequado para a ordenha das vacas - Assentamento União.



Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

Para DAVID (2008) os trabalhadores rurais persistirão na luta por novos padrões de desenvolvimento, no qual a reforma agrária continua sendo uma medida essencial na promoção do desenvolvimento da agricultura, por sua luta na defesa da terra como local de trabalho, de produção e de reprodução através da consolidação baseada na justiça social.

Quanto à continuidade dos filhos na agricultura o agricultor P ressalta que *os filhos jovens se formam e saem das propriedades*, condição que não é diferente para a agricultora C. *o filho vai para a cidade e não volta para o interior, a educação é voltada para o urbano e cria outras oportunidades daí eles ficam.*

As causas principais na desmotivação pela agricultura também para estes agricultores e consideradas como responsáveis quanto à saída dos filhos, ocorrem pela falta de um comércio justo e adequado, e que as condições de comercialização poderiam ser melhoradas a partir da eliminação do atravessador. Quanto ao estabelecimento da organização associativa na opinião dos agricultores pesquisados as principais dificuldades ocorrem pela constituição individualista de cada agricultor.

As concepções dos agricultores referentes aos procedimentos adotados pelos jovens é unânime em relação à ida para a cidade em função da continuidade nos estudos, tanto para os agricultores oriundos da reforma agrária como para os demais agricultores. Existe um sentimento de impotência em relação à saída dos filhos da propriedade que é facilmente percebido nas pesquisas, mas por outro lado, observa-se uma total compreensão por parte dos pais quanto a decisão dos filhos. Muitos falam em relação aos filhos com orgulho, por estes

terem se inserido em outro setor econômico que lhes garanta melhores condições de vida com a obtenção de uma remuneração fixa.

As melhorias nas condições de vida dos filhos através do trabalho urbano reflete-se no cotidiano de algumas famílias de agricultores que recebem ajuda financeira dos deles principalmente quando há a necessidade por motivos de doença ou por safras insatisfatórias.

O comportamento adotado por estes agricultores em relação à sucessão familiar é observado de forma mais complexa em relação aos agricultores consolidados convencionais e aos agricultores diversificados consolidados, pois a continuidade dos filhos nas atividades agrícolas parece ser um assunto não discutido entre os integrantes do núcleo familiar, pelo menos sobre sua permanência. Entretanto, as decisões quanto à saída são tomadas em acordo com os integrantes do grupo, e muitas vezes incentivadas pelos próprios pais, como podem ser observadas nas opiniões de muitos agricultores. As mães têm grande importância no momento de decisão o que pode ser constatado pelo relato de uma agricultora. E que após um ano de safra comprometida por problemas climáticos “ *eu disse pro meu filho mais velho o T... vai arrumar um serviço melhor pra garantir teu dinheiro e comprar as tuas coisas, aqui não dá mais, foi mais um ano de safra ruim e o pai então no início ficou muito contrariado, mas depois entendeu... o que era melhor pro filho* ”.

Por trás de muitos relatos e das concepções dos agricultores entrevistados sobre a sucessão, transpareciam alguns problemas que às vezes não são verbalizados no momento, mas foram surgindo à medida que foram se apresentado as atividades desenvolvidas nas suas propriedades. Destaca-se a decepção que se apresentava pela baixa produtividade que pode ter sido comprometida negativamente pelas condições adversas do clima no desenvolvimento da cultura além da falta de preço e falta de interesse do mercado pelo produto. A frustração do agricultor é visível, por ter trabalhado um ano inteiro e agora como é que este sujeito se “*vira*”, para recomeçar e programar uma nova safra. E então, se percebe que entre a efetivação das políticas de incentivo a agricultura e o agricultor, principalmente naqueles casos onde a deficiência de recursos é maior existe um hiato, que precisa ser superado com o respaldo e acompanhamento de uma assistência técnica sistemática e eficiente. Que argumentação usará um agricultor que enfrenta tantas adversidades no seu cotidiano para incentivar a permanência de seus filhos na profissão de agricultor?

Neste grupo de agricultores, a permanência dos jovens na propriedade dos pais, está vinculada as etapas do período escolar oferecido pelas escolas-pólo em localidades estratégicas para abrangerem o maior número de alunos do meio rural onde é oferecido além do ensino fundamental, o ensino médio. Porém, nas localidades mais distantes destas escolas pela falta de acesso os alunos vão estudar na sede do município, para onde se deslocam diariamente, semanalmente ou definitivamente. Esta situação atinge parte dos filhos de agricultores de assentamentos localizados mais distantes da sede municipal.

Mesmo com um diálogo mais abrangente e pautado no conhecimento de uma agricultura mais justa e sustentável, alguns filhos de agricultores oriundos da reforma agrária também buscam por novas possibilidades de trabalho fora das propriedades e até mesmo longe dos assentamentos o que é percebido por muitos pais com desolação, mas sem qualquer interferência na autonomia dos filhos.

No contexto geral a incidência de permanência de jovens é baixa neste grupo é onde se concentram os maiores índices de agricultores sem sucessores e sem muita mobilização para que os filhos continuem na agricultura desenvolvendo as atividades primárias.

De acordo com os agricultores pesquisados, quanto ao futuro sucessório na propriedade para o futuro, 25% dos entrevistados gostariam que os filhos continuassem 25% não sabem o que vão fazer no futuro, mas não irão vender a propriedade, deixarão a decisão final para os herdeiros, nesta condição inserem-se os assentados. Das demais propriedades 20% pensam em vender suas propriedades e adquirir imóveis na cidade ou próximo aos filhos, 15% irão arrendar a propriedade para agregar maior renda à aposentadoria e 15% ainda não sabem o que vão fazer em relação a continuidade das atividades na propriedade.

Para os agricultores as deficiências exógenas estabelecidas no contexto produtivo e a falta de iniciativas para a reestruturação econômica na agricultura familiar são os principais responsáveis pela falta de interesses dos jovens em continuarem na atividade agrícola dos pais onde os principais fatores que afetam a reprodução da agricultura atualmente são: a falta de preço justo para a produção falta de mercado adequado, o atravessador, a energia elétrica deficiente que impede à implantação de novos projetos nas propriedades, as más condições das estradas rurais, a ausência de projetos locais, faltam iniciativas na organização de associações e melhorias na qualidade da comunicação como internet e telefone e maior informação sobre a regulação das normas para a implantação de agroindústrias familiares.

A preocupação com a questão sucessória é um fator que ocorre nas famílias pesquisadas, mesmo não havendo determinações mais contundentes para o futuro de muitas propriedades essa condição relevante é apresentada pelos agricultores. Observou-se que muitos agricultores não mencionavam os seus projetos de vida para o futuro e principalmente no que tangia em relação a transmissão patrimonial, em muitos casos observou-se que era uma questão não dialogada entre os integrantes da família e por divergências quanto a sucessão, situação que foi relatada por agricultores.

As famílias mais jovens e com filhos pequenos pesquisadas disseram que a decisão quanto a sucessão deverá ser tomada quando os filhos estivessem adultos e por isso não pensam sobre a questão atualmente.

5.4 A relação dos jovens estudantes com a agricultura familiar

O processo sucessório não se constitui apenas pelas percepções de agricultores e jovens que ainda estão no meio rural sendo importantes as considerações dos jovens que saíram do meio rural para continuarem seus estudos. O afastamento dos jovens pesquisados de suas famílias na maioria dos casos ocorre de forma temporária ocorrendo o retorno para a casa dos pais no meio rural aos finais de semana e no período de férias.

Os jovens estudantes da ETEC do curso de Técnico em Agricultura são constituídos por alunos do meio rural do município e municípios adjacentes e também por alunos do meio urbano que são em menores números. No sentido de buscar o entendimento sobre a importância da agricultura familiar local foi necessário pesquisar as concepções destes jovens sobre a importância da agricultura familiar no município de Canguçu apresentando as diversas concepções individuais que foram agrupadas de acordo com as respostas apresentadas pelos alunos.

As respostas dos alunos são apresentadas na tabela 15, onde 31% dos alunos consideram a agricultura responsável pela geração de trabalho e renda. Para 26 %, a subsistência é o principal papel da agricultura e 17% dos alunos consideram a agricultura responsável pela principal atividade econômica do município. Do total de alunos entrevistados 12% consideram que a agricultura é responsável pela produção alimentar das

peças que vivem no urbano e 7% consideraram a agricultura como a responsável pela manutenção do agricultor no campo. Para 5% dos alunos entrevistados a agricultura é responsável pela produção agrícola e 2% consideraram que a agricultura permite a equidade econômica para o agricultor.

Conforme a maioria dos alunos pesquisados a importância da agricultura familiar constitui-se pela geração de trabalho, renda, produção alimentar. Quanto a produção alimentar de subsistência percebeu-se que os alunos reconhecem-na com maior abrangência no contexto da propriedade, atingindo não apenas a condição do autoconsumo mas responsável pela dinamização das atividades agrícolas internas.

Tabela 15 – A importância da agricultura familiar no município de Canguçu de acordo com a opinião dos estudantes.

Importância da Agricultura	%
Geração de trabalho e renda	31%
Subsistência	26%
É a base econômica do município	17%
Responsável pela produção alimentar para o urbano	12%
Manutenção do agricultor no campo	7%
Responsável pela produção agrícola	5%
Equidade econômica rural e urbana	2%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

Quanto à ausência do jovem na agricultura e a falta de sucessão estarem comprometendo a reprodução da agricultura familiar do município no futuro, os estudantes consideram ser este um agravante que compromete a importância da produção alimentar no município refletindo principalmente na produção orgânica e produção de matéria prima para o mercado. Além disso, segundo a opinião dos estudantes a transmissão de técnicas tradicionais de uma geração a outra acaba se dissipando, sendo a sucessão uma das formas de manutenção da cultura herdada dos antepassados.

Para os estudantes a procura por uma melhor remuneração no trabalho urbano em muitos casos é justificada pela intenção de ajuda financeira aos pais, porém a maioria dos jovens que saem da propriedade dos pais acabam não voltando por não se identificarem com o trabalho na lavoura, mas gostam de morar no meio rural. Outro fator atribuído por uma jovem para saída dos jovens e a falta de interesse de continuarem na profissão de agricultor é quanto a regulação das leis quanto a proibição do trabalho do jovem menor, que ocorre na

agricultura de risco como é o caso do plantio de fumo, permitindo o trabalho apenas aos dezoito anos.

Os jovens que gostam de atividades ligadas a agricultura querem ser profissionais especializados na área, mas normalmente não voltam por encontrarem trabalho com maior capacidade de geração de renda em outros locais, podendo ser destacado, que o jovem oriundo do meio rural, de certa forma já se apresenta um pouco mais qualificado em virtude de sua vivência rural, possuindo um quesito diferencial positivo no enquadramento de funções pretendidas se estiverem vinculadas a atividades do setor primário, por ser oriundo de propriedades rurais e possuir o conhecimento empírico.

STROPASOLAS (2011) destacava a importância da ampliação dos investimentos em educação no meio rural. O estudo é associado a percepções que representam mobilidade, figurando como condição para garantir uma inserção social mais digna. O estudo amplia as alternativas para a juventude e de acordo com o mesmo autor esta era uma condição dada mais as moças, pois para os rapazes, a valorização social não passava necessariamente pelo reconhecimento profissional, ele assumia automaticamente a identidade de agricultor.

Os estudantes pesquisados apresentaram seus principais projetos e incentivos que buscam para serem agricultores, que são demonstrados na tabela 16, onde se destacam as preferências pela modernização e novas tecnologias e a inserção da agroecologia na propriedade dos pais. Em segundo, os jovens não sabem o que poderiam desenvolver.

Tabela 16 – Principais projetos e incentivos que os estudantes gostariam de desenvolver no futuro na propriedade dos pais.

Principais Projetos e incentivos	Nº
Introduzir a modernização e novas tecnologias	35
Não sabem	14
Agroecologia, produção orgânica	12
Programas de jovens rurais (EMATER, ETEC)	9
Formação técnica e superior para o meio rural	6
Projetos: cunicultura, ovinocultura, avicultura, apicultura	4
Inserção de novos mercados e integração com empresas	4
Incentivo pelos pais para permanência dos filhos	4
Projetos integrados de agricultura e pecuária	3
Melhorar em infra-estrutura rural coletiva	3
Ter acesso a comunicação de qualidade	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

A tabela 17 apresenta a opinião dos estudantes sobre a vontade de sucederem os pais na propriedade. Dos entrevistados 45 jovens gostariam de fazer a sucessão, entanto, este desejo de permanecer baseia-se num tipo de exploração agrícola muitas vezes diferente da encontrada atualmente nas propriedades, o que é demonstrado na tabela 17, onde os jovens demonstram a vontade de desenvolverem novos projetos e novas tecnologias, podendo causar ruptura num tipo de exploração que era desenvolvida pela família. O jovem demonstrou interesse em desenvolver uma agricultura mais dinamizada ao longo do ano e perene prevalecendo a inserção de novos projetos e ações múltiplas que permitam proporcionar uma relação aproximada com o mercado consumidor.

Tabela 17 – Opinião dos estudantes sobre a sucessão na propriedade dos pais.

Opinião dos estudantes sobre a sucessão	Número
Sim gostaria	45
Não gostaria	30
Não é filho de agricultor	12
Não sabe	5
Não, já tem outros projetos	3
Não respondeu	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organizado pela autora.

Os estudantes que responderam que gostariam de ser sucessores, justificaram suas respostas baseados na concepção que alguém tem que continuar na propriedade, dirigir o negócio da família, preservar as tradições e o modo de vida. Também transformar em um negócio onde a produção agrícola seja mais viável, com a especialização em uma cultura ou em uma outra atividade rentável, mas preservar o bem patrimonial dos pais. CARNEIRO (1998) já dizia que o desejo de permanecer no campo não pressupunha em assumir a profissão de agricultor e a vontade dos jovens sucederem na propriedade dos pais muitas vezes rompe com a relação entre a terra-família-agricultura, passando a dar um novo destino a propriedade transformando-a em outro projeto.

5.5 O envolvimento das entidades municipais no debate sobre a permanência dos jovens na agricultura familiar.

O envolvimento coletivo das principais entidades municipais ligadas ao desenvolvimento da agricultura familiar de Canguçu tem se constituído por ações afirmativas,

ampliando o debate sobre o desenvolvimento da agricultura familiar pautado na identificação de ações que possibilitem a permanência da juventude no meio rural dialogando com os jovens rurais. As ações desenvolvidas por estas entidades têm apresentados exemplos concretos pelas de trocas de experiências, fóruns, seminários e atividades com a finalidade de discutir a problemática, que articuladamente visam a inclusão social e econômica a partir das suas realidades e também conhecendo os principais problemas que permeiam o desenvolvimento da agricultura e que de alguma forma acabam afastando os jovens da profissão de agricultor. De forma conjunta são desenvolvidas metas que visam a inclusão social e econômica do jovem rural a partir da realidade de suas vivências.

A EMATER é o órgão responsável pela assistência técnica e extensão rural no município sendo uma instituição de referencia para o fortalecimento da agricultura familiar com o objetivo educativo e participativo, trabalhando com uma proposta de inserção do jovem no meio rural, reconhecendo pela análise as construções próprias desse segmento social, suas disputas, as relações de gênero e as próprias lógicas hierárquicas representadas por estas realidades. O assessoramento técnico é a ferramenta no auxílio aos agricultores, mediando o acesso à políticas públicas e financiamentos com o projeto de vida de cada família agricultora. Conforme a EMATER as principais políticas públicas de apoio à juventude rural desenvolvidas atualmente, são as seguintes:

Políticas públicas federais:

- a) Plano Nacional da Juventude criado pelo Projeto de Lei nº 4530/2004;
- b) Política Nacional de Juventude. Conselho Nacional da Juventude criado pelo Projeto de Lei 11.129/2005;
- c) Projeto “Juventude (Desenvolvimento territorial)” – Secretaria Nacional da Juventude; e
- d) PEC 42/2008 – Estatuto da Juventude do Plano Nacional da Juventude.

Políticas públicas estaduais:

- a) CONJUVERS – Conselho Estadual de Juventude do Estado do RS;
- b) Caderno de acesso ao crédito pelos jovens rurais;
- c) Lei Estadual da Juventude rural nº 11.361 de 27/07/1999.

A organização coletiva da categoria dos agricultores se dá através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu que possui 5.500 sócios em 2014, onde o agricultor é o principal associado e os componentes da família são dependentes, refletindo assim a dificuldade do jovem rural se associar. É um importante mediador para a efetivação de projetos de sustentabilidade, na organização e comercialização dos produtos agrícolas, por meio de parceria com as entidades públicas, além do trabalho de orientação e conscientização junto aos agricultores, mobilizações, resgate e apoio de novas tecnologias de sustentabilidade.

A organização política dos jovens e sua introdução no movimento sindical é importante para fomentar o tema sucessório consolidando o fortalecimento de políticas públicas através de iniciativas como o PRONAF Jovem.

Para os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores rurais a realidade da sucessão familiar ainda é percebida como um problema complexo envolvendo distintas gerações com visões diferenciadas sobre a forma de reproduzir a agricultura. O êxodo rural ameaça a sucessão, pois os jovens não vislumbram expectativas de uma vida melhor, as condições de rentabilidade são inferiores a necessidade básica exigida, o que acaba gerando uma preocupação além da atividade agrícola que é o comprometimento da sucessão sindical da categoria dos pequenos agricultores.

Em se tratando da organização coletiva a entidade sindical enfrenta algumas dificuldades por culturalmente prevalecer uma visão individualista por parte dos agricultores. Esta condição só é sobreposta quando precisam ser alcançados metas e objetivos coletivos através de reivindicações e mobilizações. Na região sul, assim como a nível estadual são desenvolvidas atividades com os jovens rurais direcionadas à reorganização do movimento sindical aproximando da realidade atual onde a discussão sucessória se faz presente.

Outra entidade importante no município é a União das Associações Comunitárias de Canguçu (UNAIC) atuando através do trabalho social em mais de 30 associações ativas no município. Para a coordenação da entidade, houve um retrocesso na questão associativa por basear-se no incentivo a produção alimentar e um clareamento sobre o consumo e produção saudável e atualmente encontra-se um grande incentivo ao monocultivo no município principalmente ao incentivar a produção de fumo e soja.

A organização para o comércio da produção dos agricultores familiares está baseada no cooperativismo promovendo principalmente a venda para o comércio institucional, além da comercialização de sementes crioulas através da prefeitura municipal.

A consolidação da agricultura familiar baseada na diversificação e o incentivo a novas tecnologias adequadas com a realidade faz parte dos projetos da Secretaria do Desenvolvimento Primário, além da preocupação com o bem-estar da juventude pela inserção de novos espaços de lazer no meio rural aumentando as condições de sociabilização e de qualidade de vida, investindo inclusivamente em tecnologias que permitam a comunicação das pessoas. Além disso, o município foi um dos primeiros a consolidar o PAA e distribuir para as entidades conveniadas sem fins lucrativos, permitindo o atendimento das famílias com insegurança alimentar.

De acordo com os dados da Secretaria, atualmente são mais de 1.000 famílias que estão produzindo informalmente pães, queijos, licores, cachaças entre outros, havendo um incentivo para a implantação de agroindústrias familiares, permitindo uma melhor exploração do potencial local possibilitados pela normatização do Sistema de Inspeção Municipal (SIM), garantindo a qualidade sanitária. Atualmente tem um projeto de agroindústria de minimamente processados para incentivar a geração de renda no meio rural.

A Secretaria da Juventude Rural identifica as demandas da juventude e contribui no esclarecimento para o acesso a políticas públicas que atendam as necessidades dos jovens sendo as principais propostas articuladas em parcerias com Associações de Moradores, EMATER, visitas às Escolas rurais e Seminários Rurais. Em se tratando de políticas públicas voltadas aos jovens rurais foi aprovado recentemente o 1º crédito fundiário. E, conseqüentemente a procura por este crédito tem aumentado nos últimos anos. As ações também são realizadas em conjunto com a Secretaria Municipal da Juventude e o Conselho Municipal da Juventude de forma abrangente no município, permitindo o diálogo sobre a realidade vivenciada pelos jovens.

Na concepção da Secretaria, o município de Canguçu será um dos últimos municípios a sofrer com o êxodo rural dada ao maior percentual de população que mora na zona rural em relação à urbana que através da agricultura desenvolve-se economicamente. O jovem representa muito dentro da propriedade e sem ele a agricultura familiar deixa de ser familiar e passa a ser apenas do pai e da mãe. Como parte na construção do processo é preciso

desenvolver-se um novo modelo de educação que veja a agricultura familiar capaz de proporcionar um modo de vida digno e por isso seja tratada com interesse social.

Deu-se início no município e região, a implantação de uma escola família agrícola (EFA) fundamentada na pedagogia da alternância permitindo a educação baseada em ideais de aproximação dos jovens com a sua realidade e como sujeitos construtores de seus destinos.

A coordenação da educação do campo na Secretaria de Educação do Município tem suas ações baseadas numa metodologia alicerçada na teoria freiriana através da instigação da capacidade crítica dos educandos através de uma educação sinônima do poder de transformação do contexto da realidade pela perspectiva de manter-se no campo com a qualificação da vida das pessoas. Atualmente possibilita-se o acesso ao nível técnico e graduações sem o jovem precisar sair do seu meio. No entanto, a educação do campo não pode ser imposta, precisa ser pensada a partir de uma necessidade com a promoção de um trabalho diferenciado por uma produção crítica indicadora de novas perspectivas, pautado numa sociedade que não vise somente o acúmulo de capital, mas num modo de vida justo e coletivo.

A viabilização das escolas rurais menores onde acontecem os primeiros aprendizados dos filhos de agricultores deveria ser priorizada, a escola deveria estar lá, é dever do Estado para com esta parcela da sociedade, e hoje ainda deparamo-nos com o fechamento das escolas menores amparado num discurso puramente econômico que não considera as origens desta população, incentivando-as precocemente ao desenraizamento da sua família onde se encontram os princípios da cultura familiar, afastando-os do seu meio comunitário para inseri-lo em outro ambiente que precisa ecleticamente promover o aprendizado. A escola próxima das localidades onde moram seus alunos poderia ser o espaço, onde se dão as primeiras relações coletivas em torno de um objetivo comum considerando-se a inserção dos pais no processo educacional. O modelo de ensino precisa estar voltado ao que representa a vontade dos agricultores e que seja participativo na construção de um projeto político pedagógico.

Atualmente são desenvolvidas ações nas escolas no sentido de valorização e de resgate da agricultura familiar, com a realização de visitas dos jovens até a casa das famílias dos estudantes, formação de professores, trabalho conjunto com a UNAIC, SMDR, Feira de Sementes Crioulas, discussão entre os alunos do urbano e do rural, Seminário da Educação do campo de Canguçu e Projeto de implantação da escola-família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação no campo da ciência geográfica requer que a realidade encontrada no meio em que se insere o objeto de estudo seja apreendido, permitindo a compreensão de uma ocorrência que foi delimitado como o problema da pesquisa, constituída através de um método de análise e técnicas capazes de promoverem um resultado a partir da reflexão sobre as variáveis encontradas.

O estudo sobre o comportamento sucessório adotado pelos agricultores familiares de Canguçu considerou as características produtivas e econômicas encontradas nas propriedades pesquisadas, o interesse dos jovens pela sucessão na agricultura e o envolvimento das entidades municipais na discussão sobre a questão sucessória.

A agricultura familiar é parte de um sistema agrário amplo e complexo atualmente desenvolvido no Brasil no qual se insere o município de Canguçu que tem o seu espaço agrário constituído predominantemente pela agricultura familiar assentada sob uma estrutura minifundiária em que prevalece essencialmente a mão de obra familiar no desempenho das atividades agrícolas desenvolvidas.

As características da agricultura desenvolvida atualmente no município compõem-se pela produção diversificada de produtos da base alimentar, que além de garantir o autoconsumo das famílias tem seu excedente comercializado. Da mesma forma a produção leiteira é uma atividade que normalmente vem integrada aos cultivos da propriedade, sendo comercializada com as cooperativas da região. No entanto, destacam-se as produções de fumo e soja desenvolvidas num sistema semiespecializado, onde a produção de fumo destina-se as agroindústrias fumageiras e a soja é destinada ao comércio exterior por exportação. A produção de milho e de feijão é destinada para o comércio interno sendo que estas culturas também fazem parte dos cultivos diversificados.

O processo sucessório, um assunto que era discutido apenas na intimidade dos núcleos familiares hoje é alvo de preocupação dos agricultores, das entidades ligadas ao setor e também um enigmático assunto para os estudiosos. A continuidade na agricultura por este

modo não se atém a modelos, pois cada espaço ocupado na sua reprodução traz em seu contexto razões que fogem da racionalidade determinando motivos próprios de cada sujeito que busca se estabilizar numa sociedade regida pela lógica capitalista, tornando este campo de estudo tão complexo, constituindo-se a partir de uma agricultura fundamentada na viabilização econômica que acaba influenciando a questão social no meio rural.

Cabe destacar que os resultados foram divididos em grupos para demonstrar a diferenciação observada no comportamento dos agricultores para delinear a dinâmica sucessória interna. A partir das variáveis determinadas para o desenvolvimento da pesquisa de campo observou-se que o comportamento sucessório adotado pelas famílias é constituído pela organização produtiva desenvolvida nas propriedades prevalecendo a capacidade reprodutiva de cada núcleo familiar. Esta capacidade reprodutiva é orientada pelas racionalidades adotadas pelos agricultores considerando-se fatores internos e externos. Os fatores internos considerados se dão pela disponibilidade de mão de obra familiar, planejamento adotado e recursos disponíveis, enquanto que os fatores externos se dão pelas condições ambientais climáticas, qualidade da terra disponível para plantio considerando-se o relevo e a fertilidade natural do solo e o acesso à comercialização.

Os resultados da pesquisa apontam que as famílias do município que desenvolvem uma agricultura com maior rentabilidade acumulada e com a reprodução dos cultivos de fumo, soja, milho e feijão além de aplicação de um maior grau de modernização por meio do acesso a inserção de tecnologias apropriadas acabam criando melhores condições de permanência dos jovens que desde cedo começam a ter seu futuro organizado na agricultura, incentivados pelos pais. Esta condição atribui-se a melhoria de renda gerada por estes tipos de cultivos, permitindo que sejam compradas mais terras, melhorias nas condições estruturais da propriedade com a inserção de maquinários e equipamentos mais modernos auxiliando para que o trabalho agrícola se torne menos penoso e mais eficiente. São estas propriedades que apresentaram na pesquisa as maiores possibilidades sucessórias.

As propriedades com produção diversificada apresentam media possibilidade sucessória quanto a manutenção dos filhos nas atividades agrícola, destacam-se pela produção orgânica e sua organização social através do associativismo possibilitando o acesso ao mercado consumidor com um dinamismo produtivo constante, possibilitando constante geração de renda. Nestas propriedades constatou-se que os jovens também são responsáveis pela inserção de sistemas de produção diferenciados, sem o uso de insumos sintéticos e

agrotóxicos que são somados a sabedoria dos pais no desenvolvimento de uma produção agrícola diferenciada e saudável.

A produção leiteira desenvolvida é integrada as agroindústrias em sistema cooperativo, com capacidade de geração de renda mensal, proporcionando aos agricultores desta forma uma maior dinamização de plantios que normalmente são voltados à atividade principal. Com o melhoramento genético e as adequações para atender a demanda normativa dos padrões exigidos pelo mercado são assistidos e incentivados pela assistência técnica das cooperativas. Esta atividade desenvolvida independente da produção agrícola não consegue reter muitos filhos de agricultores no meio rural, condição declarada pelos agricultores, acentuada pelo baixo preço de mercado para o litro de leite que contrasta com os altos investimentos iniciais necessários para a atividade. Conforme declarado por um agricultor é uma atividade que proporciona uma regularidade na manutenção mensal principalmente nos períodos de entressafras.

A menor possibilidade sucessória foi encontrada em propriedades com pouca produção diversificada e baixos rendimentos anuais pela produção agrícola. Outras atividades externas são inseridas para a manutenção das famílias no meio rural. De acordo com os dados coletados em 10 propriedades deste grupo, apenas em duas havia a possibilidade de continuidade na atividade agrícola e esta possibilidade poderia ser modificada em caso de surgimento de uma oportunidade melhor de trabalho ocorrendo o deslocamento para outra atividade econômica. Na maioria das casas, os filhos já não se encontravam mais morando com os pais, por terem se deslocado para a cidade para continuarem seus estudos ou já realizavam outro ofício, com exceção dos casais mais jovens com filhos pequenos ainda, que de acordo com estes pais, eles recebem estímulos desde cedo para os estudos, para não continuarem no futuro com o trabalho agrícola.

A preocupação com a permanência dos jovens e a sucessão familiar causa preocupação aos agricultores assentados da reforma agrária pelo pouco interesse demonstrado pelos filhos em permanecerem na agricultura, que normalmente saem para a complementação dos estudos. O incentivo à modernização de acordo com as necessidades de cada família e a organização coletiva baseada no cooperativismo é percebido como uma forma de contribuir na consolidação da agricultura familiar através de resultados econômicos positivos viabilizando a continuidade das atividades agrícolas diversificadas e incentivando a permanência dos jovens nas propriedades dos pais e na agricultura.

Da mesma forma, na concepção dos jovens estudantes da escola agrícola ETEC, a sucessão é uma possibilidade quando passa a ser desenvolvida com a inserção de tecnologias modernas, condição apresentada pela maioria dos estudantes entrevistados, seguido pela inserção nas propriedades da produção de alimentos orgânicos e de novos projetos, que permitam uma melhor rotatividade de atividades e geração de rendas ao longo do ano.

A discussão sobre o processo sucessório também faz parte das discussões de entidades do município que buscam a ampliação da discussão apresentando-o como um problema capaz de afetar a condição produtiva de muitas propriedades agrícolas. Neste sentido, são realizadas ações envolvendo os jovens filhos de agricultores, por meio do debate político sobre a realidade sucessória encontrada também em âmbito estadual e nacional, e na construção de projetos voltados as necessidades e perspectivas dos jovens para se manterem no meio rural.

As transformações que vem ocorrendo na agricultura são decorrentes da mudança na relação da sociedade com seus sujeitos agricultores decorrentes de modernos modos de vida que primam pelo consumo exigindo um dinamismo diferenciado na questão da rentabilidade ao qual o calendário natural de muitas atividades agrícolas não consegue suprir. O acesso às facilidades da vida urbana pela disposição de trabalho, educação e crescimento social, são estímulos para os jovens irem para as cidades.

O abandono do campo pelos mais jovens, muitas vezes não é apenas fruto de uma opção pessoal, porém, torna-se uma necessidade no sentido de buscar condições que o afirmem diante da sociedade, por ser o período da juventude um marco, onde normalmente o homem e a mulher definem os rumos para o futuro.

A sucessão para ser constituída vai além da vontade do jovem permanecer no meio rural, são inúmeros fatores que determinam a sua saída, não se vive apenas de sonhos, a realidade no cotidiano dos que vivem no meio rural assemelha-se aos desejos dos sujeitos que vivem no meio urbano. Não podemos pensar num meio de vida retrógrado para estes jovens, ele se comunica, interage com o meio externo, mas ainda guarda em si tradições e costumes oriundos do meio em que foi criado. A guarda de conhecimentos herdados dos antepassados convive harmonicamente com a modernidade a qual ele tem acesso.

A modernização nas atividades agrícolas citada recorrentemente pelos jovens e também expresso por muitos pais é um desejo, e este desejo poderá ser o de permanência,

interligando as formas de fazer agricultura de acordo com a sua necessidade e sua possibilidade.

O crédito rural é uma das formas de estímulo a permanência na agricultura, estimulando investimentos no quadro estrutural das propriedades e principalmente na modernização que poderão fortalecer a dinâmica sucessória de cada família.

A imposição de modelos prontos talvez seja o maior inimigo para a realidade agrícola desenvolvida no município, que possui características heterogêneas quanto a sua capacidade produtiva. A intervenção realizada através de instituições de fomento é insuficiente e quando ocorre é alterada pela inadequação de assistência técnica desfavoráveis no êxito de projetos que possam a vir impulsionar o desenvolvimento local. A revalorização da agricultura precisa acontecer por meio de uma organização coletiva que promova a discussão política quanto ao empoderamento do agricultor, modificando um paradigma que banaliza a agricultura local, com uma educação voltada à igualdade, onde todas as particularidades sociais, políticas, ambientais e econômicas sejam consideradas independente do meio no qual o sujeito se insere.

A escola tem a capacidade de promover mudanças conceituais desde que ela esteja localizada no lugar onde deveria estar, isto é, nunca longe das crianças rurais, que hoje desde muito jovens aprendem a deixar para trás o seu ambiente, condições facilitadas pelo transporte escolar. Além disso, noções de solidariedade, de cooperação e de igualdade também compõem a formação juntamente com o currículo escolar obrigatório e poderiam reformular a mentalidade constituída baseada em ideais consumistas e idealizadas no sistema urbano.

A falta de preços para os produtos de a base alimentar, de um mercado adequado e falta de reconhecimento do valor da produção são os principais desmotivadores citados pelos agricultores, considerados como os principais problemas e que desencadeiam o afastamento dos filhos da agricultura familiar sendo agravados pelo aumento no custo de vida no meio rural. Não há perspectivas de um projeto alternativo nas propriedades como gerador de renda que se contraponha ao atual, ainda trabalha-se sob o eixo base da agricultura baseada na produção de milho e de feijão que está enfraquecido perante a super valorização da agricultura baseada na produção de fumo e soja.

A continuidade da agricultura por meio da sucessão familiar precisa ser avaliada com constantes reflexões onde além dos estímulos propostos atualmente através de investimentos para o incremento nas produções agrícolas, comercialização e ampliação fundiária. Necessariamente precisam ser consideradas as condições humanas do agricultor através da reformulação de ideias pré-concebidas, baseada na elevação das condições de vida, onde as melhorias sociais inegavelmente perpassam pelas condições econômicas. O sujeito agricultor além de conviver com as instabilidades estruturais impostas por um sistema ainda falho, precisa lutar pela superação do paradigma da cultura do atraso imposta a agricultura de menores proporções.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.[et al.] **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, UNESCO, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. Campinas: Hucitec, Editora da Unicamp, 1998.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**- 3. Ed. rev. ampl. – São Paulo Popular, AS-PTA 2012.
- ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. 2ª edição, São Paulo, Hucitec, 2004.
- BENTO, C. M. **Canguçu: Reencontro com a história**. 2ª edição, Barra Mansa, Irmãos Drumond Ltda., 2007.
- BENTO, C. M. 1780 – **Charqueadas de Pelotas**: Influência no povoamento da zona sul-projeção social e econômica – como foram vistas por St. Hilt Smith – últimos vestígios. Canguçu: s. d.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **INCRA**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>> acesso em 22 nov. 2013.
- BRASIL. Instituto de Geografia e Estatística – **IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 09 jan. 2014.
- BRASIL. **Leis/2002/L10406**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/>. Acesso em 10 jan. 2014.
- BRASIL.www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataescolabrasil. Acesso em 12 nov. 2014.
- BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, 2000 reimpressão.
- BRUM, A. TRENNEPOHL, V.L. **Agricultura Brasileira: Formação, Desenvolvimento e Perspectivas**. 3. Ed. Editora Unijuí, Ijuí, 2004.
- BRUMER, A. A exploração familiar no Brasil.In: **Agricultura familiar: comparação internacional**. Hughes Lamarche (coord.); tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

CARNEIRO, M. J. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. Revista Estudos feministas. 1/2001.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. Teixeira da Silva, F. C., Santos, R., Costa, L. F. C. (orgs.) **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998.

CANGUÇU. Prefeitura Municipal de Canguçu. **Dados Gerais do município**. Disponível em: <<http://www.prefeituramunicipalcangucu.com.br/index>> Acesso em 16 dez 2013.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Traducción de Rosa María Rússovich. Ediciones Nueva Visión: Buenos Aires, 1974.

COSTA, M. R. **Agricultura Familiar e a Sucessão hereditária**: estudo de caso no município de Morro Redondo/RS. 2006, 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Agrárias) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

COSTA, R. H. da. **A nova des-ordem mundial**. Rogério Haesbaert, Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

COTRIM, M. S. **Pecuária familiar na região da serra do Sudeste do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a origem e a situação sócio agro econômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS. 2003. 142 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DAVID, C. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos**: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS. 2005. 231 f. Doutorado (Desenvolvimento regional e urbano) Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil 1965-1985**. São Paulo: Editora Ícone, 1985.

DENZIN, N. LINCOLN, Y. **O Planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUTRA, E. J. **A fomicultura no Passo das Oliveiras, Canguçu - RS: consequências na reorganização do espaço agrário**. 2010. 127 p. Dissertação (mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2010.

FAVARETO, A. **A racionalidade da vida rural**. Revista Estudos Sociológicos da Agricultura. Vol. 14, nº 1, p. 9-48, 2006.

FEDERAÇÃO ESTADUAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL. **FETAG**. Disponível em: www.fetag.gov.rs acesso em 13 de janeiro de 2014.

FIALHO, M. A. V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento**: interpretações sobre o comportamento coletivo. 2005. 223 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e

Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

GARCIA JR, A. R. HEREDIA, B. A. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P. de, MENEZES, M. A. de, MARIN, R. A. (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Vol. II. Ministério do Desenvolvimento Agrário, ed. UNESP, SP. São Paulo, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007. 5. ed.

GODOI, E. P. de, MENEZES, M. A. de, MARIN, R. A. (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Vol. II. Ministério do Desenvolvimento Agrário, editora UNESP, SP. São Paulo, 2009.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1.990**. João Pedro Stédile (org.). – 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: editora da UFF, 1997.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos procedimentos básicos, pesquisa**. Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 7. Ed. – 2. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

LAMARCHE, H. (coord.). **A Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

MALUF, R. S. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In LEITE, S. (org.) **Políticas públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p.147-170.

MATOS, P. F.; PESSOA V. L. S. As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano: o caminho metodológico da pesquisa. In: MARAFON, G. J. [et al]. **Pesquisa Qualitativa em Geografia: Reflexões teórico-conceituais aplicadas**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2013.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. Ed. Petrópolis: Vozes: 2002

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1985.

PETER, D. S. Agroecologia como prática de organização social na agricultura familiar: o caso do grupo agroecológico do Remanso- Canguçu (RS). Monografia apresentada no curso de Graduação tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER – Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. 2010

PORTO GONÇALVES, C. W. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 14.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RAMIRES, J. C. L.; PESSOA, V. L. S. (orgs) **Geografia e pesquisa qualitativa nos trilhos da investigação**. Uberlândia: Assis, 2003.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. – 1 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. www.estatisticascensoescolar.gov.rs. Acesso em 20 jan. 2015.

RUIZ, J. G. Desarrollo sustentable e integración para América Latina y el Caribe. SOLER, A. C. P.[et al]. **A cidade Sustentável e o desenvolvimento humano na América Latina: Temas e Pesquisas**. Rio Grande: FURG, 2009.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTOS. M. Da política dos Estados à política das Empresas. In SANTOS, M. **Por uma outra globalização: dopensamento único a consciência universal**. 12. ed. Rio de Janeiro; Record, 2005.

SCHENEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, nº 51. Fevereiro/2003.

SEVILLA GUSMÁN, E. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Tradução literal [de] Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. - 2.ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, J. M.; MENDES, E. P. P. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. . In MARAFON, G. J. [et al] **Pesquisa Qualitativa em Geografia: Reflexões teórico-conceituais aplicadas**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2013.

SILVA, A. M. Cooperação: Vivenciando novas relações sociais no campo. In: **Desenvolvimento do campo em construção**. Conceição Paludo org. Ijuí: Ed. Unijuí; Ronda Alta: Fundep, 2008.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri, Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SOTRATTI, M. A.; MARAFON, G. J. A pesquisa qualitativa nos estudos do patrimônio cultural em espaços rurais: desafios e possibilidades. In: MARAFON, G. J. [et al]. **Pesquisa qualitativa em geografia-reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

SPANEVELLO, R. M., **A dinâmica sucessória na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008 (Tese de doutorado em Desenvolvimento Rural).

STROPASOLAS, V. L. **Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar.** Revista Agriculturas, v. 8. n.1, p. 26-29, 2011.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família. Racionalidade produtiva e ethos camponês.** Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo.** 2ª edição. Paz e Terra. 1977.

VIEIRA, V. **Município de Canguçu/RS: O relevo e sua morfodinâmica como condicionante do dinamismo agrícola.** 2012 158 f. (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia.

VILELLA, D. LEITE; J. L. B.: RESENDE, J. C. Políticas para o leite no Brasil: passado, presente e futuro. Simpósio sobre sustentabilidade da Pecuária Leiteira na Região Sul do Brasil, 2002, Maringá. **Anais Maringá:** UEM/CCA/DZO-NUPEL, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. A Modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil. In: WANDERLEY, M. N. B. **O Mundo Rural como Espaço de Vida.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. P. 45-67.

WANDERLEY, M. N. B. Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira. In: WANDERLEY, M. N. B. **O mundo Rural como Espaço de Vida.** Porto Alegre: ED. Da UFRGS, 2009. P. 25-43

WORTMANN, E. **Herdeiros, Parentes e compadres.** Brasília DF: HUCITEC, 1995.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALTIERI, M. **Agroecologia a dinâmica produtiva da agricultura sustentável** – 4. ed.- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALVES, J. E. D. **A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica**. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002.

BERNARDES, J. A. As estratégias do capital no Complexo da Soja. In: CASTRO, I.E. et al (orgs.) **Brasil: questões atuais de reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª ed. 2010.

BORCHARDT, J. A renda da Terra. In: **O Capital: Edição Resumida**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara. 1982. P.347-395.

CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 9ª edição, 14984.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar: entre avanços e desafios**. OPPIA - Observatório de Políticas Públicas para a agricultura, UFRJ nº 33. Maio 2010.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed.- São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

LEFEVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

MARAFON, G. J.[et al] **Pesquisa Qualitativa em Geografia: Reflexões teórico-conceituais aplicadas**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2013.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 9. ed. revista e ampliada – São Paulo: Contexto, 2010.

MEDEIROS, R. M. Território, Espaço de Identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E.S. (Orgs.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil** – Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural**. Hucitec. S. Paulo, 1996.

PALUDO, C.; THIES, Vanderlei Franck. (Org.) **Desenvolvimento do campo em construção**. Ijuí: Ed. Unijuí; Ronda Alta: Fundep, 2010

RIQUE, L. **Do senso comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

SALAMONI, G. COSTA, A. J. da. **Agriculturas familiares – Estratégias de reprodução social e territorial**. Pelotas: Ed. UFPel, 2014.

SANTOS, J. R. dos; SOARES, P. R. R., FONTOURA, L. F. M. Análise de conteúdo: a pesquisa qualitativa no âmbito da geografia agrária. IN: **XXIV Encontro Estadual de Geografia**. Santa Cruz do Sul-RS. UNISC 2004. (Resumo expandido).

SILVA, L. R. da; **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

STÉDILE, J. P. **A Questão Agrária do Brasil: o debate na década de 2000**. 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES

Informações iniciais:

Nome:

Idade:

Nº de filhos: () Nº de filhas: ()

Contato:

Localidade:

Distrito:

Área da propriedade

- 1- Qual a forma de aquisição da propriedade?
- 2- Quantos anos mora na propriedade?
- 3 - Quais as atividades são desenvolvidas na sua propriedade?
- 4 - Quantas pessoas trabalham na propriedade?
- 5 - Quem administra a propriedade?
- 6 – Qual o planejamento para o futuro da propriedade?
- 7 – Como é discutida a sucessão familiar e a continuidade da reprodução agrícola?
- 8 – Quais são os impedimentos no desenvolvimento da agricultura atual que afetam a continuidade das propriedades familiares?
- 9 – O que pensam sobre o estudo dos filhos e sobre o retorno para a propriedade?
- 10 – É feito o estímulo para os (as) filhos (as) continuarem na agricultura?
- 11 – Em que momento acha conveniente fazer a transferência da propriedade para o sucessor?

Observações:

APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA OS JOVENS

Informações iniciais

Nome:

Idade:

Contato:

Localidade:

Distrito:

Área da propriedade:

De acordo com a sua opinião:

- 1 – Considera importante o estudo e cursou até quando?
- 2 – Já está definido quem ficará na propriedade de seus pais como sucessor?
- 3 – E em que momento você acha que será feita a transmissão do controle da propriedade?
- 4 – Você já participa das decisões da propriedade?
- 6 – E caso não tenha sucessão, qual o destino da propriedade?
- 7 – Quais as atividades desempenhadas por você na propriedade?
- 8 – Quais são seus projetos de vida para o futuro?
- 9 – O que acha da profissão de agricultor?
- 10 – Você se acha preparado para ser sucessor?

Observações:

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM OS ESTUDANTES

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Programa de Pós graduação em Geografia – PPGeo

Núcleo de Estudos Agrários e Culturais - ARCA

Pesquisadora-Mestranda: Noemí Muller Iven da Silva.

Contato: (53) 99731303. E-mail: noemiiven@yahoo.com.br

Professora orientadora: Dr^a Jussara Mantelli

Contato: jussaramantelli@furg.br

PESQUISA DE MESTRADO

A dinâmica da sucessão familiar no contexto da agricultura no município de Canguçu/RS.

1 – Qual o papel da agricultura familiar no município de Canguçu?

2 – A ausência do jovem na propriedade da família e a falta de sucessão poderá comprometer futuramente a reprodução da agricultura familiar no município de Canguçu? Por quê?

3 – Quais projetos e incentivos você buscaria para desenvolver na propriedade dos pais?

4 – Você gostaria de ser sucessor na propriedade dos seus pais?

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Pesquisadora-Mestranda: Noemí Muller Iven da Silva.

Contato: (53) 99731303. E-mail: noemiiven@yahoo.com.br

Professora orientadora: Dr^a Jussara Mantelli

Contato: jussaramantelli@furg.br

Consentimento Livre Esclarecido

Com o propósito de pesquisar sobre A DINÂMICA DA SUCESSÃO FAMILIAR NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CANGUÇU/RS, convido o (a) senhor (a) para participar de uma entrevista.

A pesquisa faz parte da elaboração de minha dissertação de mestrado, que é requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande/RS.

Confirmo o caráter confidencial da entrevista e o compromisso de preservar o seu anonimato quanto as informações concedidas. Após a sistematização, o (a) senhor (a) será consultado sobre quais informações concedidas poderão constar no Relatório da Pesquisa com a sua concordância.

Coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, mesmo após a entrevista, cujas formas de contato constam acima.

Local/Data:

Prof^a Dr^a Jussara Mantelli

Orientadora

Noemí Muller Iven da Silva

Mestranda